

ISSN 1983-9391

Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 2, Nº 1, - Janeiro 2009



Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 02, Número 01, janeiro de 2009

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. **Zysman Neiman**

Editores:

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

Editor Executivo Junior

Prof. Esp. **Carlos Eduardo Silva**

Editora de Idiomas

Mônica Ribeiro Gusmão Saba

Capa

Lucas Neiman

Fotos

Zysman Neiman

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Profa. Dra. **Ana María Wegmann Saquel**

Profa. Dra. **Célia Maria de Toledo Serrano**

Prof. Dr. **Davis Gruber Sansolo**

Prof. Dr. **Flávio José de Lima Silva**

Prof. Dr. **Giovanni de Farias Seabra**

Arq. **Hector Ceballos-Lascurain**

Profa. Dra. **Heloisa Turini Bruhns**

Prof. Drando. **Heros Augusto Santos Lobo**

Prof. Dra. **Ivani Ferreira de Faria**

Profa. Dra. **Lilia dos Santos Seabra**

Prof. Dr. **José Artur Barroso Fernandes**

Prof. Dr. **José Martins da Silva Júnior**

Profa. Dra. **Marilia Cunha Lignon**

Profa. Dra. **Marta de Azevedo Irving**

Prof. Dr. **Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Profa. Dra. **Nadja Castilho da Costa**

Prof. Dr. **Sidnei Raimundo**

Profa. Dra. **Solange Terezinha de Lima Guimarães**

Profa. Dra. **Sueli Ângelo Furlan**

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

Prof. Dr. **Zysman Neiman**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
-------------------	----

EDITORAL.....	05
---------------	----

ARTIGOS

Planejamento e implantação participativos de programa de interpretação em trilhas na “RPPN Paiol Maria”, Vale do Ribeira(SP).....	11
Zysman Neiman, Eliana Cardoso-Leite, Diego Sotto Podadera	

<i>Planning and implementation participatory of program for interpretation in trails of the "RPPN Paiol Maria", Ribeira Valley, Brazil.....</i>	<i>11</i>
Zysman Neiman, Eliana Cardoso-Leite, Diego Sotto Podadera	

Impactos ambientais culturais e estéticos no Parque Estadual do Pico do Jabre, Matureia (PB).....	35
Angela Maria Cavalcanti Ramalho, Camila Carol Albuquerque Oliveira, Pollyana Soares de Abreu Moraes, Suely Oliveira Pinheiro Costa	

<i>Cultural and aesthetic environmental impacts on Pico do Jabre State Park, Matureia, Paraíba, Brazil.....</i>	<i>35</i>
Angela Maria Cavalcanti Ramalho, Camila Carol Albuquerque Oliveira, Pollyana Soares de Abreu Moraes, Suely Oliveira Pinheiro Costa	

Ecoturismo na Cultura de Consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo?....	57
Hélio César Hintze	

<i>Ecotourism in the culture of consumption: possibility of Environmental Education or spectacle?</i>	<i>57</i>
Hélio César Hintze	

RESENHA

A percepção da paisagem para a organização territorial do turismo.....	103
Marcelo Teixeira César de Oliveira	

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER). Por decisão da Plenária do VIº Congresso Nacional de Ecoturismo (Itatiaia - RJ, 2007) os números iniciais estão sob responsabilidade do Instituto Physis - Cultura & Ambiente, até que a Sociedade Brasileira de Ecoturismo eleja sua primeira Diretoria e aprove os Estatutos, o que deve ocorrer VIIº Congresso Nacional de Ecoturismo, em 2009, no Estado do Espírito Santo.

Publica artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os eixos temáticos desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

EDITORIAL

Lançar a Revista Brasileira de Ecoturismo no dia da árvore (21 de setembro de 2008) foi um desafio instigante. Garantir sua continuidade e, principalmente, profundidade, sem abrir mão da periodicidade regular é tarefa ainda mais hercúlea.

No entanto, a grande receptividade que o primeiro volume obteve no meio acadêmico e entre os profissionais do Ecoturismo muito nos motivou e fez com que algumas contribuições começassem a ser recebidas por nossa equipe editorial. Respeitando o processo de avaliação rigorosa do material que recebemos, dentro dos padrões dos melhores periódicos científicos atuais, passamos os textos para emissão de parecer de nosso conceituado corpo de avaliadores *ad hoc*, que criteriosamente emitiu sugestões que fizeram aperfeiçoar algumas dessas contribuições, que ora são apresentadas neste volume. E ainda há algumas outras, em processo de avaliação, que serão publicadas oportunamente.

Aliás, é com muito orgulho que anunciamos a adesão ao nosso corpo de avaliadores, de mais 4 colaboradores: a Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria (UFAM), Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva (Projeto Golfinho Rotador), Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes (UFSCar), três estudiosos, cada um em suas especialidades, em assuntos relacionados ao Ecoturismo e a suas temáticas afins. É um grande orgulho tê-los agregados ao nosso quadro inicial de colaboradores, todos nominalmente citados na página 02 (dois) deste volume.

Registramos, também, o aceite do Arquiteto Hector Ceballos-Lascurain, atual Diretor Geral do Programa Internacional de Consultoria em Ecoturismo (PICE), e Conselheiro Especial em Ecoturismo da IUCN (União Mundial para a Natureza) e da Organização Mundial de Turismo (OMT), reconhecido internacionalmente por ter sido um dos idealizadores do termo “Ecoturismo”, que agora também é membro avaliador desta Revista.

As felicitações pela iniciativa de lançar esta Revista vieram de diversos pesquisadores e instituições de pesquisa brasileiras, além de alguns colegas especialistas de Cuba, Chile, Costa Rica, México e Argentina. Agradecemos a todos o apoio e manifestamos nosso esforço em manter com cada um as mais profícuas relações de colaboração e amizade. Nosso desafio para 2009 será a continuidade dos esforços para a eleição da primeira Diretoria da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBECotur), bem como a formatação de seus Estatutos para oficialização de sua Fundação, que deve ocorrer, conforme acordado em Itatiaia-2007, no VIIº Congresso Nacional de Ecoturismo (Conecotur) e IIIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC), que ocorrerão no segundo semestre de 2009, no Espírito Santo.

Está bem evidente a todos os Membros da Comissão que foi instituída para a criação da SBECotur que a mesma deverá ter um caráter essencialmente acadêmico, sem perder a conexão político-institucional com o setor de mercado-profissional, para que possa ter uma possibilidade maior de inserção, atuação e intervenção nos processos e práticas de Ecoturismo (e do que supostamente é rotulado como tal). Isso será fundamental na busca por uma política nacional de Ecoturismo e a maior consolidação desta atividade como ferramenta de Educação Ambiental (EA), além de oportunidade de negócio sustentável e consolidação das Unidades de Conservação e de regiões ambiental e culturalmente importantes

e prioritárias para a atividade.

Para a SBECotur, apoiar o conceito "Turismo Sustentável" não implica em concordância com os preceitos do termo "desenvolvimento sustentável" (de onde ele emerge), que está sendo desconstruído em todo o mundo, pois tende a favorecer apenas os interesses dos países desenvolvidos, subentendendo desenvolvimento como sinônimo de economia crescente. Ao contrário, entendemos que o Turismo Sustentável é aquele que busca ser implantado no âmbito das Sociedades Sustentáveis, conforme preconizados na Eco-92 e em tantos fóruns de debate da sociedade. Uma Sociedade acadêmico-científica que se preocupe com a definição dessa sutil (mas fundamental) diferença poderá contribuir, justamente, para deixar isso bem claro. Seus membros são simultaneamente entusiastas e rigorosos críticos do Ecoturismo, justamente porque sua base conceitual (EA, Conservação e Benefícios às Comunidades) está, no mercado, visivelmente desatrelada das ações e práticas desejáveis. Sociedades Sustentáveis buscam a minimização da fragmentação do conhecimento de forma cartesiana para a busca de compreensões mais holísticas e complexas da realidade, uma tentativa de se alcançar a transdisciplinaridade. O que parece mais "reducionista": segmentar o turismo (Ecoturismo, turismo de aventura, turismo de base local, turismo científico etc...), ou compreender o turismo como uma ferramenta para a busca de uma ação mais integradora (Sustentabilidade)?

É importante que se discuta a denominação adequada para essa forma de praticar o turismo, mas sem ficar atrelado a um funil epistemológico, ou patinar num embate de percepções individuais e/ou setoriais que pouco avance para a consolidação de práticas efetivas; não desmerecer a discussão puramente conceitual, mas focar na sua aplicabilidade.

O conceito de Ecoturismo deve ser fortalecido e defendido, mesmo com as visíveis distorções e práticas não condizentes com o mesmo que se praticam no mercado. As ONGs e universidades públicas e privadas devem favorecer o debate no sentido de que profissionais e empresas acreditem e entendam o Ecoturismo e seus princípios e práticas. Para tal precisam atuar junto a instâncias governamentais para a elaboração de políticas públicas e estratégias de gestão que remodelam o mercado. Deste modo, é meta da SBECotur não ser uma Instituição estritamente acadêmica, pois assim, sem abandonar a importância do saber científico, conseguirá fortalecer as discussões, encontrar soluções e colaborar com os dos diferentes setores da atividade. Desejamos, com isso, que SBECotur tenha mais aceitabilidade e pragmatismo junto aos que se possam se beneficiar de suas ações.

É preciso consolidar as diretrizes e enfoques do termo "Ecoturismo", para que ele seja entendido como um meio e não um fim, preste serviços a comunidade como um todo, e interaja com ela na melhoria das relações multi e interdisciplinar, e reafirme seus pressupostos teóricos na realização de práticas efetivas em conjunto com todos os atores sociais. Por tudo isso, a SBECotur deverá ser uma instituição com uma forte base acadêmica, porém ligada à dinâmica da realidade e com forte vínculo junto aos setores públicos, privados e ONGs. Poderá, assim, envolver toda uma cadeia através de representantes compromissados e ligados a todos os setores. Quem for da academia terá seus anseios de pesquisa atendidos, sempre com as possibilidades horizontais de estabelecimento de convênios, elaboração de projetos e replicação de

experiências e conhecimentos, entre outras questões, para e com os outros atores e setores.

As contribuições dos pesquisadores que aqui estão publicando seus artigos caminham nessa direção. No artigo de Zysman Neiman, Eliana Cardoso-Leite e Diego Sotto Potadera intitulado “Planejamento e implantação participativos de programa de interpretação em trilhas na ‘RPPN Paiol Maria’, Vale do Ribeira (SP)” é apresentada uma proposta metodológica original de diálogo múltiplo entre os saberes autóctones e alóctones, ou sejam, locais e extra-locais. Essa soma é dotada de grande risco em termos metodológicos e a obtenção de resultados aceitáveis vem sendo um grande desafio para os capacitadores no Ecoturismo comunitário. O trabalho que está sendo apresentado superou todas as grandes politomias de dificuldades metodológicas inerentes a essas demandas encaradas sobretudo no contato com os protagonistas locais. Um dos grandes resultados atingidos que merecem ser ressaltados nessa breve apresentação é o levantamento florístico das trilhas terrestres associando nomes “vulgares” locais com os nomes científicos “internacionais” e a partilha desse saber com os monitores ambientais em capacitação. Isso é bastante original no Ecoturismo. Além disso, o discurso claro, objetivo, elegante e aprofundado presente no texto é um convite apaixonado às causas que norteiam a prática do Ecoturismo de base comunitária.

O artigo de Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, Camila Carol Albuquerque Oliveira, Pollyana Soares de Abreu Moraes, Suely Oliveira Pinheiro Costa intitulado “Impactos ambientais culturais e estéticos no Parque Estadual do Pico do Jabre, Matureia (PB)” nos remete a uma profunda reflexão sobre os reais impactos ambientais tanto positivos como negativos da implantação, uso e conservação de áreas protegidas no nordeste brasileiro. Isso é especialmente importante em se tratando de uma Unidade de Conservação de uma região menos favorecida economicamente, mas riquíssima em cultura e biomas locais. As autoras, com muita propriedade, apresentam a majoritária presença de impactos negativos, como a instalação de equipamentos da indústria telefônica (antenas) justamente no pico em tela, que deveria estar sendo conservado. Mostram, ainda, outros impactos antrópicos como o lixo, que não só contaminam como roubam a beleza da paisagem local. Dentre uma das propostas apontadas para revitalizar a Unidade de Conservação se destaca a implantação do Ecoturismo de base comunitária, que poderia envolver os protagonistas da região, justamente aqueles que deveriam estar se beneficiando dos investimentos, mesmo que parques, para a adequada gestão dessa importante área.

O artigo de Hélio César Hintze intitulado “Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo?” é um trabalho nos traz importantíssimas reflexões sobre a inexorável ligação entre a sociedade consumista e a prática do Ecoturismo. A apropriação indébita do discurso ambientalista do Ecoturismo para fins meramente mercantilistas vem sendo mostrado vigorosamente por pesquisadores, face à importância que se reveste a desmoralização imposta pelas empresas turísticas brasileiras. Porém, jamais esse tema recebeu enfoque tão original como o que pode ser lido no artigo que está sendo apresentado, pois superou o costume no campo de apenas apontar o lamentável fenômeno da descaracterização das práticas genuinamente ecoturistas. O autor soube com maestria e profunda propriedade apresentar as verdadeiras causas consumistas da apropriação calamitosa do Ecoturismo por operadoras de seriedade e ética questionáveis. De fato, as operadoras estudadas nada mostraram muitas

semelhanças com as tradicionais empresas do turismo de massa, que nada entendem de Ecoturismo e só viram no termo apenas mais uma fonte de ganhos econômicos, não aliadas às práticas responsáveis rumo à sustentabilidade.

Completando este volume, Marcelo Teixeira César de Oliveira nos convida a conhecer, através de uma resenha, o livro “**A percepção geográfica do turismo**”, de autoria de Herbe Xavier, uma obra de grande importância para todos aqueles que desejam estudar ou se interessam em conhecer uma visão bastante interessante sobre a percepção geográfica da paisagem no turismo.

Boa Leitura!

Zysman Neiman¹ & Alexandre de Gusmão Pedrini²

Editores da RBECotur

¹Professor Adjunto do Campus Sorocaba, Universidade do Federal de São Carlos.

²Professor Adjunto do Departamento de Biologia Vegetal, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



**Anos andando no mato
nunca vi um passarinho morto,
Como vi um passarinho nato**

**Onde acabam esses voos?
Dissolvem-se no ar, na brisa, no ato?
São solúveis em água ou em vinho?**

**Quem sabe, uma doença dos olhos.
Ou serão eternos os passarinhos?**

(Voláteis: Paulo Leminski)

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBECotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como as suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país.

A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Depois do buriti do número inaugural, a seringueira (*Hevea brasiliensis*), uma das espécies mais importantes da Amazônia, é aqui lembrada como um símbolo da união entre o homem e sua floresta.



SEÇÃO
ARTIGOS

***Para entrar em estado de árvore é preciso
partir de um torpor animal de lagarto às
3 horas da tarde, no mês de agosto.
Em 2 anos a inércia e o mato vão crescer
em nossa boca.
Sofreremos alguma decomposição lírica até
o mato sair na voz.***

Hoje eu desenho o cheiro das árvores.

**(Manoel d Barros: Uma Didática da
Invenção, do "O Livro das Ignorâncias")**





Planejamento e implantação participativos de programa de interpretação em trilhas na “RPPN Paiol Maria”, Vale do Ribeira (SP)

Zysman Neiman, Eliana Cardoso-Leite, Diego Sotto Podadera

RESUMO

As trilhas utilizadas em atividades turísticas são importantes instrumentos para inclusão social e Educação Ambiental. No entanto, a participação de populações locais na gestão de áreas protegidas é incipiente no Brasil. O objetivo deste trabalho foi elaborar o roteiro de interpretação ambiental de uma trilha na RPPN Paiol Maria, a partir de um curso de capacitação de monitores ambientais, de modo que os mesmos pudessem se apropriar do processo de definição dos temas e possibilidades educativas, de forma participativa e respeitosa aos saberes que possuíam. Foi realizado, também, um levantamento das principais espécies vegetais. Em seguida, foram realizadas 03 oficinas participativas para que fossem definidos os temas do programa interpretativo a ser implantado. Os resultados revelaram a presença de 36 espécies vegetais. O conteúdo do curso de monitoria ambiental e, principalmente, as metodologias utilizadas nas oficinas participativas subsidiaram a escolha, pelos monitores ambientais locais, das temáticas a serem desenvolvida nos roteiros interpretativos. Esse processo permitiu que os saberes locais, juntamente com o conhecimento científico, culminassem no processo de construção da temática da trilha do qual a comunidade pode ser agente participante, formatando um projeto de Ecoturismo personalizado.

PALAVRAS-CHAVE: Interpretação Ambiental, Participação Comunitária, Trilhas

Planning and implementation participatory of program for interpretation in trails of the "RPPN Paiol Maria", Ribeira Valley, Brazil

ABSTRACT

The trails used in tourist activities are important tools for social inclusion and Environmental Education. However, the participation of local populations in the management of protected areas is foolish in Brazil. The objective of this work was elaborate a roadmap for environmental interpretation in trails of the “RPPN Paiol Maria”, from a course of training of environmental monitors, so that they could take over the process of defining the themes and educational possibilities, so participative and respectful to the knowledge that they had. It was done, too, a survey of the main plant species. Then, they were conducted 03 workshops participatory for defined the themes of interpretative program to be implanted. The results revealed the presence of 36 species of plants. The content of the course of environmental monitoring and, more importantly, the methodology used in participative workshops sponsor the choice, made by local environmental monitors, of the themes being developed in an interpretative itinerary. This process allowed the join of local knowledge, together with scientific knowledge, originating a process of construction of the theme of the trail from which the community may be participative agent, producing a project of custom ecotourism.

KEY-WORDS: Environmental Interpretation, Community Participation, Trails

Introdução

A busca pela compreensão e contato mais direto com os ambientes naturais pode ser considerada como uma das mais fortes tendências da atualidade, uma vez que está cada mais evidente à sociedade o grave estágio de degradação de recursos e paisagens. As áreas destinadas à proteção dos diversos ecossistemas necessitam de uso e administração planejados, de modo que sua conservação seja garantida e contemple as finalidades ambientais, científicas, culturais, recreativas e econômicas (MILANO, 2001). Assim, o turismo e as atividades de educação e lazer em ambientes com relevante potencial paisagístico e grande biodiversidade, podem se tornar importantes ferramentas para conservação e preservação desses espaços (JESUS; RIBEIRO, 2006).

Font (*apud* PIRES, 2002) entende que a percepção visual da paisagem constitui-se num campo de estudo amplo, complexo, multidisciplinar e vital para o seu adequado zoneamento ambiental. Desta forma, o caráter visual das paisagens e suas qualidades estéticas devem ser abordados em estudos científicos e incorporados ao processo de elaboração e manejo de trilhas ecológicas.

Para Camargo (2006: s/p),

a preocupação mundial sobre o desaparecimento das paisagens resultou no desenvolvimento de técnicas para a análise e o manejo objetivo dos recursos paisagísticos. A importância dos biomas brasileiros e o conhecimento de suas respectivas paisagens abrem um vasto campo de pesquisas que visa inventariar, diagnosticar os recursos naturais de cada bioma com o objetivo de se criar um mapa nacional de paisagens para o planejamento e a implantação de trilhas ecológicas que possam levar o Brasil a fazer roteiro do ecoturístico internacional.

Segundo Salvati (2008), na tentativa de minimizar os impactos negativos que a sociedade produz na natureza e de harmonizar a reintegração do homem a ela, diversos profissionais, principalmente ligados às Ciências Naturais, têm realizado a abertura de trilhas com critérios cada vez mais científicos, pedagógicos e paisagísticos, transformando-as, através das diferentes formas, comprimentos, larguras, sinalizações e recursos interpretativos, em espaços que permitem o usufruto de todo o seu potencial recreativo e educativo, ao mesmo tempo em que aumenta o nível de conforto e segurança dos seus usuários.

As trilhas e caminhos, para Lechner (2006), são provavelmente, as rotas de viagem mais disseminadas pelo mundo. Mesmo com as rodovias modernas, para milhões de pessoas as trilhas ainda são as rotas básicas de acesso ou de viagem, mesmo em áreas urbanas modernas. Em áreas naturais protegidas, a trilha pode ser o único acesso à maior parte da área. Tendo diferentes formas, comprimentos e larguras,

elas possibilitam a aproximação dos visitantes ao ambiente natural, e podem conduzi-los a um atrativo específico, tornando possível seu entretenimento ou educação por meio de sinalizações ou de outros recursos interpretativos (SALVATI, 2008).

Conforme Andrade (1997), a principal função das trilhas sempre foi suprir a necessidade de deslocamento. Para Cole *et. al.* (*apud* PASSOLD, 2002) além dessa função básica ela dá acesso e oportunidades recreacionistas aos visitantes, tornando-se um novo meio de contato com a natureza, além de contribuir com a proteção dos recursos naturais. Incorpora assim uma nova característica e passa a ter um significado próprio.

Segundo Lechner (2006), para que uma trilha execute a função a que se destina é importante que o seu planejamento, implantação e manejo estejam adequados à destinação proposta, especialmente quando ela estiver localizada em uma área natural protegida. O planejamento e a construção desses caminhos através do espaço geográfico, histórico e cultural devem atender tanto as necessidades dos usuários, como da conservação dos seus recursos.

Nas trilhas interpretativas há a tradução dos seus aspectos ambientais e culturais para os visitantes por meio de profissionais especializados, folhetos ou painéis especialmente criados para esse fim. Se a trilha é guiada por intérprete ou guia-monitor que acompanha os visitantes por um trajeto basicamente visual, sendo comum o uso de paradas pré-estabelecidas, é possível que possam descobrir os fatos relacionados aos temas abordados (SCHMITT; BUSSOLOTI, 2006).

Para Jesus e Selva (2006), o uso de trilhas de interpretação ambiental tem se mostrado de grande importância tanto para o enriquecimento da experiência do visitante como também para a sensibilização deste para a conservação dos recursos naturais. Sem se ater ao simples entretenimento, as atividades a serem desenvolvidas devem estar sempre vinculadas ao componente educativo para estimular o aprendizado do visitante (MILANO, 2001). Desta forma a interpretação pode ser utilizada como uma ferramenta para a Educação Ambiental, tornando as trilhas mais do que meros acessos aos atrativos locais, mas sim num espaço que pode ser compreendido e sentido pelo visitante.

Para a Ecologia da Paisagem, a paisagem é vista como interação da sociedade com a natureza, sendo composta por um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas de vários habitats, e transformada cada vez mais em produto de consumo pela indústria do turismo. Nesse sentido a interpretação ambiental tem uma importância significativa na transformação da maneira de se ver o mundo através da percepção de uma nova estética que amplia o conhecimento do visitante, estimulando-o a pensar a conservação ambiental, a respeitar as diferenças culturais e aos limites de tolerância dos ambientes. Vale lembrar que o ato de observar a paisagem é impregnado de conotações culturais e ideológicas, constituindo-se, pois, em hábito que pode ser transformado.

A despeito de suas potencialidades educativas, é comum encontrar trilhas que

são construídas sem planejamento, que não recebem manutenção adequada e nem são monitoradas, o que acarreta em prejuízos para o ambiente e à qualidade da experiência vivida pelo visitante. Mais raro ainda é a participação da comunidade local nessas etapas de manejo.

A utilização de trilhas para atividades educativas e turísticas poderia se constituir num importante instrumento para inserção social e Educação Ambiental de populações que se encontram à margem da sociedade. O alcance dessa oportunidade será tanto maior quanto maior for a sua participação no processo, visto que muitas vezes são essas populações que dispõem dos recursos naturais que possibilitariam tal inserção, mas comumente não recebem orientação ou não sabem como utilizá-los de forma sustentável (GARAY; DIAS, 2001).

A valoração dos recursos naturais pelas populações locais só pode ser decorrente da constatação da possibilidade de sua utilização. Para facilitar o processo de utilização dos recursos naturais, uma das possibilidades é a realização de programas de capacitação para condução de pessoas em trilhas, o que possibilitaria o seu uso de forma racional, introduzindo conceitos e práticas sustentáveis (SALGADO; SABINO, 2006).

Desta forma, para as populações locais, a ampliação dos seus saberes, mais do que simples expansão do conhecimento, traz consigo um novo estilo de vida, fundamentado na consciência e no reconhecimento de que esses saberes também são importantes. Para além dos benefícios de conservação ambiental, a atividade de condução em trilha proporciona aos condutores auto-estima e respeito social, bem como promove mudanças de valores e atitude que servem de modelo aos demais membros da comunidade.

Apesar de sua importância, no entanto, Neiman e Rabinovici (2008) constataam que a participação comunitária na gestão de áreas protegidas, quando existe, ainda configura uma bem intencionada busca.

Para os autores, a participação é um caminho e pressuposto para a busca da qualidade de vida e constitui a prática dos princípios da sustentabilidade ambiental, propagados e perseguidos pelos atores sociais e políticos interessados no manejo dessas áreas, incluindo-se aí as Organizações Não Governamentais (ONGs). Acreditam, portanto, que ao excluir as populações locais estaria se interrompendo a perspectiva de construção da cidadania, perdendo-se o saber e o conhecimento dos sistemas próprios de manejo que podem contribuir para a conservação dos ecossistemas naturais de forma mais efetiva do que os sistemas técnicos convencionais. Defendem que processos de tomada de decisão devem provocar a participação ativa das populações relacionadas com os diferentes ecossistemas, especialmente aquelas diretamente envolvidas com a sua gestão, e para isso, técnicos e autoridades devem se envolver com a realidade, ouvindo, aprendendo e respeitando a perspectiva das populações locais.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de elaborar o roteiro de inter-

pretação (no sentido físico, já implantada) de uma trilha na RPPN Paiol Maria, a partir de um programa de capacitação de monitores ambientais locais, de modo que os mesmos pudessem se apropriar do processo de definição dos temas e possibilidades educativas, de forma participativa e respeitosa aos saberes que possuíam.

Descrição da área

São Lourenço da Serra está localizado a apenas 52 km de São Paulo, sendo o primeiro município que integra a região do Vale do Ribeira. Sua área é de 192 Km², dos quais 0,4 km² constituem área urbanizada e cerca de 90% estão atualmente cobertos por Mata Atlântica. A grande quantidade de nascentes em seus limites faz com que o município esteja incluído na Área de Preservação dos Mananciais, submetido ao Decreto Federal 750/93 que define as regras de conservação e uso sustentável da Mata Atlântica em seu território. Dessa forma, o uso e ocupação do seu solo e o seu crescimento demográfico estão condicionados às diretrizes legais ambientais. Possui aproximadamente 14.000 habitantes dos quais cerca de 2.200 são jovens com idade entre 15 e 19 anos.

Suas áreas de Mata Atlântica e, conseqüentemente, de seus mananciais preservados, são raros na Região Metropolitana de São Paulo e, devido às severas restrições de ocupação, essas características têm sido avaliadas pela população local como um entrave para o desenvolvimento de atividades econômicas, com enormes dificuldades em oferecer oportunidades de emprego e geração de renda à população, especialmente aos jovens. O êxodo para a capital e outras cidades da região têm sido a tônica para esta parcela da comunidade.

Junto com os municípios de Juquitiba, Ibiúna, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra faz parte de um circuito muito procurado pelo Ecoturismo, especialmente pelos que gostam de praticar esportes de aventura na natureza em suas cachoeiras, montanhas e trilhas. Entre os pontos turísticos mais procurados, podem ser citadas a Cascata de Itatuba, ideal para banhistas, a Cachoeira dos Pratas, acessada por meio de trilha, e a Cachoeira do Paiol, que possui uma piscina natural, entre outros. Também há muitas igrejas e museus na cidade, além de feiras e festivais que representam parte da cultura local.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Paiol Maria, com 76 hectares dos 200 hectares do Sítio Paiol Maria, é administrada, em sistema de comodato, pela ONG Instituto Vitae Civilis, que possui sede no município. No Sítio Paiol Maria, propriedade da Ordem dos Servos de Maria, localizado no bairro do Despézio, foram realizadas reformas para adequar um galpão já existente, transformando-o no Centro de Educação Ambiental (CEA), que abriga uma "Sala Verde", uma biblioteca sobre temas ambientais e desenvolvimento sustentável, todos apoiados pelo Ministério do Meio Ambiente. Esse Centro contém um salão para 80 lugares, e quatro quartos coletivos que podem abrigar cerca de 25 pessoas.

Além do CEA, o Instituto Vitae Civilis obteve recursos do Programa PDA-Mata Atlântica e do Programa Fome Zero da Petrobrás no período de março/06 a julho/08 e março/06 a novembro/07, respectivamente. Com esses recursos, foi possível a implantação de trilhas com todas as tecnologias e estratégias de minimização de impactos da visitação, coordenadas por especialistas nesse setor. É nessas trilhas que se pretende realizar os Programas Interpretativos e de Educação Ambiental que irão servir às diversas finalidades. O desafio seguinte foi elaborar em parceria com jovens, poder público local, universidades, ONGs socioambientalistas e empresários, um projeto de Ecoturismo sustentável que pudesse promover uma experiência que, ao mesmo tempo em que protege os recursos naturais, possibilite a geração de renda e trabalho para a comunidade local, re-valorizando a identidade da população.

Metodologia

O marco inicial do projeto de Ecoturismo participativo foi a formação de mão de obra especializada, principalmente através de um curso de capacitação em monitoria ambiental, realizado em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Instituto Physis - Cultura & Ambiente. Durante o curso foram identificadas as principais lideranças e elaborado um plano de trabalho com o grupo de jovens a fim de formar um coletivo (entendido como a relação que reúne um número de pessoas considerado suficiente para uma atividade que tenha um mesmo objeto de ação) e fortalecê-lo (Figuras 1a e 1b).



Figuras 1a e 1b: Participantes do curso de monitoria (Fotos: Ana Paula Lolato Secco, abril, 2007).

O Programa do curso, concebido para 200 horas de duração, foi estruturado em seis módulos. Também foram programadas atividades de campo, a partir de questões norteadoras que envolvem todo o conteúdo trabalhado nos módulos, que foram desenvolvidos nos finais de semana e feriados prolongados de modo que os partici-

pantes pudessem concluir o curso no mês de julho/07.

Dentre os conhecimentos abordados, foram priorizados aqueles que constituem importantes marcos de leitura e interpretação da realidade, essenciais para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de uma forma autônoma. Os conteúdos específicos em cada um dos módulos, aliados a um tratamento transversal de questões sociais, constituíram uma representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura de nosso tempo, cuja aquisição contribuiu para o desenvolvimento das capacidades fundamentais para o pleno exercício da cidadania entre os participantes do curso. Sendo assim, foram eleitos os seguintes temas para os módulos do curso: módulo I - O Ecossistema da Mata Atlântica; e implantação e monitoramento de trilhas interpretativas; Módulo II - O Vale do Ribeira e São Lourenço da Serra; hospitalidade; Módulo III - O fenômeno Turístico; O Ecoturismo; Desenvolvimento de roteiros turísticos; Módulo IV - Unidades de Conservação; Legislação ambiental e turística;

Módulo V - Relação Homem & Natureza; Resgate da cultura local que contribuirão para o turismo sustentável; Módulo VI - Educação Ambiental; Monitoria Ambiental; Interpretação Ambiental.

Simultaneamente ao curso de monitoria ambiental, especialistas em botânica/ecologia vegetal realizaram um levantamento das principais espécies vegetais, presentes no trajeto das trilhas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para obtenção de características ecológicas destas espécies, que pudessem ser aproveitadas na interpretação da trilha (Figura 2).



Figura 2: Monitores ambientais locais participando de levantamento de espécies vegetais nas trilhas da “RPPN Paiol Maria”. Foto: Zysman Neiman, maio, 2007.

Os resultados deste levantamento foram compartilhados com os alunos do curso de monitoria de modo que, juntamente com as informações, discussões e aprendizado obtido no curso, estes pudessem realizar o planejamento interpretativo da trilha. Após a realização de todos os módulos do curso e o levantamento das espécies arbóreas mais importantes, além das características socioambientais da região e ecológicas das trilhas, foram realizadas 03 oficinas participativas com os monitores ambientais que cumpriram as etapas anteriores, para que fossem definidos os temas e o programa interpretativo do projeto de Ecoturismo e Educação Ambiental a ser implantado na RPPN Paiol Maria (Figura 3). Os saberes desse grupo, associados aos conteúdos trabalhados coletivamente ao longo dos módulos, bem como os resultados do levantamento florístico, compuseram um mosaico de informações que foram discutidas e utilizadas para a conclusão desse programa.



Figura 3: Monitores ambientais nas oficinas participativas para a definição do programa de interpretação ambiental (Foto: Ana Paula Lolato Secco, junho, 2007).

Procurou-se conscientizar os futuros monitores ambientais locais que, tanto no que diz respeito aos moradores quanto aos turistas, todos são envolvidos em políticas e programas preservacionistas destinadas à preparação da comunidade em receber o Ecoturismo de modo consciente, motivando a preservação da natureza e da cultura da região. Os ecoturistas, portanto, devem ser monitorados de modo a respeitar as áreas que estão visitando, evitando assim depredações, como atos de vandalismos na natureza, lixo espalhados, desrespeito aos moradores locais, entre outros. Essa tarefa fica mais fácil quando essas questões também são caras aos monitores que conduzem os grupos.

Desenvolvimento

O Ecoturismo deve estar sempre associado aos trabalhos de Educação Ambiental, conduzindo além da conservação da natureza, uma ampliação da possibilidade humana em desenvolver uma relação sincera, afetiva e de respeito com todo ambiente natural. É imprescindível que haja um estímulo da relação afetiva, na qual os indivíduos se sintam parte de um todo, em que suas ações na cidade estão intimamente ligadas aos ambientes naturais fora delas (MENDONÇA, 2000). Foi nesse sentido que o curso e a elaboração do programa interpretativo foram conduzidos, procurando, através da identificação dos laços existente entre os participantes e a localidade, reforçar os vínculos de identidade e auto-estima.

Os resultados do levantamento botânico ao longo das trilhas revelaram a presença de 36 espécies amostradas (Tabela 1 - páginas 20 e 21), das quais amostradas 32 lenhosas, arbustivas ou arbóreas, 4 herbáceas (*Chusquea* sp., *Hedychium coronarium*) e 2 epífitas (*Riphsalis* sp., *Vriesea carinata*). Algumas espécies foram observadas com grande frequência nas trilhas, como palmito (*Euterpe edulis*), manacá da serra (*Tibouchina mutabilis*), e espécies de canela (*Nectandra rigida*, *Ocotea* sp.).

As espécies pioneiras (P) são aquelas que aparecem primeiramente no processo de sucessão ecológica, em uma área que foi desmatada ou perturbada e está em processo de regeneração inicial, ou seja, a presença de indivíduos dessas espécies indica uma floresta jovem ou degradada.

As espécies não pioneiras (NP) são aquelas que só ocorrem no processo final da sucessão, ou seja, espécies que necessitam de sombra nos estágios iniciais de desenvolvimento, sendo assim a presença de indivíduos dessas espécies indicam uma floresta madura ou bem conservada.

O conteúdo e a metodologia utilizada no curso de Monitoria Ambiental e, principalmente, nas oficinas participativas realizadas após o mesmo, resultou na escolha pelos monitores ambientais locais das temáticas a serem desenvolvida nos roteiros interpretativos. Após intenso debate, onde as percepções individuais aliadas aos levantamentos de espécies realizados foram integradas, chegou-se às denominações das trilhas segundo seus atrativos e aspectos relevantes, principalmente relativos as características das espécies pioneiras e não pioneiras encontradas.

As três trilhas principais foram então denominadas como: “Trilha das Canelas” (correspondente a trilha 1), devido a existência de um grande número de exemplares dessa espécie; “Trilhas das Águas” (correspondente a trilha 2), devido ao fato de seu trajeto acompanhar um significativo trecho do Rio São Lourenço, nascentes e afluentes; e “Trilha Ibirá-mirim” (correspondente à trilha 3), termo do Tupi-Guarani que explica a grande quantidade de árvores jovens ali existentes. Em função do trabalho simultâneo de identificação das espécies vegetais, principalmente arbóreas, surgiu o nome e o tema a ser desenvolvido nessas.

Tabela 1. Espécies amostradas ao longo de 3 trilhas na RPPN Paiol Maria. Números solteiros indicam as árvores frondosas amostradas ao longo das trilhas, e os números seguidos de Δ, se referem a árvores que apesar de não se mostrarem frondosas diante da trilha apresentavam-se em abundância na estrutura da floresta. Grupo ecológico da espécie- P- pioneira (pioneira/secundária inicial), NP - não pioneira (secundária tardia/climácica).

Nome Popular	Nome científico/ FAMÍLIA BOTÂNICA	Grupo ecológico	Trilhas
1-Araucária	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze - ARAUCARIACEAE	P	2
2- Guatambu	<i>Aspidosperma parvifolium</i> A. DC. - APOCYNACEAE	NP	3
3- Fumão	<i>Bathysa meridionalis</i> L.B. Sm. & Downs = <i>Bathysa australis</i> Hook. – RUBIACEAE	P	1, 2
4- Canjerana	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.)Mart.- MELIACEAE	NP	1
5- Guabiroba	<i>Campomanesia quaviroba</i> (DC.) Kiersk. - MYRTACEAE	NP	2,3
6- Guaçatonga	<i>Casearia obliqua</i> Spreng. – SALICACEAE	NP	3
7- Embaúba	<i>Cecropia hololeuca</i> Miq. - CECROPIACEAE	P	3
8- Cedro	<i>Cedrella fissilis</i> Vell. - MELIACEAE	NP	1
9-	<i>Cf Gomidesia</i> - MYRTACEAE	NP	3
10-Taquarinha	<i>Chusquea</i> sp. – POACEAE	P	3
11- Cuvantã	<i>Cupania oblongifolia</i> Mart.- SAPINDACEAE	NP	3
12- Canela cheirosa	<i>Endlicheria paniculata</i> (Spreng.) J. F. Macbr- LAURACEAE	NP	1
13- Araçá	<i>Eugenia</i> sp. - MYRTACEAE	NP	1
14-	<i>Eugenia</i> sp. – MYRTACEAE	NP	2
15- Palmito Juçara	<i>Euterpe edulis</i> Mart.- ARECACEAE	NP	1,2,3
16-Guaricanga	<i>Geonoma elegans</i> Mart.- ARECACEAE	P	3
17-Napoleão	<i>Hedychium coronarium</i> J. König.- ZINGIBERACEAE		2
18-	<i>Macherium</i> sp. - FABACEAE	NP	2

continua...

continuação...

Nome Popular	Nome científico/ FAMÍLIA BOTÂNICA	Grupo ecológico	Trilhas
19-	<i>Miconia</i> sp. - MELASTOMATACEAE	P	3
20-	<i>Miconia</i> sp. - MELASTOMATACEAE	P	3
21- Jaboticaba	<i>Myrciaria</i> sp. - MYRTACEAE	NP	2
22-Canela Ferrugem	<i>Nectandra rigida</i> (Kunth) Nees- LAURACEAE	NP	1,2
23- Canela	<i>Ocotea</i> sp. - LAURACEAE	NP	1
24-	<i>Ouratea</i> sp. - OCHNACEAE		3
25-	<i>Piper</i> sp. - PIPERACEAE	P	3
26-Jacarandá do litoral	<i>Platymiscium floribundum</i> Vogel- FABACEAE	NP	2
27-Pêssego do mato	<i>Pouteria torta</i> (Mart) Radlk - SAPOTACEAE	NP	3
28-Imbiruçu	<i>Pseudobombax grandiflorum</i> (Cav.) A. Robyns - BOMBACEAE	P	2
29- Caféd'anta	<i>Psycotria suterella</i> - RUBIACEAE	NP	3
30- Ripisalis	<i>Rhipsalis</i> sp. – CACTACEAE		3
31-Carvalho brasileiro	<i>Roupala brasiliensis</i> Klotzsch - PROTEACEAE	NP	3
32-Limão bravo	<i>Sequoiaria floribunda</i> Benth – PHYTOLACACAE	P	3
33- Jacatirão	<i>Tibouchina mutabilis</i> Cogn. - MELASTOMATACEAE	P	3
34-Bicuiba	<i>Virola oleifera</i> (Schott) A. C. Sm.- MYRISTICACEAE	T	3
35-	<i>Vriesea carinata</i> Wawra- BROMELIACEAE		2
36-Mamica de porca	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam.- RUTACEAE	P	1

Na Trilha das Canelas (820 metros de extensão) o tema e roteiro interpretativos elaborados coletivamente foram a histórica de ocupação e a degradação da Mata Atlântica da região, incluindo a atual preocupação com sua conservação. Este nome e tema da Trilha surgiram da constatação das espécies arbóreas mais abundantes

(muitos indivíduos de canela) e de seus aspectos históricos (caminhos de extração de madeira e ruínas de fornos de carvão). O uso histórico dessa trilha foi resgatado a partir dos saberes dos monitores participantes, que conheciam a história local e buscaram, por meio de pesquisas com mais velhos e em fontes bibliográficas, os principais elementos para contá-la através da interpretação ambiental.

Pode-se observar que nesta trilha (Tabela 1 - trilha 1) a maioria das espécies amostradas é de não pioneiras, como peroba, canelas, palmito juçara, cedro, indicando que nesta trilha a vegetação encontra-se relativamente bem conservada. Algumas das espécies aqui amostradas encontram-se ameaçadas de extinção, como cedro, araucária e palmito juçara.

Na "Trilha das Águas" (5.800 metros) o tema e o roteiro envolveram a temática da água no mundo atual, sua escassez e poluição, assim como a produção de água no Vale do Ribeira e a potencialidade deste recurso para uso ecoturístico.

Na Trilha Ibirá-mirim (2.380 metros de extensão) o tema e roteiro interpretativos surgiram a partir da realização dos módulos do curso que trataram da ecologia da Mata Atlântica, juntamente com o levantamento botânico. Constatou-se que o processo de sucessão ecológica ao longo da trilha era muito visível e didático, e a grande presença de indivíduos jovens de espécies arbóreas revelava que essa área se encontrava em processo inicial de recuperação. Outros trechos, com exemplares de maior porte, indicavam que a comunidade biológica se encontrava em estágios mais avançados de recuperação. Mais uma vez, portanto, a trajetória de uso e ocupação do solo, com retirada da Mata Atlântica no passado, aliado com o atual momento da região, que aposta em alternativas mais sustentáveis de uso dos recursos, poderia ser o tema principal da trilha. Coletivamente decidiram-se quais os aspectos mais particulares da trilha seriam utilizados para fazer essa interpretação.

Pode-se observar que nesta trilha (Tabela 1 - trilha 3) grande parte das espécies amostradas é pioneira (embaúba, jacatirão, limão-bravo), indicando que o trecho de vegetação dessa trilha encontra-se em estágio sucessional inicial, ou seja, um trecho de floresta degradado.

Foi o diálogo entre o conhecimento local dos alunos-monitores com o conhecimento científico e as práticas pedagógicas dos professores-facilitadores, que culminaram no processo de construção da temática da trilha. A lista de temas abaixo foi elaborada após as oficinas participativas e compõe, atualmente, os principais pontos de interpretação ao longo das trilhas.

a) Águas no mundo contemporâneo:

- Os mananciais e sua importância para o abastecimento;
- Preservação de áreas de mananciais;
- Saneamento Básico;
- Bacias hidrográficas;
- A formação hidrográfica do Vale do Ribeira;

- Chuvas orográficas e sua importância para a Mata Atlântica;
- Uso econômico dos recursos hídricos;
- A balneabilidade e os usos recreativos das águas;
- A contemplação da beleza cênica das fontes e cursos d'água.

b) Uso do solo e exploração dos recursos naturais da Mata Atlântica ao longo da história:

- Extrativismo de espécies nativas;
- Os Ciclos econômicos de uso do solo no Brasil: Pau-Brasil, café e cana-de-açúcar;
- Produção de carvão para a industrialização;
- O desmatamento para expansão urbana;
- A recuperação de áreas degradadas;
- Sucessão e Relações ecológicas;
- Conservação de fauna e flora e importância ecológica e econômica da biodiversidade;
- Observação de pássaros e outros animais;
- Minimização de impactos em trilhas e caminhos humanos na Mata;
- Reserva da Mata Atlântica do Cinturão Verde da Região Metropolitana de São Paulo;
- Unidades de Conservação e a importância das RPPNs;

c) Cultura e comunidades em um mundo globalizado:

- Comunidade, identidade e Cultura tradicional;
- Geração de renda e qualidade de vida;
- Uso tradicional da floresta em cultivos agrícolas;
- Formação de lideranças e integração comunitária;
- Educação Ambiental e mudanças de comportamentos e valores;
- Valorização da diversidade cultural na busca de alternativas de relação entre sociedade e natureza;
- Crítica ao uso de técnicas incompatíveis com a sustentabilidade;
- Respeito mútuo e valorização de cada indivíduo em sua singularidade;
- Transformação e enriquecimento do saber pessoal pelo diálogo;
- A busca de sistemas de produção sustentáveis na Mata Atlântica, aliando ciência e conhecimento local;
- Conhecimento, respeito e valorização das diferentes linguagens pelas quais se expressa a pluralidade cultural;

Como se pode observar o conteúdo das discussões e do curso de monitoria foi absorvido, refletido, trabalhado e reconstruído a partir da junção do conhecimento dos alunos-monitores, com o conhecimento científico.

O aspecto histórico da região foi resgatado pelos próprios monitores a partir de seus conhecimentos. Isso deverá garantir que a difusão destes conhecimentos seja

feita de forma espontânea e natural, pois não foi retirada de nenhum livro, nem tampouco foi imposta aos monitores. Isso é um ganho significativo, uma vez que, em geral, os aspectos históricos de atrativos ecoturísticos, são sinteticamente memorizados e transmitidos ao visitante de forma mecânica e repetitiva.

Por outro lado, aspectos como a composição e ecologia vegetal geralmente são pouco explorados em trilhas ou outros atrativos turísticos, talvez pela dificuldade em se reconhecer e identificar as espécies, ou pelo aspecto menos carismático que as plantas representam aos monitores e visitantes, comparando-se com a fauna, por exemplo, devido a uma percepção menos aguçada para este recurso.

Reflexões sobre o projeto

O foco maior do projeto foi a elaboração de roteiros de Interpretação e Sensibilização Ambiental nas trilhas da RPPN Paiol Maria, para que as dificuldades de relacionamento entre o ser humano e o ambiente possam razoavelmente superadas, pois o tratamento integrado das diversas áreas do conhecimento humano, aliado a um compromisso com as relações interpessoais, faz com que haja um aprofundamento na capacidade dos educandos de intervir na realidade e transformá-la. Nesses roteiros, uma vez que são realizados em ambientes que possibilitam o contato com a riqueza sócio-ambiental, seja dos biomas naturais locais, seja das comunidades residentes em seu entorno, há condições para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e a atuar na realidade de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a Interpretação e a Sensibilização Ambiental se proponham ali a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos.

A conquista dos objetivos educacionais de qualquer atividade depende de uma prática que tenha como eixo a formação de um cidadão autônomo e participativo. Essa prática pressupõe que os educandos sejam sujeitos de seu processo de aprendizagem e que construam significados para o que aprendem, por meio de múltiplas e complexas interações com os objetos de conhecimento, tendo, para tanto, o educador como mediador.

Segundo Barbieri (2004) os problemas ambientais provocados pelo homem, veem sua origem na utilização dos recursos naturais para a produção de bens e serviços que necessitam e dos despejos de materiais e energia não aproveitados durante o processo na natureza.

Andrade *et al.* (2000) apontam como principais benefícios de uma Gestão Ambiental, ou seja, uma administração ecologicamente consciente e a sobrevivência humana em longo prazo: o consenso público, que se apresenta nas relações com a comunidade local; a oportunidade de mercado, uma vez que os consumidores enxergam a preocupação ambiental como um diferencial; a redução de risco, tanto para os tra-

balhadores como para os habitantes locais; redução de custos, uma vez que a maior parte da poluição ambiental é gerada por materiais desperdiçados durante o processo produtivo; e finalmente a integridade pessoal, em todos os níveis dos colaboradores da organização, pois os mesmos sabem que estão contribuindo com a sociedade. Foi no sentido de inserir os monitores ambientais na Gestão da RPPN Paiol Maria que foram conduzidos tanto o curso quanto o processo decisório do programa de interpretação ambiental de suas trilhas.

Após a conferência da ONU no Rio de Janeiro – Rio 92 – foram desenvolvidos os conceitos atuais e também o conceito de sustentabilidade. Desde então, podemos acompanhar o crescimento e a dimensão que os termos “Ecoturismo” e “sustentabilidade” vêm se difundindo em nossa sociedade. A essência do Ecoturismo está relacionada ao estado de conservação da natureza. Em espaços sem natureza não há meios de desenvolvê-lo, e quanto mais extensas as áreas de matas conservadas, maior será a satisfação do ecoturista. Deste modo, o Ecoturismo é uma peça fundamental para a criação de projetos destinados à preservação e recuperação dos ecossistemas. Tudo isso, no entanto, tem sido insuficiente para aumentar a participação de alguns grupos da sociedade nos processos de conservação., sendo esse um dos problemas muito enfatizados tanto pelos professores quanto pelos monitores locais participantes deste projeto.

Fica claro para os educandos que a busca por um pensamento responsável, que visa à consciência ambiental, é fator fundamental para a manutenção da qualidade de vida desta e das futuras gerações. O fenômeno turístico possui crescente literatura de conceituações e definições dado a complexidade e abrangência da atividade, porém ainda é deficiente em estudos que abordem sua sistemática do ponto de vista filosófico. As pesquisas são, na maioria das vezes, objetivadas a considerar e analisar somente os aspectos econômicos, sociais, e legais gerados pela atividade (ANDRADE, 1997). A compreensão dessa especificidade é fundamental aos monitores locais, que além de se proteger das ilusões promovidas pelo mercado do turismo, de que o mesmo por si próprio pode solucionar todo tipo de problema social, pode contribuir através da avaliação de suas práticas, para o aumento do conhecimento que conduziria o segmento para melhores práticas.

Vale lembrar que esta possibilidade de turismo no ambiente natural, como a que está sendo sugerida para a RPPN Paiol Maria, surgiu como contraproposta à forma como o turismo de massa ou convencional vem se desenvolvendo em outras localidades, sem nenhum tipo de compromisso e respeito com as questões ambientais, sociais e culturais do lugar. O envolvimento dos atores locais intenciona que ali seja implantado um turismo alternativo, em oposição ao convencional. Sendo assim, foi consenso do grupo que participou do projeto que o mesmo terá como característica o atendimento a pequenos grupos, respeitando os limites dos ambientes locais, que são frágeis às ações antrópicas.

Como em todas as etapas houve envolvimento dos jovens que participaram do

curso, procurou-se garantir a estas possibilidades de trabalhos diretos ou indiretos com o turismo, o que além do possível aumento na renda, aproxima-os dos turistas, promovendo trocas culturais, evitando que sejam deixados à margem do desenvolvimento efetivo desta atividade.

Com relação ao seu trabalho como intérpretes ambientais, foi alertado ao grupo que o Ecoturismo deve estar sempre associado aos trabalhos de Educação Ambiental, conduzindo além da conservação da natureza, uma ampliação da possibilidade humana em desenvolver uma relação sincera, afetiva e de respeito com todo ambiente natural. É imprescindível que haja um estímulo da relação afetiva, na qual os indivíduos se sintam parte de um todo, em que suas ações na cidade estão intimamente ligadas aos ambientes naturais fora delas (MENDONÇA, 2000). Foi nesse sentido que o curso e a elaboração do programa interpretativo foram conduzidos, procurando, por meio da identificação dos laços existente entre os participantes e a localidade, reforçar os vínculos de identidade e auto-estima.

Procurou-se conscientizar os futuros monitores ambientais locais que, tanto no que diz respeito aos moradores quanto aos turistas, todos são envolvidos em políticas e programas preservacionistas destinadas à preparação da comunidade em receber o Ecoturismo de modo consciente, motivando a preservação da natureza e da cultura da região. Os ecoturistas, portanto, devem ser monitorados de modo a respeitar as áreas que estão visitando, evitando assim depredações, como atos de vandalismos na natureza, lixo espalhados, desrespeito aos moradores locais, entre outros. Essa tarefa fica mais fácil quando essas questões também são caras aos monitores que conduzem os grupos.

Os professores e pesquisadores que participam do projeto procuraram esclarecer que, infelizmente, a Educação Ambiental ainda não atingiu resultados satisfatórios, visto que ainda ocorrem muitos casos de agressões ao ambiente natural e falta de planejamento eficiente em Unidades de Conservação, como nas RPPNs. Porém, foi dada muita ênfase na necessidade de que haja um crescimento de programas que estimulam as ações de sensibilização e proteção da natureza, e aqui o papel dos condutores de trilhas é fundamental. Assim como considera Mendonça (2000), foi discutido que uma condução mal realizada é um desperdício de oportunidades educativas nas visitas ecoturísticas, que muitas vezes, são altamente impactantes, e não deixam de reproduzir a nossa cultura, na qual as visitas são moldadas nos ritmos urbanos, onde os interesses estão no fim da linha, na chegada ao atrativo, ficando de lado a experiência em si, o caminho, a trilha.

O desenvolvimento do Ecoturismo na RPPN Paiol Maria, bem como na região de São Lourenço da Serra pode vir a se tornar uma alternativa de uso sustentável dos recursos naturais. Todavia, segundo Presvelou (2000), os programas de desenvolvimento da atividade deverão ser multidisciplinares quanto às concepções, e plurisetoriais quanto à execução. Isso quer dizer que deve haver o envolvimento dos diferentes setores da sociedade para o efetivo funcionamento da atividade, devendo ser mobilizados as sociedades civis organizadas ou não, órgãos públicos e iniciativas privadas,

incluindo também as instituições de ensino.

O essencial é que essa atividade se integre aos outros objetivos propostos para a revitalização da região: aumento de empregos, reabilitação da agricultura, valorização dos sítios arqueológicos, dos biótipos, das formações geológicas e do respeito ao sistema ecológico (PRESVELOU, 2000: 160).

Há também de se considerar que uma das reflexões cruciais seja perguntar se todo processo de implementação do Ecoturismo na RPPN Paiol Maria tem condições não só de gerar emprego e renda, como eventualmente parece ter, mas de distribuir a renda adequadamente e diminuir as desigualdades sócio-econômicas, em um país que sabiamente ocupa uma das primeiras posições no ranking da desigualdade mundial, conforme preconiza Froehlich (2001). Assim, é pertinente alertar que os programas de incentivo a esta modalidade na região esclareçam: quais setores da sociedade a atividade estará beneficiando direta ou indiretamente; quais empregos serão criados; e que suas perspectivas sejam medidas em longo prazo. Nas sociedades a diminuição das desigualdades sociais, da pobreza, e melhores condições de vida com moradia, transporte, trabalho, áreas de lazer e saúde devem ser conquistados. Nesse contexto, cabe à palavra desenvolvimento, o desenvolvimento das relações humanas para que se alcancem os objetivos supracitados.

A expansão do Ecoturismo em São Lourenço da Serra deve ocorrer até o limite da sua capacidade territorial de receber visitantes. Devem-se impor limites ao crescimento do turismo, pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social.

As comunidades locais são vulneráveis aos impactos danosos do desenvolvimento turístico, por isso, a interdependência do Ecoturismo e do ambiente social e físico é fundamental para o futuro de cada um deles. É essencial a busca de um modo de acomodar as necessidades de todas as partes envolvidas, sem que o controle seja externo àqueles que sofrem seus efeitos mais diretamente. A negligência em relação às questões de conservação e qualidade de vida, ameaça a própria base das populações locais e a viabilidade da atividade turística sustentável. Nesse sentido, foi realizado um intenso trabalho de conscientização sobre o papel do monitor ambiental como multiplicador e mobilizador de uma identidade regional que agregue a comunidade e mantenha sua força cultural. Procurou-se deixar claro a todos que a “anatomia” do fenômeno turístico é basicamente composta por três elementos: o homem, como ator do ato de turismo; o espaço, como elemento físico; e o tempo, elemento temporal que é consumido pela própria viagem e pela estada no local de destino. Esses três elementos devem estar harmonicamente interligados para que os impactos negativos do turismo sejam minimizados.

É válido destacar as conceituações de autores como Campanhola e Silva

(2002), na qual consideram a atividade turística como sendo um subconjunto específico de atividades que têm estreita relação com o ambiente natural e cultural do meio rural, relacionando-se de forma direta com a comunidade e proporcionando sua participação. Sob este aspecto, diferencia-se de outras atividades realizadas no meio rural, como as que estão relacionadas aos *spas*, centros de convenção, estabelecimentos noturnos, colônias de férias, hotéis-fazenda, condomínios fechados, hipódromos, entre outros, desprezando qualquer interação com a comunidade rural adjacente. Não obstante, cabe ainda ressaltar que segundo Almeida e Blos (2000), esta modalidade revela a capacidade em estimular e promover o desenvolvimento com base local, pois constitui o repensar do espaço rural, em que tanto os sistemas agropecuários quanto a comunidade devem se revestir de responsabilidades com o ambiente natural, autêntico, eliminando degradações na cultura e no meio ambiente.

De acordo com Cavaco (1996), quando se analisam os aspectos do desenvolvimento econômico do turismo rural, devem-se considerar simultaneamente os fatores econômicos, sociais e territoriais, envolvendo assim processos de mudanças estruturais, promovendo uma produção social significativa, redistribuição mais equilibrada de riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, envolvendo neste processo, sobretudo as classes sociais menos favorecidas.

O contato com a natureza e a procura por uma melhor qualidade de vida, o que se refere a tudo que contribui para criar condições favoráveis ao desenvolvimento do indivíduo, têm sido uma das maiores motivações do turismo nas últimas décadas. O declínio da qualidade de vida nas metrópoles tem provocado estresse nas pessoas e, conseqüentemente, fuga para locais distantes, em que possam apreciar o contato com a natureza e buscar tranquilidade. Assim, para garantir que existência das condições ideais para que o Ecoturismo se desenvolva, deve começar a integração entre promotores (receptores) e o visitante a partir da base, ou seja, dos municípios. O município é a unidade de governo mais próxima dos cidadãos. É nele que pessoas têm acesso à educação, à profissionalização, cria relações sociais e exercem a cidadania. É nele também que os problemas sociais e econômicos tornam-se mais intensos.

Os trabalhos de capacitação em bases sólidas, que reforcem os vínculos dos indivíduos ao seu território (seu município), podem reverter-se em importantes fontes de emprego e renda, criando novos setores de trabalho e viabilizando o crescimento da economia local. Além disso, o desenvolvimento do Ecoturismo de base local contribui para a melhoria da qualidade de vida, para a proteção do meio ambiente e preservação do patrimônio natural e cultural. Porém, como foi feito neste projeto, é importante deixar claro aos envolvidos que não basta apenas desenvolver o Ecoturismo no município. É importante que este desenvolvimento seja sustentável.

Assim sendo, ao se implantar o turismo sustentável, devem ser levados em consideração os impactos ambientais, através de um processo de planejamento que evite ou reduza os efeitos negativos reforçando os positivos. Esses impactos devem ser continuamente supervisionados e geridos, de modo que quaisquer impactos negativos que venham a surgir possam ser detectados e corrigidos antes de assumirem

proporções graves. E aqui os monitores ambientais podem se tornar “fiscais” de si mesmos e da comunidade como um todo, no sentido de garantir os acertos de rumo quando necessário.

A política de desenvolvimento do turismo sustentável pode maximizar os impactos sócio-econômicos positivos dele derivados, englobando principalmente as decisões relativas à criação de empregos, à renda gerada pelas atividades turísticas, às divisas geradas pelo turismo internacional e ao aumento da arrecadação de impostos em consequência dos gastos turísticos na área. Para isso, o desenvolvimento sustentável do turismo requer uma nova concepção da prática da atividade. De acordo com Pearce (1989), o desenvolvimento sustentável da atividade turística significa a maximização e otimização da distribuição de benefícios do desenvolvimento econômico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais são oferecidos os serviços turísticos para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados.

Se, como Swarbrooke (2000), entendermos que a expressão “turismo sustentável” encerra uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade, a participação da mesma nos processos decisórios de gestão devem ser garantidos acima de tudo. O envolvimento da comunidade é um aspecto fundamental no desenvolvimento do turismo sustentável. É importante que aquela e seus residentes recebam benefícios do turismo para motivar as mudanças desejadas, pois o desenvolvimento do turismo requer transformações de comportamento passando a conservar o ambiente em vez de consumi-lo.

Concordamos que o discurso de que as populações locais representam séria ameaça à biodiversidade se torna incoerente e paradoxal já que o ser humano e a natureza não podem, por questões próprias serem segregados. O ser humano faz parte da natureza e, mais do que isso, ele também é natureza. As populações locais, em sua maioria, mantêm relações com a natureza muito mais próximas. Inexiste a noção antropocêntrica e hierarquizante, comum na sociedade urbano-industrial contemporânea, de que o ser humano está acima do mundo natural e que este o controla. Nestas comunidades há uma maior união entre estes universos, que se aproximam de uma simbiose. Sendo assim, as relações com a natureza, ou os recursos naturais, se dão em um nível mais equilibrado e sustentável.

A participação dos atores sociais locais nas etapas de implantação das trilhas e dos programas interpretativos na RPPN Paio Maria atende ao entendimento de Vargas (1998), que afirma que a chamada *indústria ecoturística* depende de uma gestão sustentável do patrimônio natural e cultural, onde o desenvolvimento sustentável, baseado na atividade ecoturística, só poderá ser resultado da ação conjunta de todos os agentes interessados no desenvolvimento, seja o setor público, o setor privado e toda a comunidade local para que não se mate a “galinha dos ovos de ouro”.

O envolvimento dos monitores ambientais pode gerar maior conservação dos

recursos naturais de São Lourenço da Serra. De acordo com Provinciali e Silva (2000), o grau de impactos gerados numa determinada área tem relação com a responsabilidade social e ecológica, ou seja, com as obrigações de uma comunidade para com o meio ambiente e consigo mesma, e com seus valores éticos (regras morais utilizadas na tomada de decisões que afetem a coletividade e seu entorno). A falta de consciência preservacionista tanto do ecoturista quanto da comunidade receptora dá origem a uma grande quantidade de impactos que poderão vir a degradar o produto turístico.

Não se pode esquecer que a noção de impacto ambiental, social e econômico, em face de um novo projeto, pressupõe julgamento, depende dos grupos sociais envolvidos e de sua capacidade de influir, tanto no processo de avaliação dos impactos do projeto, quanto na escolha das alternativas menos impactantes e julgar as medidas propostas em face da proteção ambiental, da saúde pública e das modificações do estado geral de suas vidas (PORTUGAL, 2008, s/p).

Considerações finais

Pode-se concluir que o conhecimento local dos alunos-monitores, juntamente com o conhecimento científico e práticas pedagógicas dos educadores - facilitadores, culminou no processo de construção da temática da trilha. Isso deverá garantir que a difusão destes conhecimentos, seja feita de forma espontânea alcançando assim os objetivos de sensibilização, educação do visitante.

O grande ganho observado neste estudo foi a apropriação dos conhecimentos científicos pelos monitores ambientais locais, tanto aqueles trabalhados no curso de capacitação, quanto os revelados nos levantamentos florísticos principalmente. O diálogo entre os saberes estabeleceu-se em bases sólidas que puderam dar aos protagonistas o sentimento de partícipes da esfera de decisão dos rumos que, de certa forma, delinearão sua própria prática profissional e, porque não dizer, sua vida pessoal e comunitária.

O desafio é, inseridos em um contexto capitalista e hegemônico, transpor uma série de valores arraigados em uma lógica consumista e cruel, para então propor um novo paradigma baseado em uma nova ética. O trabalho de conscientização dos monitores locais aliados a sua percepção de que eles podem e tem capacidade para gerir seus próprios projetos de vida e profissionais, constituem fases cruciais e indispensáveis de qualquer programa de implantação do Ecoturismo nas regiões com potencial para o mesmo. Mais do que isso, esse trabalho deve estar calcado num bem elaborado processo de Educação Ambiental.

Grande parte dos projetos de Educação Ambiental se limita apenas a fase de mobilização de pessoas, comunidades e instituições. Tal estratégia, via de regra, re-

sulta em desgaste e falta de credibilidade do processo. Não basta alertar para os problemas ambientais e chamar a comunidade a participar das soluções. O ser humano, por ser basicamente construtivo e criativo, se sensibilizado, poderá construir, criar, individual ou coletivamente, condições melhores de vida para si mesmo e para seus semelhantes.

A fase da *mobilização* deve visar a orientação das pessoas, instituições e comunidades para que disponibilizem seus esforços no sentido de cooperar, transformar e construir situações mais desejáveis do ponto de vista ambiental, encontrando e propondo soluções tanto a nível local como global. Uma atuação mais consciente coloca em movimento, “agita”, faz surgir alternativas de resolução dos problemas, que exigem ação individual e coletiva, envolvimento e participação de todos no seu enfrentamento e execução de propostas de solução.

Se a fase anterior for desenvolvida com sucesso, a ação assegurará a execução prática dos projetos ambientais que se deseja concretizar, além da implementação de políticas públicas que atendam às demandas de conservação exigidas pela sociedade civil conscientizada e sensibilizada. A Educação Ambiental deve atuar no sentido de gerar essas ações desejadas junto a pessoas, instituições e comunidades, com a indispensável participação das mesmas. Essas foram sempre as premissas que conduziram este projeto.

O próximo passo em relação à visitação nas trilhas implantadas seria estudar a capacidade de suporte dos atrativos e definir um programa de monitoramento para as mesmas, evitando-se assim a degradação dos recursos naturais.

O desafio em nossa sociedade capitalista e hegemônica, é transpor uma série de valores arraigados em uma lógica consumista e cruel, para então propor um novo paradigma baseado em uma nova ética. Este trabalho demonstra ter iniciado um processo de ruptura neste contexto, incluindo a comunidade local na atividade de Ecoturismo da RPPN Paiol Maria.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J.A.; BLOS, W. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável *in* **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

ANDRADE, J. V. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

ANDRADE, R.O.B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A.B. **Gestão Ambiental – Enfoque estratégico aplicado ao Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Makron Books, 2000.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2004.

CAMARGO, M.C.R. Aplicação de indicadores perceptivos para análise das paisagens cênicas de uma seção da rodovia Joaquim Maracaípe – TO-030 entre os distritos de Taquaruçu e Palmas – TO: contribuições para o ecoturismo da região e aplicações em trilhas ecológicas *In: Anais* do Iº Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas. Rio de Janeiro: Infotrilhas, 2006.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. O lazer e o novo rural *in* BRUHNS, Heloisa T.; GUILTERREZ, Gustavo L. (orgs.). **Enfoques contemporâneos do lúdico: III ciclo de debates lazer e motricidade.** Campinas, SP: Autores associados, Comissão de Pós – graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local *in* **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FROEHLICH, J.M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando criticamente o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento *in* **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru: Eudusc, 2001.

GARAY, I.; DIAS B.F.S. (orgs.) **Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento.** Petrópolis: Vozes, 2001.

JESUS, J.S.; RIBEIRO, E.M.S. Diagnóstico e proposta de implementação de trilha no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo Agostinho, PE. *In: Anais* do Iº Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas. Rio de Janeiro: Infotrilhas, 2006.

JESUS, J.S.; SELVA, V.F. Estudo comparativo do uso de trilhas interpretativas nos Parques Nacionais de Ubajara, Ceará, e Sete Cidades, Piauí. *In: Anais* do Iº Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas. Rio de Janeiro: Infotrilhas, 2006.

LECHNER, L. Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. **Cadernos de Conservação**, ano 3, n.3, junho 2006.

MENDONÇA, R. A experiência na natureza segundo Joseph Cornell. *In: SERRANO, C. (org.). A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental.* São Paulo: Chronos, 2000. p: 135-154. (Coleção Tours).

MILANO, M. S. Conceitos e princípios gerais de ecologia e conservação. *In: FUNDAÇÃO O Boticário de Proteção à Natureza* (Ed.). Curso de administração e manejo em Unidades de Conservação. Curitiba: FBPN, 2001. p. 1-55.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Envolvimento Sustentável em Comunidades de Conservação. **OLAM**, v. 8, nº1, 2008, pp. 6-30.

PASSOLD, A. J. **Seleção de indicadores para o monitoramento do uso público em áreas naturais**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba.

PEARCE, D. **Tourist development**. Harlow: Longman, 1989.

PIRES, P.S. Paisagem Litorânea de Santa Catarina como Recurso Turístico. *In: Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 2002.

PORTUGAL, G. **Novos Projetos e a participação popular**. Disponível em: <<http://www.gpca.com.br/gil/art111.htm>> Acesso em 07 nov. 2008.

PRESVELOU, C. Ações inovadoras em turismo rural. *In: Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Papyrus, 2000. pp.143-162.

PROVINCIALI V. L.; SILVA G. J. A importância da ética e da responsabilidade social e ecológica em áreas ambientalmente frágeis - O caso das Praias do Saco e Abais/SE. *In: World Ecotour Annals*. Salvador, 2000.

SALGADO, F.R.S.; SABINO, J. O uso de trilha no Povoado do Mangue, Alagoas, como instrumento de inserção social e educação ambiental. *In: Anais do 1º Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas*. Rio de Janeiro: Infotrilhas, 2006.

SALVATI, S.S. **Trilhas: conceitos, técnicas de implantação e impactos**. Disponível em: <<http://ecosfera.sites.uol.com.br/trilhas.htm#impactos>> Acesso em 20 out. 2008.

SCHMITT, H.; BUSSOLOTI, J.M.. Implantação da Trilha do Caxetal, Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar/SP. *In: Anais do 1º Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas*. Rio de Janeiro: Infotrilhas, 2006.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. Vol. 5. [tradução Saulo Krieger]. São Paulo: Aleph, 2000.

VARGAS, H. C. Turismo e valorização do lugar. In: Turismo em análise. São Paulo, 9 (I): 7-19, maio, 1998.

Zysman Neiman, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);

Email: zysman@ufscar.br;

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6435341856481082>

Eliana Cardoso-Leite, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);

Email: eliana.leite@ufscar.br;

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2186623269243747>

Diego Sotto Podadera, Grupo Interdisciplinar Pesquisa em Gestão de Áreas Protegidas - GIGA - UNESP;

Email: diegopodadera@gmail.com

Data da Submissão: 31 de outubro de 2008

Data de aceite: 24 de dezembro de 2008

Impactos ambientais culturais e estéticos no Parque Estadual do Pico do Jabre, Matureia (PB)

Angela Maria Cavalcanti Ramalho, Camila Carol Albuquerque Oliveira, Pollyana Soares de Abreu Moraes, Suely Oliveira Pinheiro Costa

RESUMO

O impacto ambiental geralmente resultante de atividades antrópicas, podem afetar direta ou indiretamente o ecossistema, a população, as atividades socioeconômicas, as condições estéticas e culturais como também a qualidade de vida e dos recursos ambientais. O presente trabalho teve como objetivo fazer uma análise dos impactos culturais e estéticos no Parque Estadual do Pico do Jabre, na cidade de Matureia (PB), resultante principalmente da implantação de torres de comunicação. Foi feito um levantamento de dados e uma visita de campo para analisar os impactos culturais e estéticos existentes naquela Unidade de Conservação. A área analisada é vista como de grande potencial para a prática do Ecoturismo, porém não há condições favoráveis a este tipo de atividade devido à ausência de investimentos e valorização da mesma; tornando o ambiente facilmente degradado pelos visitantes. A comunidade tradicional do entorno do Parque, que poderia ser beneficiada com a atividade turística, teve sua cultura modificada. Essa mudança está relacionada à apropriação daquele espaço por empresas de telecomunicações, as quais provocaram além de impactos ambientais, problemas atípicos no cotidiano da região. Neste contexto o trabalho mostra a situação de uma das unidades de conservação de maior relevância do Estado da Paraíba, um cenário digno de respeito, mas que se encontra degradado e esquecido.

PALAVRAS- CHAVE: Impactos, Cultura, Estética

Cultural and aesthetic environmental impacts on Pico do Jabre State Park, Matureia, Paraíba, Brazil

ABSTRACT

The environmental impact generally resulting from human activities, may directly or indirectly affect the ecosystem, population, socioeconomic activities, aesthetic and cultural conditions as well as the quality of life and environmental resources. This study aimed to make an analysis of cultural and aesthetic impacts on “*Parque Estadual do Pico do Jabre*”, in the city of Matureia, state of Paraíba, resulting mainly from the deployment of communication towers. A survey of data and a field work were made in order to analyze the cultural and aesthetic impacts on that Conservation Unit. The area examined is considered as of great potential for the ecotourism practice but there are not favorable conditions for that type of activity due to lack of investment and appreciation of it, making the environment easily degraded by visitors. The community's traditional surroundings of the park, which could be beneficiary of the tourist activity, had its culture changed. This change is related to ownership of that space by telecommunication companies, which resulted not only in environmental impacts, but also atypical problems in the routine of the region. In this context, this study shows the situation of one of the conservation units of greater relevance on the State of Paraíba, a scenario worthy of respect, but that is degraded and forgotten.

KEY-WORDS: Impacts, culture, aesthetic

Introdução

O Impacto Ambiental é definido como alterações nas características físicas, químicas, biológicas do ambiente, causada por qualquer forma de matéria derivada das atividades antrópicas e, que possa direta ou indiretamente afetar a saúde, segurança e o bem-estar da população; as atividades econômicas e sociais, a biota, as condições estéticas e sanitárias e a qualidade dos recursos ambientais (Resolução nº. 001, de 23 de janeiro de 1986 – CONAMA), sendo importante incluir nos estudos sobre avaliação de impactos ambientais as dimensões de manutenção da capacidade de suporte dos ecossistemas, a conservação da qualidade do ambiente e as dimensões sócio-cultural, econômica, bem como as institucionais.

A Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) surgiu nos EUA, no final da década de 60, devido a pressões dos ecologistas. O Brasil teve a sua primeira Lei Federal relativa ao meio ambiente promulgada e assinada em 31/08/81, onde a AIA foi instituída. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 88.351 de 01/06/83. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) aprovou a Resolução nº 001 em 23/01/86, estabelecendo definições, responsabilidades, critérios básicos, e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

Com a promulgação da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, vários critérios e normas foram criados, visando o correto estabelecimento e gestão das unidades de conservação. As Unidades de Conservação (UC) representam uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural e de seus atributos. Nestas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade (VILELA, 2006).

A ideia inicial de criação das Unidades de Conservação (UC) surgiu no final do século passado, com a finalidade básica de promover a conservação da beleza natural ainda presente em várias áreas geográficas intactas e a primeira UC brasileira foi o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, criado em 1937. Com o tempo, percebeu-se que não apenas as belas paisagens mereciam ser conservadas, mas também aquelas que exercem funções fundamentais na manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio ecológico.

No Brasil a proteção da biodiversidade está instituída como um princípio constitucional sendo um compromisso de todos os setores da sociedade e não simplesmente uma ação de governo, cabendo a responsabilidade maior ao poder público, em todas as unidades da federação. A definição dos espaços territoriais que necessitam terem seus componentes naturais protegidos e/ou com exploração regulamentadas visa à manutenção de sua integridade natural. Assim, a criação e a manutenção das UCs são atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, no caso específico da União, a atribuição de realizar estudos para a sua criação e o posterior monitoramento e administração pertence ao Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (SILVA, 1999).

Segundo o mesmo autor, no caso dos estados (extensivo ao Distrito Federal), para uma área ser transformada em Unidade de Conservação (Unidade de Conservação Estadual) ela deverá combinar dois ou mais dos seguintes critérios:

- Estar localizada dentro dos limites de dois ou mais municípios;
- Ter a presença confirmada de espécies de animais e/ou plantas raras ou ameaçadas de extinção e protegidas por legislação estadual e/ou federal;
- Incluir ecossistemas relevantes em nível regional ou estadual;
- Proteger bacias hidrográficas importantes para um conjunto de municípios;
- Atuar como corredor ecológico conectando duas ou mais unidades de conservação já existentes;
- Abrigar elementos de valor histórico, cultural ou antropológico de interesse estadual ou grande beleza cênica.

Portanto, a criação de Unidades de Conservação pode ser considerada um instrumento importante na busca da conservação, preservação e/ou gestão dos recursos naturais em áreas ou territórios que se encontram vulnerabilizados por processos de degradação resultantes de fatores antrópicos, econômicos e sociais.

Desse modo, é relevante ter a consciência de que, à medida que as sociedades vão se tornando cada vez mais complexas, é preciso mais ação reguladora, o que normalmente se processa através do poder público.

Em muitos casos é necessário um planejamento estratégico do poder público que valorize as questões ambientais, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Supomos, assim, que os impactos destrutivos sobre os ecossistemas decorrentes da visão desenvolvimentista provocam uma crise do paradigma vigente, exigindo uma nova visão que contemple a percepção ecológica, mais holística, entre os fenômenos da natureza, inclusive com um diálogo profícuo entre homem-natureza.

Dentro desta dimensão holística, o Ecoturismo vem sendo uma forma eficiente de proteger as Unidades de Conservação. De acordo com Furlan (2003, p.47), o Ecoturismo tem sido considerado como uma nova modalidade do turismo que poderá criar uma nova prática de lazer associada à conservação da natureza.

Esta modalidade de turismo está associada aos locais de natureza intocáveis, principalmente as Unidades de Conservação, por estas serem áreas que reúnem diversas condições para o exercício do Ecoturismo. Devido a quantidade de Parques Estaduais e Unidades de Conservação, o Ecoturismo vem ganhando importância econômica no Brasil. Segundo Conti (2003, p.104), em geral, o Ecoturismo vem sendo considerado como uma atividade de baixo impacto ambiental e uma possibilidade de sustentação econômica para as Unidades de Conservação.

Neste contexto, o Ecoturismo caminha junto à sustentabilidade, pelo fato de seu desenvolvimento poder contribuir para promover a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, nos lugares onde ele ocorre, através da geração de empregos, rendas complementares e de outros benefícios sociais.

A partir da configuração esboçada, o trabalho buscou analisar os impactos ambientais culturais e estéticos no Pico do Jabre/PB, uma área de grande beleza cênica para a prática do Ecoturismo, mas que, no entanto, encontra-se limitada. Existem poucas informações sobre o local, sua divulgação é restrita, não existe investimento para esta atividade e assim, a área é constantemente degradada.

Os impactos ambientais analisados são resultantes principalmente da implantação das torres de comunicação como, rádios, televisões e telefonia móvel e, nesta trajetória, perceber no contexto atual as ações sociais da população e do poder público do município com relação à preservação ambiental.

Dentro do ordenamento cosmológico, a vida ocupa lugar de destaque e não menos relevante encontra-se a vida consciente – a vida humana. Todavia, não podemos perder de vista que tanto o homem como a natureza faz parte de um todo. Responsável por suas ações, na medida de sua consciência, o homem tem alterado bastante seus valores e, em consequência, sua atitude ética em relação ao meio ambiente. Com relação à ética lembramos ser necessário ter presente que o comportamento ético é sempre individual, portanto, o agir humano necessita construir uma ética de convivência harmoniosa com a natureza, baseada na integridade e não na ruptura.

Assim, a mudança passa necessariamente pelas escolhas de nossas ações, o que faremos de nossas vidas e do mundo em que vivemos, podemos pintar os quadros de um novo meio ambiente com nossa criatividade, promovendo mudanças ambientais significativas.

A metodologia deste trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, análise de entrevistas e história de vidas dos atores sociais daquela região (moradores, empresários, vereador, representante da ONG, pesquisadores, professores) e análise dos impactos ‘in loco’. Os atores sociais foram escolhidos pela relevância de suas ações na busca da minimização dos impactos sobre o Pico do Jabre. Os atores sociais são em sua maioria, gestores que formam redes de articulações em busca de soluções para a problemática. Outros foram escolhidos por terem uma visão crítica quanto à gestão pública municipal em suas tentativas de resolução dos problemas.

Unidade de Conservação Parque Estadual do Pico do Jabre

A Unidade de Conservação denominada de Parque Estadual do Pico do Jabre foi criada por apresentar atributos naturais excepcionais em uma área de aproximadamente 500 ha, entre os municípios de Matureia e Mãe D'água, com possibilidade de conciliação de proteção da fauna, flora e paisagem, além da sua utilização para pesquisas científicas e estudos em várias áreas do conhecimento, como também recrea-

ção e entretenimento.

Portanto, em função da importância ambiental do Pico do Jabre no contexto sócio-cultural, econômico e político da região onde se encontra inserido, justificamos o estudo buscando contribuir no sentido de estimular e legitimar a participação de atores sociais importantes nos processos decisórios de gestão ambiental e viabilizar mudanças pautadas na co-responsabilidade

Caracterização da Região de Matureia

Para efeito deste estudo serão considerados os dados apenas do município de Matureia por englobar a maior parte da área física do Parque Estadual Pico do Jabre, objeto deste trabalho.

Localização e Acesso

O município de Matureia (Figura 1) possui uma área de 97km² e se insere na folha Patos (SB.24 - Z-D-I) editada pelo MINTER/SUDENE no ano de 1972. A sede municipal situa-se no centro-oeste do Estado da Paraíba, meso-região do sertão paraibano e micro-região da Serra do Teixeira, a uma altitude de 800 metros e com coordenadas de 9.196.400NS e 682.053EW (CPRM, 2005). Limita-se ao norte com os municípios de Teixeira (PB), ao sul com os municípios de Brejinho (PE) e Mãe d'Água (PB) e ao oeste com o município de Imaculada (PB).

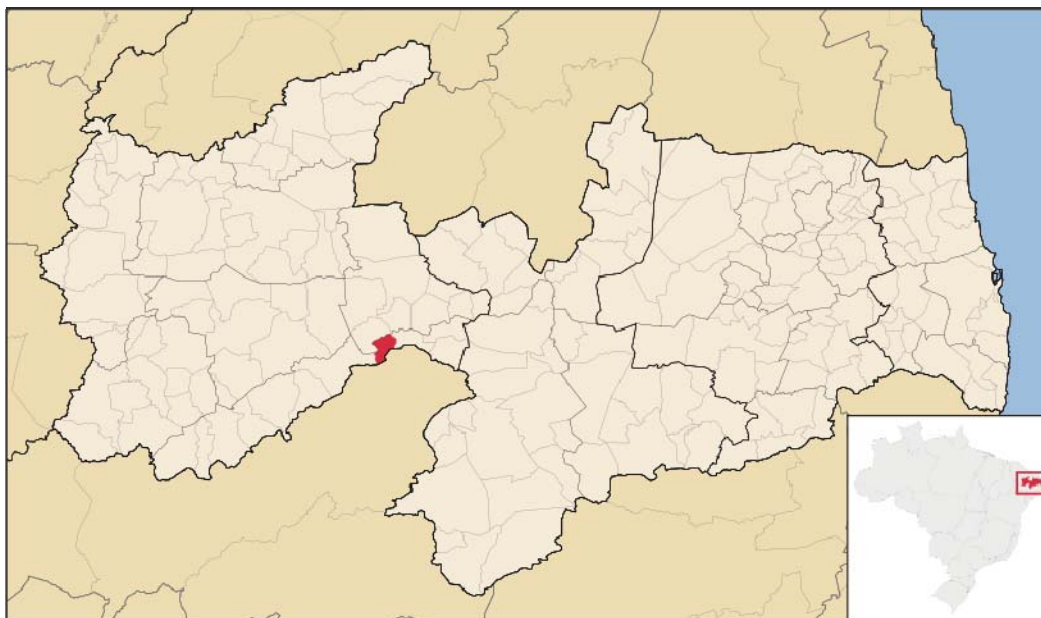


Figura 1: Cidade de Matureia destacada no mapa da Paraíba.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Paraiba_Municip_Matureia.svg

O acesso ao Parque pode ser feito partindo da cidade de João Pessoa, pela rodovia BR-230 num percurso de 315 km, em direção ao interior do estado, passando por Campina Grande até uma comunidade chamada Barra, após a cidade de Juazeirinho, seguindo pela PB-238 passando por Taperoá em direção a Teixeira e finalmente chegando a Matureia.

Aspectos Socioeconômicos do Município de Matureia

O município de Matureia foi criado pela lei número 6.175 de 13 de dezembro de 1995 e instalado em 01 de Janeiro de 1997 (CPRM, 2005). A população total residente no município é de 5.785 habitantes, dos quais aproximadamente 48,9% são da zona urbana e 51,1% da zona rural. Sob o ponto de vista econômico existe a predominância do setor primário que participa com 75 a 100%, seguido do setor terciário com 5 a 25% e do setor secundário, ainda incipiente, com 0 a 5% (IBGE, 2000-2007).

Aspectos Fisiográficos

O meio físico do município de **Matureia** situa-se no Polígono das Secas. Possui clima Aw' - Quente úmido com chuvas de verão e outono. Segundo a divisão do Estado Paraíba em regiões bioclimáticas, o município possui clima 4aTh-Tropical de seca acentuada com 7 a 8 meses secos. A pluviometria média anual é de 746 mm com 79% deste total concentrando-se no período entre os meses de fevereiro e maio. A vegetação é do tipo Matas Serranas, enquanto a temperatura média anual é de 24 a 25°C.

Com relação à topografia, toda a área do município apresenta relevo ondulado a fortemente ondulado com cotas que variam entre 750 e 1.000m. Ao norte onde ocorre a serra do Logradouro localizam-se as áreas de cotas elevadas com o relevo fortemente ondulado e declividade elevada. Ao sul, na Serra do Balanço, ocorrem também cotas elevadas só que se tratando de Coberturas Lateríticas (QI) apresentando declividades médias à baixa. Nas porções sudoeste e sudeste ocorrem cotas menos elevadas, na faixa de 750 a 800m.

Águas Superficiais

Matureia encontra-se inserida nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Piranhas, sub-bacia do Rio Espinharas. Os principais tributários são os riachos Santo Antônio e das Moças. Todos os cursos d'água do município têm regime de fluxo intermitente.

Caracterização da Unidade de Conservação do Parque Estadual Pico do Jabre

O Parque Pico do Jabre está localizado no Centro Sul do Estado da Paraíba no município de Matureia, Serra de Teixeira, entre os meridianos de 7°11'10" S e os paralelos de 37°08'22" e 37°25'53" W, elevando-se até 1.197m acima do nível do mar. É, portanto, considerado o pico mais alto localizado no Nordeste Setentrional, que engloba seis estados: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Maranhão.

Apresenta como características fisiográficas:

- Relevo fortemente ondulado no qual se destaca área cristalina elevada onde se localiza o ponto culminante do Estado;
- Clima quente e úmido com temperatura média anual em torno de 21°C e pluviosidade anual média entre 800 e 1000 mm;
- Vegetação florestal serrana lá encontrada. Apresenta espécies arbóreas da mata úmida e elementos da Caatinga, sendo que esta última tipologia de vegetação predomina na região de entorno.

Atributos Naturais

Com o objetivo de proteger esta área geográfica foi criada a Unidade de Conservação Parque Estadual do Pico do Jabre, através do Decreto nº 14.843 em 19/10/92, possuindo uma área de 500 ha constituída de grande diversidade natural que concilia flora, fauna e afloramentos rochosos.

Flora

A diversidade fitofisionômica da região do Pico de Jabre com a ocorrência dos serrotes, mata serrana e caatinga é justamente o que proporciona beleza à região. Destacam-se ali espécies ameaçadas de extinção, que já figuram na lista do IBAMA, como o angico, o cedro, a umburana, a quixabeira. Outras, como a aroeira e o umbuzeiro, já se encontram protegidas pela legislação florestal de serem usadas como fonte de energia, a fim de evitar a sua extinção.

A mata caracteriza-se pela vegetação semicaducifólia, subxerofítica, conhecida como "mata serrana", com elementos florísticos característicos da mata úmida e da caatinga, constituindo o único representante do domínio de Mata Atlântica da Paraíba, como também pela presença de afloramentos rochosos graníticos e gnáissicos (Figura 2) (SECTMA, 2008).

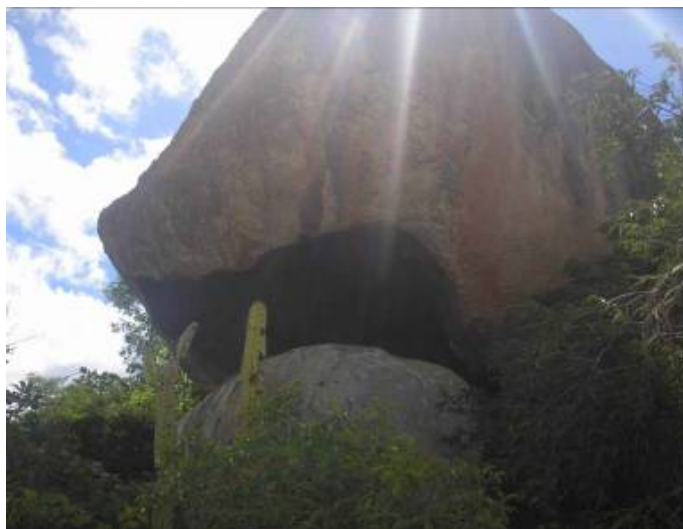


Figura 2: Afloramento rochoso (Foto: Camila Oliveira, 2008).

As formações vegetais predominantes na área são de dois tipos: os que incluem espécies como o cedro, o pau-d'arco-amarelo e a barriguda, encraves da Mata Atlântica (Figura 3) e outras típicas da caatinga, como o angico, a jurema preta, o marmeleiro e o jatobá, ocorrendo ainda uma zona de transição entre as duas.



Figura 3: Barriguda, exemplar da Mata Atlântica (Foto: Camila Oliveira, 2008).

A dominância ou subdominância de espécies de *Cactaceae* na fisionomia vegetacional da caatinga nordestina é de peculiar importância econômica, principalmente pelo valor ornamental e forrageiro. No que diz respeito à agropecuária regional, algumas espécies servem para alimentação de bovinos, caprinos e ovinos, principalmente na época de estiagem. Andrade-Lima (1966) destacou *Cereus jamacaru* DC. Entre as espécies nativas utilizadas para esse fim, principalmente dos gêneros *Cereus*, *Opuntia* e *Pilosocereus*.

Segundo a literatura estudada, embora o Pico do Jabre seja considerado uma das mais importantes áreas de preservação do Estado, os trabalhos sobre sua flora e vegetação estão limitados à descrição de uma nova espécie, *Solanum jabrense* e aos tratamentos inéditos das famílias *Bignoniaceae*, *Cactaceae* e *Acanthaceae*.

Fauna

A fauna da região é representada por espécies raras e selvagens em risco de extinção. São encontradas várias espécies de macacos, répteis, mocó, tamanduá, gato maracajá, raposa, veado catingueiro, onça-suçuarana, jibóia e coral-verdadeira, aves raras, entre outros que aos poucos vão desaparecendo vítimas da caça predatória e das queimadas.

Caracterização dos impactos ambientais culturais e estéticos positivos e negativos no Pico do Jabre (PB)

No limiar do século XXI a problemática ambiental é recorrente nos debates em todos os segmentos da sociedade, a humanidade está exigindo cada vez mais respostas urgentes dos gestores públicos, dos representantes políticos, dos movimentos sociais, do Direito etc., com ações eficazes aos complexos problemas ecológicos. É neste contexto que surgem os precedentes científicos com novos paradigmas, que ao entenderem que o homem e a natureza se integram de forma sistêmica, os estudiosos deste sistema não poderiam lançar mão apenas de uma área do conhecimento – buscam na interdisciplinaridade – uma explicação para a problemática, para responder a tudo que o homem planejou e executou, portanto a barbárie não deve ser a única perspectiva futura. Esta ordem tem várias facetas, e diante da sua complexidade de pensamentos e atitudes humanas, que nem sempre se pautam por uma conduta ética, precisamos mudar o rumo da história.

Assim, deslocamos um olhar contemplativo e crítico especial na busca de identificarmos a responsabilidade dos poluidores e degradadores do meio ambiente que é uma temática que tem suscitado controvérsias em todos os segmentos da sociedade, considerando que a Constituição de 1988 garante no Art.225. *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à*

sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Tomando como referência a Carta Magna brasileira a sociedade civil necessita questionar e propor alternativas, criando um espaço democrático participativo, ético e cidadão na busca de uma sociedade ecologicamente sustentável. Assim: “[...] ao sonharmos sozinhos, limitamos ao sonho. Quando sonhamos em grupo, alcançamos imediatamente a realidade. A utopia compartilhada com milhares é o esteio da História” (CÂMARA, 1980).

Impactos Ambientais: um problema cultural

Os impactos socioculturais são definidos como as mudanças introduzidas no cotidiano das comunidades, que podem estar relacionadas com os aspectos sociais e também aos de preservação e manutenção dos patrimônios culturais e naturais. Quanto a sua natureza, podem ser classificados como benéficos ou prejudiciais para a população, dependendo das diferenças de cultura ou da natureza do contato humano.

Os impactos são detectados através de vários aspectos: a arte, o trabalho, a linguagem, o artesanato, o relacionamento com a tecnologia, as relações de consumo, o vestuário, a postura corporal dentre outros fatores. Assim, as potencialidades econômicas que proporcionam o desenvolvimento científico-tecnológico, produzem distorções nas relações entre os homens e a natureza com ação transformadora no campo estético e cultural através de intervenções inadequadas que provocam impactos ambientais, trazendo problemas atípicos para o cotidiano da região.

Desse modo, no primeiro tópico deste estudo sobre a observância dos Impactos culturais e estéticos, nos detivemos a analisar a ordem física e natural do Pico do Jabre, espaço físico. No segundo tópico especificamos os impactos observados através da lente da nossa retina, desenvolvendo uma pesquisa de campo que utiliza como instrumento a observação participante, dialogando com os moradores da região que através das suas histórias de vida, resgatamos a memória de um ecossistema que hoje se encontra impactado.

O estudo tornou-se uma aventura prazerosa, pois cada trilha superada nos conduzia a uma visão poética e harmoniosa com o ecossistema, cada passo nos fez conhecer um pequeno recorte do passado, do presente e dos sonhos de uma comunidade, verdadeiros protagonistas da história daquele recanto bonito do Sertão Paraibano, incrustado no nordeste brasileiro.

Sendo assim, foi necessário voltarmos nossos olhares para aquele elemento que é único do ser humano, a cultura. De acordo com antropólogos como, Malinowski (1975),

a cultura é um conjunto integral de instituições, em parte autônomas, m parte coordenadas. Ela se integra à base de uma série de princípios, tais como: a comunidade de sangue por meio da procriação. Tais como: a comunidade de sangue por meio da procriação; a contiguidade espacial, relacionada à cooperação; a especialização de atividades, e, por fim, mas não menos importante, o uso do poder na organização política.

e ainda Geertz (1989):

Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade (quanto mais eu tento seguir o que fazem os marroquinos, mais lógicos e singulares eles me parecem). Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade.

Assim, os conceitos referenciados, nos revelam claramente que a cultura aconteceu mediante as escolhas de comportamento que o homem faz com o uso da razão.

Na perspectiva axiológica, o homem faz a cultura, faz suas escolhas, mediante os valores e os sentidos dos fatos, situações e objetos com os quais se relaciona. Assim, busquemos refletir a cultura dentro de um plano de escolhas e valores que o homem fez em face de sua intervenção no planeta, no meio em que vive, diante do determinismo capitalista, do mito do desenvolvimento, do progresso da ciência e tecnologia e o pragmatismo que proporciona deixando o homem em êxtase. Os valores são criações humanas e não entidades abstratas e universais, válidas em qualquer tempo e lugar.

Diante do paradoxo que nos deparamos: de um lado os avanços científico-tecnológicos proporcionado pelo mundo moderno e contemporâneo e de outro as perspectivas antropológicas que revela a miséria e a desumanização de um povo, além da “cultura de destruição” do meio ambiente. É emblemático questionarmos o grau de consciência do homem, pois acreditamos ser o mesmo determinante do grau de responsabilidade sobre os problemas pertinentes ao meio ambiente.

Análise dos Impactos culturais no Pico do Jabre

A comunicação entre os atores sociais da comunidade nos primórdios se processava através da utilização da *queima de fogos* para anunciar a presença de autoridades políticas e eclesiais, reuniões, festas religiosas e culturais, óbito, comício etc. Num segundo contexto a comunicação passou a ser feita através do Rádio (especificamente à Rádio Espinhara de Patos/PB), possibilitando maior diversidade de informação abrangendo simultaneamente maior número de pessoas e locais. No

contexto atual se processa basicamente através do telefone celular provocando um impacto positivo, pois a comunicação se processa mais rápida e personalizada, aproximando a comunidade e resolvendo problemas de ordem pessoal e coletivo. Nas caminhadas pelas estradas de barro era comum encontrarmos pessoas desenvolvendo atividades agropecuárias conduzindo um telefone celular.

A locomoção campo/cidade acontecia basicamente através de cavalos, jegue, burros, carroça e até carro de boi, com a construção e melhoramento das estradas vicinais o deslocamento passou a ser feito através de camioneta ou caminhões. O Jegue nordestino foi substituído pela moto, na maior parte das residências algum componente da família possui moto. A mudança beneficiou a comunidade pela facilidade que o meio de transporte tem para se locomover nas estradas vicinais, além da diminuição dos custos de manutenção. Todavia, impactou o meio ambiente pela emissão de monóxido de carbônico no ar que antes era bastante puro, também aumentou a violência no campo, como por exemplo, crimes por encomenda, assaltos e roubos, além de facilitar a venda de animais característico da região como: tatu, peba, macacos etc.

Assim, antes da chegada das torres de comunicação as famílias se juntavam para dialogar sobre as principais demandas sociais e econômicas da comunidade, rezar as novenas e orações, assistir as cantorias, organizar grupo de danças, festas natalinas, realizarem jogo de futebol, escutar os programas de Rádio. Hoje as pessoas não participam ativamente da vida em comunidade de forma cooperativa, pois preferem ficar em casa para assistir as telenovelas e outras programações televisivas a exemplo de programas populares, dominicais de auditório, além de competições esportivas etc.

Outro impacto cultural observado na comunidade em análise, diz respeito ao vestuário dos atores sociais, antes se vestiam conforme os costumes característicos da região, (muitas vezes cobrindo a maior parte do corpo), hoje o vestuário toma como referência o vestuário de artistas vistos na televisão, principalmente das atrizes de telenovelas, com calça jeans bem justa e cintura bem baixa, cabelos lisos com cores fortes, sandálias com saltos bastante altos. As danças tradicionais especificamente as quadrilhas se assemelham as danças europeias com roupas que descaracterizam a cultura local. Impactando os costumes e valores da cultura eminentemente Nordeste.

A estrutura produtiva na localidade estava centrada no cultivo de plantas alimentícias como: milho, feijão, mandioca, verduras etc. Na comunidade em observância a cultura predominante do ponto de vista econômico era o sisal que se produzia para fazer cordas, com vendas feitas diretamente para as indústrias de beneficiamento com sede na cidade Teixeira/PB, como também a castanha de caju comercializada para fábricas, supermercados e restaurantes. Essas culturas foram substituídas por outras em função da pequena demanda do mercado, sendo substituídas pela plantação de cenoura, que com a escassez de água na região também impactou os recursos hídricos com o uso indiscriminado dos agrotóxicos.

No que concerne ao aspecto cultural Freire (1974) enfatiza que:

Há um equilíbrio ecológico social. Um equilíbrio entre o homem e sua cultura e o ambiente dentro da qual ele se desenvolve e que, ao mesmo tempo, se modifica sob ação do homem. Essa ação do homem, porém, longe de ser simplesmente 'natural', como a de uma planta ou de um animal com relação área/região por ele habitada, é, sobretudo natural.

Assim, é relevante observarmos que a vida social resulta da interação – processo básico – e que a hereditariedade, o meio físico e o meio social precisam ser levados em consideração, se desejarmos compreendê-la realmente.

Como podemos perceber, a cultura produzida e vivida hoje na comunidade em estudo, passa por um processo de troca por outros laços culturais, dirigida através das imagens do meio midiático que se processa a luz do capitalismo global que estimula o consumismo, a inversão de valores, nulidade de escolhas e evidentemente os padrões universais como a família e a religião. Além de enfraquecer as formas de identidade cultural. Assim,

[...] a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo a fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, àquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural (HALL, 2005, p.75).

Desse modo, à medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, torna-se difícil conservar as identidades culturais ou impedir que elas enfraqueçam pelo impacto da infiltração cultural.

Pode-se observar a inserção do “global” no “local” especificamente no que concerne a transformação das identidades. Segundo Hall (2005, p.77), as identidades nacionais, representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares, representam de uma forma particularista de vínculo ou pertencimento.

Análises dos Impactos Ambientais estéticos no Pico do Jabre

Etimologicamente, a palavra estética vem do vocábulo grego “*aisthesis*”, cujo significado em filosofia pode ser traduzido pelas expressões “faculdade de sentir”, “compreensão pelos sentidos”, “percepção totalizante” ou, simplesmente, “sensação”. Os impactos ambientais estéticos são as alterações no meio ambiente, natural ou urbano, de origem antrópicas, interferindo no aspecto visual da paisagem criando algum tipo de “sensação” em quem a contempla, podendo ser positiva ou negativa.

A crescente visitação às Unidades de Conservação faz com que surjam impactos de diversas ordens, relacionadas à degradação ambiental e às mudanças sócio-culturais, que comprometem a beleza paisagística do local (IBAMA, 2008). Nesse ínterim a poluição visual pode ser definida como os efeitos danosos resultantes dos impactos visuais causados por determinadas ações e atividades, a ponto de: prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população; criar condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetar desfavoravelmente a biota; afetar as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente (SILVA, 2003).

Deste modo o fator estético identificado como elemento preponderante para descaracterizar a paisagem natural, também motivou a realização desta pesquisa, sendo, portanto, sobre a problemática da poluição visual que passaremos a analisar em seguida.

No Pico do Jabre e sua região de entorno, a poluição visual é produzida tanto pelos moradores locais, quanto por visitantes e empresas da área de comunicação que o utilizam como local de propagação de seus sinais. De modo geral estes podem ser visualizados à longa distância já durante o percurso de acesso ao mesmo. Das estradas de acesso à cidade de Matureia percebe-se uma enorme quantidade de torres de comunicação dispostas no seu cume. Nesse mesmo caminho encontramos diversas paisagens naturais que contrastam com a paisagem urbana e rural, influenciando diretamente as características e atributos da estética da paisagem local.

Assim, a partir da configuração esboçada serão analisados os impactos visuais positivos e negativos presentes no Pico do Jabre resultantes de fatores que consideramos relevantes como: antrópicos e econômicos.

Impactos Ambientais Estéticos: uma questão visual

Os impactos estéticos positivos, representados pela paisagem natural original do local, são ofuscados pela poluição visual (impacto negativo), fazendo com que apenas sejam visualizadas a grande quantidade de resíduos sólidos (garrafas, latas, papéis, sacos plásticos, etc.), pichação de afloramentos rochosos da área e uma precária sinalização.

Em se tratando de uma Unidade de Conservação os atributos naturais como vegetação, altitude e clima são fatores motivadores de visitação e de conservação da área, justificando desse modo, a importância de se analisar a poluição ambiental como elemento impactante.

Assim, na Unidade de Conservação do Pico do Jabre observamos como principais impactos visuais os resíduos sólidos, a presença de antenas e as pichações. Dispostos analiticamente a seguir:

Resíduos sólidos

A presença de resíduos sólidos é uma constante no Pico do Jabre, são resíduos dispostos no ambiente por turistas e visitantes que, constantemente vão até o local contemplar a bela paisagem vista do alto ou visitá-lo como forma de entretenimento.

Os resíduos sólidos são acumulados dentro e fora dos depósitos que, ao longo dos dias, tornam-se pequenos para a imensa quantidade de rejeitos (Figura 4). Observa-se que não há uma coleta periódica dos mesmos, uma vez que não existe uma administração efetiva na área, atualmente a Prefeitura e a ONG Instituto Jabre têm feito a limpeza voluntária para proporcionar o mínimo de conforto para os visitantes, segundo Daniel Dantas, presidente da Câmara dos Vereadores de Matureia e membro da ONG. A maior parte dos resíduos sólidos encontrados são embalagens plásticas de alimentos, latas e garrafas de bebidas, sacos plásticos etc. (Figura 5), alguns são jogados em lugares de difícil acesso, dificultando ainda mais a limpeza da área.



Figura 4: resíduos sólidos acumulados no depósito (Foto: Camila Oliveira, 2008).



Figura 5: Resíduos sólidos, jogados em locais de difícil acesso (Foto: Camila Oliveira, 2008).

Torres de comunicação

A primeira torre fixada no Pico do Jabre foi no ano de 1968 pela Empresa de Telecomunicações da Paraíba – ETP, hoje desativada, segundo informação de João Orlando, vigilante das torres existentes no local. Atualmente, encontra-se presente 17 torres de empresas diferenciadas de telecomunicações (telefonia móvel, televisões, internet e rádio AM e FM), algumas mesmo desativadas, continuam na área impactando de maneira negativa a paisagem natural presente.

No que concerne à percepção acerca dos impactos negativos trazidos pelas antenas percebemos a maneira aleatória e desordenada como elas são dispostas, desfavorecendo a contemplação da paisagem existente na parte elevada do pico (Figura 6).



Figura 6: Barreira de antenas na bela paisagem (Foto: Camila Oliveira, 2008).

A formação de um paredão de torres dificulta a visão para o horizonte, somente percebido sem barreiras após o visitante atravessar alguns obstáculos (Figura 7).



Figura 7: Vista do Pico do Jabre após atravessar as antenas (Foto: Camila Oliveira, 2008).

Desse modo, além de interferir na paisagem de forma negativa, a existência dessas antenas podem levar a ocorrência de outros tipos de impactos de saúde pública, que não serão abordados nesse trabalho.

Pichação

No caminho percorrido de Matureia até o Pico do Jabre em estradas vicinais, observamos pichações em rochas como manifestação de ideias de indignação política, econômica e sinalizações (Figura 8). A maioria dos visitantes deseja deixar sua “marca” no ponto culminante da Paraíba e acabam adotando práticas degradantes do meio ambiente.



Figura 8: Pichações nos afloramentos rochosos da região (Foto: Camila Oliveira, 2008).

Assim como as inscrições rupestres, forma pré-histórica de comunicação, o homem do meio rural ainda faz uso desses artifícios, só que através das pichações, para tornar a comunicação pública (Figura 9).

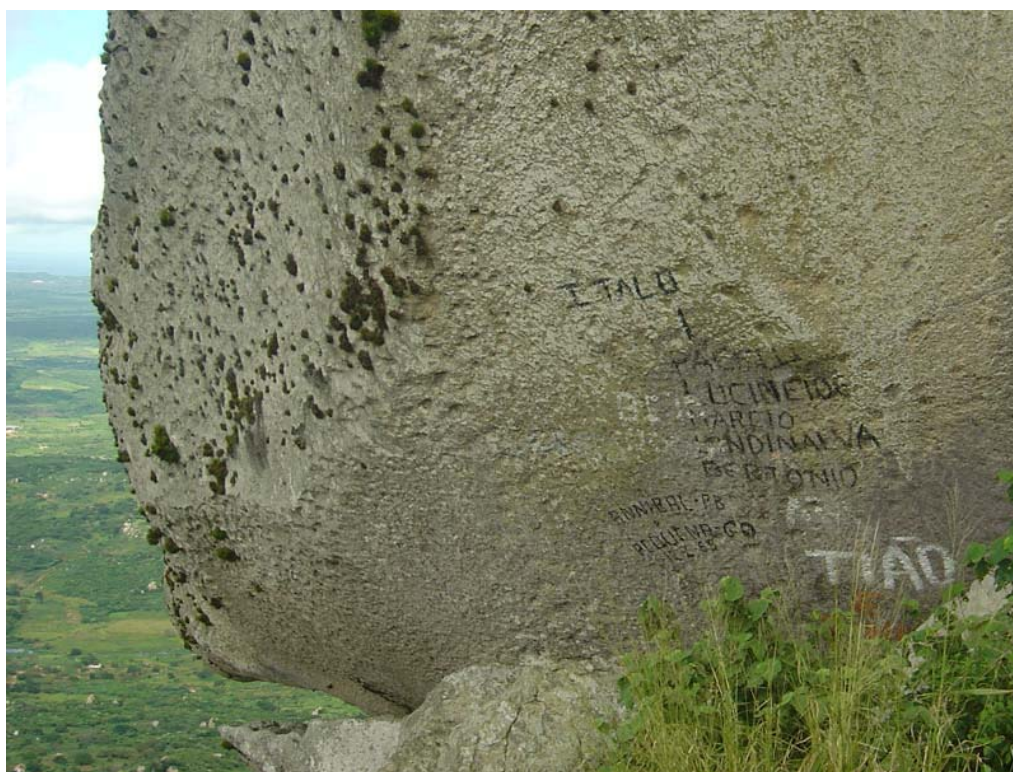


Figura 9: Visitantes deixando suas marcas no ponto culminante (Foto: Camila Oliveira, 2008).

A pichação leva a descaracterização da paisagem natural, demonstrando a falta de valorização por parte dos visitantes e da comunidade para com aquele Parque Estadual, uma vez que o vandalismo é praticado nas formações rochosas, recurso natural que levou milhares de anos para se formar.

Desse modo, o impacto ambiental estético redesenhado no Pico do Jabre pode considerar como um efeito negativo a visão contemplativa da paisagem, resultantes de ações antrópicas e atividades econômicas. Portanto, segundo Philippi Jr. et al (2004, p. 498),

Se na construção dos espaços pudesse ser estabelecido, simultaneamente, um processo de aprendizado ambiental, de modo a alterar as condições de percepção que as comunidades têm do espaço em que vivem, seria possível esperar uma transformação nas técnicas de intervenção (utilização e apropriação) dessas comunidades sobre sua paisagem.

Considerações Finais

O Parque do Pico do Jabre apresenta-se como um patrimônio natural e cultural de importância potencial para o desenvolvimento socioeconômico da região polarizada, como Micro-Região da Serra do Teixeira/PB, mediante planejamento estratégico para a introdução de atividades turísticas, tendo como mola propulsora a perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Os impactos ambientais culturais e estéticos na Unidade de Conservação do Pico do Jabre (PB) mapeados nessa pesquisa se configuram pela vulnerabilidade dos seus recursos naturais. Esta constatação indica uma ameaça à integridade deste patrimônio natural. Exigindo, portanto, a sistematização de propostas efetivas de gestão ambiental por parte do poder público estadual – como instituição formal responsável pela preservação e conservação dos mesmos, devendo mobilizar a comunidade e o poder público local; com um trabalho integrado que vise à conscientização da comunidade rural e urbana no sentido de assumir uma mudança de comportamento em relação aos impactos provocados na área.

Assim, independente da configuração negativa do impacto ambiental estético e cultural, que permeia as relações culturais da comunidade local e a beleza paisagística, se faz necessário a implementação de um marco regulador da posse e domínio da área do parque, bem como a organização da comunidade local para a implantação e desenvolvimento do Ecoturismo na região, como estratégia de desenvolvimento local sustentável apoiado na valorização do patrimônio natural e cultural da sociedade local.

Portanto, acreditamos ser relevante a presença do poder público, como ente articulador, estimulador, mediador e empreendedor da organização e da capacitação técnica e política da comunidade, focado na produção e capacitação de uma modalidade de capital social local, que priorize a apropriação das potencialidades existentes e suas efetivações.

Observamos que para otimizar a questão ambiental no Pico do Jabre faz-se necessário uma visão mais social, através da participação da população. As políticas públicas necessitam ser voltadas para os interesses da coletividade, criando espaços de discussão para que todos possam participar criticamente. Apesar do discurso politicamente coerente dos gestores municipais, é preciso maior participação da comunidade, o que só é possível através de campanhas de conscientização de modo que a comunidade se articule independente de concepções políticas e ideológicas.

A população necessita ser sensibilizada e mobilizada sobre os problemas dos impactos ambientais, com a participação das escolas, associações e os meios de comunicação, que necessitam mostrar a população as causas e os efeitos de suas atitudes impactantes, enfatizando a importância da co-responsabilidade da sociedade civil.

Ações e investimentos que promovam a prática do Ecoturismo naquela região terão papel fundamental na conservação daquele Parque Estadual. Tais ações devem levar em conta a inclusão da comunidade local na conscientização da importância ambiental do lugar, para sua história, sua economia e as futuras gerações.

É relevante a implantação de campanhas de coleta seletiva de lixo e mutirões para limpeza na área com ações de fiscalização, multas e punições levando o incentivo da população na busca da defesa do meio ambiente, considerando que faz parte da busca de um novo modelo de superação das dificuldades do envolvimento de interesses tão diferentes, como o desenvolvimento e a interação do homem-natureza para a conservação dos recursos naturais.

Referências Bibliográficas

CÂMARA, D. H. **Coletânea de discursos e orações**. Recife, PE, 1980. s.n.t

CONTI, J. B. Ecoturismo: Paisagem e Geografia. *In*: RODRIGUES, Adyr Balastrieri, (Org.) **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 104.

FREIRE, G. **Maitres et Esclaves**, Paris: Galimard, 1974.

FURLAN, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. *In*: RODRIGUES, Adyr Balastrieri, (Org.) **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p.47.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Glaucira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.75-77.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2007. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwin.dow.htm>>. Acesso em: 10 Jul. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. 2008. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/c-1corpo.htm>>. Acesso em: 10. Jul. 2008.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PHILIPPI JR., A. et al. **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, 2004. p. 498.

SANTOS, P. S. dos. **Crime ecológico da filosofia do direito**. Goiânia: UFG, 1996.

SANTOS, F. P. 2003. **Meio ambiente e poluição**. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4753&p=1>> Acesso em: 17 jul. 2008.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (SECTMA), 2008. Disponível em: <<http://www.sectma.pb.gov.br/meio%20ambiente/uce.php>>. Acesso em: 10 Jul. 2008.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM); PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS (PRODEEM). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea no estado da Paraíba** – diagnóstico do município de Matureia. Recife: CPRM, PRODEEM, 2005.

SILVA, J. M. C. **Orientações para a criação de novas unidades de conservação**, 1999. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/anexos/anexo8/index.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

VILELA, M. F. **Unidades de conservação**, 2006. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_15_2610200616155.html>. Acesso em 27 jun. 2008.

Notas

¹Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo VI, Art. 225, Inciso II: *"definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção."*

² lei federal n. 4771/1965 posteriormente alterado pelas leis 7803/1989 e 7875/1989).

Angela Maria Cavalcanti Ramalho: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Email: angelaramalho@oi.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7449740069093028>

Camila Carol Albuquerque Oliveira: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Email: carcolli@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3479875274407285>

Suely Oliveira Pinheiro Costa: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Email: suelypinheiro23@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1528681162783697>

Pollyana Soares de Abreu Moraes: Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ

Email: polla_abreu@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0226663659102288>

Data de submissão: 31 de outubro de 2008

Data do aceite: 08 de janeiro de 2009



Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo?

Hélio César Hintze

RESUMO

Este trabalho busca averiguar a existência de uma preocupação com a Educação Ambiental (e quais os princípios que a regem) nas atividades e pacotes 'ecoturísticos' comercializados pelo mercado. Para atingir tal objetivo, procurou-se conhecer o termo Ecoturismo a partir das perspectivas da cultura de consumo e da sociedade do espetáculo e sob tal enfoque discutir suas relações com temas como turismo e consumo, natureza e educação ambiental; buscou-se também identificar as bases filosóficas do trabalho ecoturístico (particularmente em sua relação com a questão da educação ambiental) desenvolvido pelas operadoras de tais atividades; e por fim, realizar crítica conceitual acerca das relações entre os assuntos abordados por este estudo. Foram entrevistadas 03 operadoras do mercado ecoturístico e 03 pesquisadores de áreas relacionadas aos temas propostos. O texto foi produzido a partir das informações obtidas por levantamento bibliográfico em diálogo com as opiniões obtidas nas entrevistas no trabalho de campo. Com base nos estudos realizados foi considerado que o Ecoturismo como atividade de mercado é pouco utilizado para a disseminação da consciência ambiental por conta das operadoras terem uma visão da educação ambiental que a aproxima da educação formal e que tal característica não deve ser integrada às atividades turísticas – momentos de diversão e lazer; e neste sentido ainda constatou-se também que o Ecoturismo é uma atividade que pode produzir subjetividade consumista nos participantes do processo assim como reafirmar o tempo espetacular do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade do espetáculo; Ecoturismo; Educação ambiental

Ecotourism in the culture of consumption: possibility of Environmental Education or spectacle?

ABSTRACT

This work has investigated the existence of a preoccupation with the Environmental Education (and its leading principles) in the activities and ecotourism packages traded on the market; to achieve such aim it has searched to understand the term ecotourism from the culture of consumption and society of the spectacle perspective, and under such view, to discuss its relation with themes such as tourism and consumption, nature and environmental education; It has searched to identify the philosophical basis of the ecotourism work (particularly in its relation with the environmental education matter) developed by the operators of such activities; and finally, to do a conceptual critic on the issues considered on this essay. 03 operators of the ecotourism market and 03 researchers of areas related to the theme here proposed were interviewed. This essay was written based on the information collected through bibliographic research and opinions gathered in the interviews on the field work. Based on these studies It was considered that the ecotourism as a market activity isn't much used to spread the environmental awareness due to the fact that the operators have a view of environmental education close to a formal education and such characteristic shouldn't be integrated to the tourism activities – fun moments and leisure; it was also noticed that the ecotourism is an activity that may evoke consumption patterns among its participants and reassures the capital's spectacular time.

KEY-WORDS: Society of the spectacle; Ecotourism; Environmental Education

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta estudo sobre o Ecoturismo – sua origem, contexto e significado – e suas relações na cultura de consumo. Seus números de mercado alcançaram a casa dos trinta por cento (30%) ao ano segundo estatísticas de seu desenvolvimento mundial e oficial (WEARING; NEIL, 2001). São os maiores índices do turismo. Isso contudo, não ser acompanhado por uma crescente preocupação com a Educação Ambiental. Perguntamos: quais os limites de uma Educação Ambiental exercitada em práticas mercadológicas do Ecoturismo na cultura de consumo?

O Ecoturismo é um conceito polissêmico de difícil compreensão e fácil manipulação por parte dos interessados em seu estudo conceitual e práticas de mercado. O objetivo deste estudo é averiguar a existência de uma preocupação com a Educação Ambiental (e quais os princípios que a regem) nas atividades e pacotes ecoturísticos comercializados pelo mercado. Para tanto, são desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: (1) Levantamento bibliográfico referente ao Ecoturismo e discuti-lo como mercadoria e como espetáculo. (2) Identificar a preocupação com a Educação Ambiental nas atividades ecoturísticas desenvolvidas pelas operadoras de mercado. (3) Crítica conceitual acerca das relações entre os assuntos abordados.

Para tanto foi realizado levantamento bibliográfico dos principais temas abordados. Entre os meses de maio e dezembro do ano de 2007 foi realizada pesquisa qualitativa com entrevista a 03 pesquisadores da área de educação e Educação Ambiental (movimento ambientalista) e 03 operadoras que se intitulam ecoturísticas ou ao menos comercializem pacotes intitulados ecoturísticos. Para as operadoras, fizemos as seguintes questões:

(1) Para que levar pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos) para visitar a natureza? (2) Sua empresa vê diferenças entre Ecoturismo e turismo ‘convencional’? (3) Como sua empresa vê a relação entre Ecoturismo e Educação Ambiental? (4) Quanto ao planejamento das atividades de Educação Ambiental nas atividades ecoturísticas comercializadas por sua empresa, há alguma fundamentação teórica para o trabalho de campo? (5) Como são trabalhadas as questões da Educação Ambiental pelos condutores de grupos junto aos turistas? Apresentamos ao final, crítica conceitual das relações entre os assuntos abordados, questionando o conceito alternativo do Ecoturismo em relação ao turismo convencional.

A primeira pergunta realizada às operadoras (Para que levar pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos) para visitar a natureza) foi utilizada como tema para a entrevista com os pesquisadores.

Este trabalho busca contribuir com o debate do Ecoturismo, pois há carência de material sobre o Ecoturismo nas óticas da cultura de consumo, sociedade do espetáculo, e modernidade líquida. Como contribuição social, este estudo visa gerar material para novas reflexões por parte de empresas, seus profissionais e ecoturistas. Pretendemos levar uma nova leitura do tema para além da academia, pois acreditamos que *“todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum”* (SANTOS,

2003, p. 88-92). As reflexões propostas têm o intuito de colaborar com os atores envolvidos no pensamento e na ação do Ecoturismo no sentido de aproximá-los.

A CONTEMPORANEIDADE E SEUS CONDICIONANTES.

A contemporaneidade é chamada por vários nomes entre os sociólogos. É conhecida como modernidade tardia (HALL, 2000) e como modernidade líquida, conceito que tomamos do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (BAUMAN, 2001). Podemos dizer que vivemos numa condição pós-moderna (HARVEY, 2003). Outros autores também abordam a questão. Adotaremos aqui as obras de Hall (2000), Bauman (2001) e Harvey (2003) como referência. Hobsbawm (1998) afirma que a partir do terceiro quarto do século XX os intelectuais passaram a tentar explicar os fenômenos que aconteciam num mundo que vivia uma revolução social. O prefixo *pós-* é inserido na tentativa de se explicar tal revolução. Analisaremos aqui, as questões da velocidade, fragmentações e superficialidade pós-modernas, pois tais características diferenciam a contemporaneidade de outros períodos históricos.

O mundo está mais rápido. Por um lado ouvimos que as vinte e quatro horas do dia não são suficientes para que façamos tudo que nos é (im)posto. Por outro, no dia-a-dia somos pais, mães, filhos, estudantes e professores, consumidores e eleitores. E nessa correria não aprofundamos as coisas afinal, não há muito tempo disponível. Mas, por que será que temos esta sensação? Vejamos então, algumas características que condicionam nosso tempo. Tais impressões têm origem no fenômeno chamado compressão espaço-tempo (BAUMAN, 2001; HARVEY, 2003) de fundamental importância para compreendermos este momento histórico. Doravante, denominaremos tal fenômeno por velocidade. Esta chega a seu quase-limite: vivemos no instantâneo e esta nova instantaneidade do tempo *“conduz a cultura e a ética humanas a um território não-mapeado e inexplorado, onde a maioria dos hábitos aprendidos para lidar com os afazeres da vida perdeu sua utilidade e sentido”* (BAUMAN, 2001, p. 149).

O século XX é o palco, no período após a 2ª Guerra Mundial, para o rápido desenvolvimento dos transportes, dos sistemas de comunicação e, mais recentemente, da informática (HOBBSAWM, 1998; CASCINO, 2000a). Fatores que contribuíram para a aceleração da vida. Vivemos no tempo da aceleração da produção, pois é imperativo que se produza mais e mais, numa velocidade cada vez maior. Igualmente podemos perceber a questão da aceleração do consumo e da renovação das necessidades nos consumidores. Compreender o fenômeno dos ditames da moda nos parece elucidativo. Os mercados de massa da moda puderam fornecer uma forma de *“acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividade de recreação”* (HARVEY, 2003, p. 258). É válido lembrar Robert Kurz, dizendo que aquilo que vira moda perde sua condição de crítica, pois *“a moda é o oposto da crítica. Crítica radical não pode virar modismo sem perder a alma”* (JAPPE, 1999, p. 5). Será o Ecoturismo uma moda?

Vivemos em constante aceleração. Tempo do crescimento econômico, do sempre mais: mais escolas, informações, trabalho, mercadorias, viagens, turismo. A pós-modernidade é processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas que são encontradas em várias dimensões, iniciadas no período da modernidade (HARVEY, 2003). Para compreendermos estas características é necessário que revisemos brevemente o que acontece neste período, denominado modernidade. Para Bauman (2001) este período é desde seu início um processo de liquefação dos sólidos pré-modernos como as lealdades tradicionais, os direitos e obrigações dos costumes, do passado, da tradição, abrindo caminho para libertar a *“empresa de negócios dos grilhões dos deveres para com a família e o lar e da densa trama de obrigações éticas [para] deixar restar somente o ‘nexo dinheiro’* (BAUMAN, 2001, p. 7-22). Somente assim a economia pode tornar-se a base da vida social.

Foi na modernidade que se iniciou a fragmentação do conhecimento e da investigação científica no desenvolvimento das ciências, com a especialização do saber (e agora com a hiper-especialização do mesmo). O método científico assentou-se na redução da complexidade do mundo a qual a mente humana é incapaz de compreender completamente. Conhecer passou a significar dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou; conhecer significa quantificar, pois aquilo que não é quantificável é cientificamente irrelevante (SANTOS, 2003).

Se de um lado, o desenvolvimento do cálculo na ciência moderna permitiu um grande avanço na tecnologia o qual se reflete no cotidiano, por meio do conforto doméstico, da velocidade dos meios de transporte, dos avanços da medicina; de outro, levou a um afastamento da questão qualitativa mediante a qual a humanidade encarava o mundo e o tempo. O princípio que se impõe é o da racionalização baseada *“no cálculo, na possibilidade do cálculo”* (LUKÁCS, 1989, p. 102). E, para tanto foi necessária sua especialização, produzindo / permitindo a fragmentação da produção.

Isso permitiu o desenvolvimento de um sistema mecânico praticamente independente do ser humano, tornando-o mero apêndice, um ser que contempla o que a máquina faz, pois a produção devidamente calculada deve seguir seu próprio ritmo e assim sendo cada vez mais a própria atividade do trabalhador *“perde o seu caráter de atividade para se tornar numa atitude contemplativa”* (LUKÁCS, 1989, p. 103). O consequente (re)posicionamento contemplativo deste sujeito frente à produção, à vida etc. teve consequências fundamentais para a sociedade do espetáculo (DEBORD, 2004). É nessa realidade fragmentada pela racionalização imposta pela mercadoria que pode surgir o ‘trabalhador livre’ para vender sua força de trabalho. Tal condição é a *“expropriação violenta do tempo”* (DEBORD, 2004, p. 108) do trabalhador. Tal processo extrapola as linhas de produção das fábricas, os limites dos muros das escolas, passando a *“ser o destino geral de toda a sociedade”* (LUKÁCS, 1989, p. 105), pois o trabalho assalariado agora é parte do cotidiano do cidadão e esta realidade é posta de tal maneira que *“também aqui a personalidade se torna espectador impotente de tudo o que acontece à sua existência, parcela isolada e integrada num sistema estranho”* (LUKÁCS, 1989, p. 104). Com a subjetividade do trabalhador fragmentada, tais

condições tornam-se ideais para a instauração de um mercado que satisfizesse as necessidades dos consumidores através da produção de nova subjetividade.

Um período marcado pela velocidade e fragmentação tem como característica a superficialidade. Tudo tem significado vago, nada se afirma com certeza, com tendências a um relativismo que compromete a afirmação; um tempo no qual tudo é possível. É característica deste tempo o não aprofundamento de reflexões, ficando assim *“difícil formular uma ideia contínua e, por conseguinte, uma ação contínua que possa ser plantada, que germine e que dê frutos”* (CASCINO; HINTZE, no prelo).

A discussão sobre a contemporaneidade nos auxilia a situar e compreender os fenômenos que nela ocorrem. As demandas são rápidas e variadas, trocamos raízes e profundidade por *“rizoma/superfície”* (HARVEY, 2003, p. 48) e os processos de longa duração, como os educativos têm sua práxis comprometida. É muito difícil formular uma ideia de profundidade, ação contínua que provoque mudanças. É um tempo que favorece o ‘farefismo’, pois o mercado impôs-se e passou a determinar rumos e resultados, ou seja, produtos. Analisemos a cultura de consumo, cultura tipicamente pós-moderna (FEATHERSTONE, 1995, p. 122).

A cultura de consumo

Quando afirmamos que vivemos numa cultura de consumo, afirmamos que *“o mundo das mercadorias e seus princípios de estruturação são centrais para a compreensão da sociedade contemporânea”* (FEATHERSTONE, 1995, p. 121). Entendemos aqui cultura como a *“emergência maior da sociedade humana”* (MORIN, 2007, p.165). Cada cultura é composta por um capital cognitivo e técnico, entre eles as práticas e os saberes e um mitológico, composto por crenças, normas, etc. É a cultura dá forma e também normatiza. A cultura tem uma relação de reciprocidade com os indivíduos: ela os submete, mas por eles é constantemente influenciada. Cada sociedade é cercada por sua cultura. (MORIN, 2007, p.165). Para nosso estudo, a cultura de consumo tem três perspectivas fundamentais: (1) a expansão da produção das mercadorias e da acumulação de bens e locais de consumo; (2) utilização das mercadorias pelas pessoas para criar vínculos ou possibilitar distinções sociais; (3) os prazeres proporcionados pelo consumo e à existência de locais apropriados para a excitação física e os prazeres estéticos (FEATHERSTONE, 1995, p. 31). Ao tratarmos deste tema, abordamos mais que o simples gosto pelo consumo como algo banal, para o qual os consumidores dedicam boa parte do seu tempo, mas afirmamos que a *“percepção e o tratamento de praticamente todas as partes do ambiente social e das ações que o evocam e estruturam tende a ser orientados pela ‘síndrome consumista’ de predisposições cognitivas e avaliativas”* (BAUMAN, 2007, p. 109). O autor aponta a remodelagem da Política (‘P’ maiúsculo) pela *“síndrome consumista”*. (BAUMAN, 2007, p. 109).

A cultura de consumo desenvolve-se no período no qual o foco do capitalismo muda seu foco da produção para o consumo, levando assim o mercado para o centro

da sociedade contemporânea e a mercadoria, para o centro de tal mercado (NOBRE, 2005). Situar e compreender o Ecoturismo no contexto da cultura de consumo é fundamental a este estudo, pois o Ecoturismo é o segmento do mercado turístico que mais cresceu, conforme apontado.

Na perspectiva da expansão da produção de mercadorias e locais de compra, a cultura de consumo transforma tudo em mercadoria, dando continuidade à dinâmica do capitalismo em gerar lucro. Tudo se torna consumível: tempo e experiência, natureza e consciência. A produção de mercadorias é constante; tudo se transforma em produto, venda, negócio, pacote. Para Bauman (2007) a cultura de consumo e seu mercado são a uma versão atualizada do sonho do Rei Midas afinal aquilo que o mercado toca, não importa o que seja, transforma-se em mercadoria de consumo – incluindo as coisas que *“tentam escapar a esse domínio e até os meios e as formas utilizados em suas tentativas de escape”* (BAUMAN, 2007, p. 118).

Na cultura de consumo, o produtor capitalista em sua ação tem cada vez mais o *“‘papel de alcoviteiro’ entre os consumidores e seu sentido de necessidade, excitando neles apetites mórbidos, à espreita de cada uma de suas fraquezas – tudo isso para que possa exigir o numerário pelo seu serviço de amor”* (HARVEY, 2003, p. 99).

Percebemos assim que o mercado tem uma fome insaciável e vai transformando tudo em mercadoria. Nada escapa a tal processo. Mas afinal, qual é a lógica da mercadoria? No vocabulário cotidiano, uma mercadoria é *“qualquer produto suscetível de ser comprado ou vendido”* (HOUAISS, 2001, p. 1897). Mas, na busca de respostas para as questões de nosso tempo abordadas nesta pesquisa devemos passar pela *“solução do enigma da estrutura da mercadoria”* (LUKÁCS, 1989, p. 97), pois tal questão assume posição essencial em nossa sociedade, afinal desde a modernidade a questão da mercadoria não é apenas um problema particular, mas é um problema estruturador da própria sociedade *“em todas as suas manifestações vitais”* (LUKÁCS, 1989, p. 97). O *“dinheiro e a troca no mercado põem um véu, ‘mascaram’ as relações sociais entre as coisas”* (HARVEY, 2003, p. 98) fazendo-as parecer relações entre pessoas. Essa ilusória transparência torna opacas relações entre os consumidores e aqueles que produziram as mercadorias que são consumidas. Nas relações de compra e venda no mercado, os consumidores não reconhecem nenhum afeto por quaisquer sofrimentos ou dramas pessoais dos indivíduos que produziram tais mercadorias. É com a mercadoria (o dinheiro pago) que se dá a única relação.

Mario Beni, estudioso do turismo no Brasil, comenta que quanto ao *“ar puro, o mar, as belezas naturais, é indubitável que estão hoje adquirindo, como nunca altos valores econômicos devido aos conglomerados urbanos sempre crescentes e às dificuldades de fruição, por todos, de um estilo de vida natural.”* (BENI, 2000, p. 38). O autor completa *“sua apropriabilidade traduz-se na sua capacidade de utilização coletiva”* (BENI, 2000, p. 38), ou seja, em seu consumo. Beni (2000) nos leva a refletir sobre a apropriação *“irrestrita de praticamente todos os temas da sociedade pelo mercado”* (SERRANO, 2000, p. 10) que Bauman (2007) compara ao sonho do Rei Midas. A cultura de consumo e suas implicações não são abordadas nas produções de autores

de algumas correntes de análise do turismo.

O Ecoturismo nasceu como alternativa ao turismo convencional de exploração de massa. Uma nova forma de contato de seres humanos e natureza. Atualmente está mergulhado em disputas mercantis, como mercadoria. Questões até aqui abordadas são importantes se considerarmos a produção de subjetividade pelo sistema capitalista, ao tornar a natureza uma mercadoria e o ser humano em consumidor da natureza.

A sociedade do espetáculo

No vocabulário do cotidiano espetáculo é algo excepcionalmente interessante. Sua etimologia vem do latim *“spectaculum: vista, aspecto, chamar a atenção pública, jogos públicos; derivado de spectare: olhar, observar atentamente, contemplar”* (HOUAISS, 2001, p. 1229). Palavras que no sentido geral indicam uma atitude contemplativa, de passividade. Mas o significado de espetáculo neste trabalho, vai além das definições de dicionário. O Espetáculo é frequente, e propositalmente confundido com crítica aos meios de comunicação de massa (JAPPE, 1999). O espetáculo não é apenas uma crítica aos meios de comunicação de massa. Estes são apenas sua *“manifestação superficial mais esmagadora, [e se isso] dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade”* (DEBORD, 2004, p. 20-21). Para além de uma crítica a tais meios, a teoria do Espetáculo pretende-se uma teoria crítica da sociedade contemporânea, apresentando a sociedade atual como aquela na qual mais se desenvolveu o sentido do fetichismo da mercadoria, sendo que este conceito se constitui como a *“chave para compreender o mundo de hoje”* (JAPPE, 1999, p. 15).

No primeiro estágio de desenvolvimento do Espetáculo houve uma degradação do sentido do ‘ser’ para o do ‘ter’. Na fase atual a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, *“leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual todo ‘ter’ efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última”* (DEBORD, 2004, p. 18). Esta transição entre ser, ter e parecer favorece a descartabilidade de tudo aquilo que é considerado sem mais valor.

No processo de empobrecimento da vida, por conta da fragmentação e separação, a sociedade perde todo seu aspecto unitário. O Espetáculo consiste na *“recomposição, no plano da imagem, dos aspectos separados”*, (JAPPE, 1999, p. 20), afinal ele é a *“perda da unidade do mundo”* (DEBORD, 2004, p. 23). O capitalismo promove a decomposição da vida cotidiana, na qual a racionalidade da mercadoria (das imagens), perpassa todas as relações humanas, pois *“o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens”* (DEBORD, 2004, p. 14). O cidadão/consumidor é espectador passivo, pois *“a contemplação passiva de imagens, que ademais foram escolhidas por outros, substitui o vivido e a determinação dos acontecimentos pelo próprio indivíduo”* (JAPPE,

1999, p. 19).

Assim como na religião, o espetáculo obedece ao mesmo mecanismo que projeta 'no céu' a finalidade última da vida 'na terra'. Afinal, no espetáculo assim como na religião *"cada momento da vida, cada ideia e cada gesto só encontram seu sentido fora de si mesmo"* (JAPPE, 1999, p. 22). É o desenvolvimento de uma ideia, que descontrola (autonomizada), domina seu criador. Os deuses criados pela humanidade a dominaram e o espetáculo nada mais é que *"a reconstrução material da ilusão religiosa"* (DEBORD, 2004, p. 19), produzindo assim em favor do objeto contemplado, a alienação do espectador, então *"quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo"* (DEBORD, 2004, p. 24).

A economia não atende mais aos desejos humanos, visa apenas sua própria reprodução num processo sem fim e com isso torna-se um processo alienante (JAPPE, 1999), pois *"a economia transforma o mundo, mas o transforma apenas em mundo da mercadoria"* (DEBORD, 2004, p. 30), submetendo a si toda vida humana. O espetáculo é o *"dinheiro que apenas se olha, porque nele a totalidade do uso se troca contra a totalidade da representação abstrata"* (DEBORD, 2004, p. 34). A necessidade contínua de busca de lucro, de aumento da natureza do valor subordina toda a vida humana e despreza o trabalho realizado para que se atinja este fim. Visa apenas a produzir, no fim de seu ciclo, uma quantidade de valor, sob a forma de dinheiro maior do que possuía no início (JAPPE, 1999, p. 32).

Estas relações não estão presentes apenas na questão do trabalho, elas estão na vida em sua totalidade. Se durante a fase inicial do capitalismo, o proletário deveria apenas cumprir o papel de operário, quando um determinado nível de produção é atingido, ele é convocado a participar do sistema econômico de outras maneiras e

subitamente lavado do absoluto desprezo com que é tratado, em todas as formas de organização e controle da produção, ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce de consumidor. [...] o humanismo da mercadoria se encarrega dos "lazer e da humanidade" do trabalhador (DEBORD, 2004, p. 31).

A economia invade completamente a vida social, por meio do consumo, dos lazeres etc., pois *"não só o trabalho, mas também as outras atividades humanas, o que se chama de tempo livre, são organizados de modo a justificar e a perpetuar o modo de produção vigente"* (JAPPE, 1999, p. 25). O lazer dirigido segue o mesmo ritmo do trabalho alienado. A atitude meramente contemplativa, antes característica do trabalho agora se estende por todo o conjunto de atividades sociais, pois o espetáculo é a *"afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre desta escolha"* (DEBORD, 2004, p. 14-15), colocando o lazer assim em condição de atividade alienada, pois obedece igualmente à lógica da continuidade do capital. Con-

sideramos tal mecanismo como compensatório (lazer para compensar o trabalho) e como válvula de escape, um lazer alienante no qual se extravasam as pressões de um trabalho alienado. Isso implica na invasão de toda a vida social. Assim, *“tudo o que falta à vida se encontra nesse conjunto de representações independentes que é o espetáculo”* (JAPPE, 1999, p.20). Os indivíduos estão socialmente isolados e só encontram *“sua unidade no espetáculo”* (JAPPE, 1999, p. 20). Porém, *“o espetáculo reúne o separado, mas o reúne como separado”* (DEBORD, 2004, p. 23) reforçando assim sua própria condição. Quanto mais o indivíduo sente-se separado, mais precisa do Espetáculo, como forma de pseudo-integração, quanto mais precisa do Espetáculo, mais se separa. Atualmente a massa de oprimidos já não é composta apenas pelos trabalhadores de indústria, mas sim por todos os assalariados, pequenos produtores etc (FREITAG, 2004). É, enfim, a *“proletarização do mundo”* (DEBORD, 2004, p. 22).

A substituição do tempo ‘qualitativo’ por um ‘quantitativo’ na racionalidade da produção torna-o tempo-mercadoria, uma acumulação infinita de intervalos equivalentes. Desvalorizado representa a *“inversão completa do tempo como ‘campo de desenvolvimento humano’ [...] um tempo pseudocíclico [...] tempo espetacular”* (DEBORD, 2004, p. 103-105). O tempo pseudo-cíclico não está baseado em traços naturais do tempo, ele cria *“novas combinações homólogas: o dia e a noite, o trabalho e o descanso semanais, e a volta dos períodos de férias”* (DEBORD, 2004, p. 104)

O tempo de lazer se torna uma imagem social para o consumo. É uma mercadoria espetacular dominada por momentos de lazer e de férias que são alvo de grande desejo. Esta mercadoria deve ser oferecida como um *“momento da vida real, cujo retorno cíclico deve ser aguardado”* (DEBORD, 2004, p. 106). No entanto, em tais momentos concedidos à vida ainda é o espetáculo que se *“mostra e se reproduz, atingindo um grau mais intenso. O que foi representado como a vida real revela-se apenas como a vida mais realmente espetacular”* (DEBORD, 2004, p. 106). O consumo tem como missão preencher o tempo livre dos trabalhadores e passa a ser a resposta para a felicidade. A mídia oferece diz que *“a felicidade não precisa ser adiada para o futuro, por já estar concretizada no presente”* (FREITAG, 2004, p. 72-73).

O Espetáculo não é apenas dinheiro ou bens materiais, mas *“toda a extensão da sociedade é seu retrato”* (DEBORD, 2004, p. 34), pois tudo se tornou mercadoria. É o *“vínculo abstrato que a troca institui entre os homens”* (JAPPE, 1999, p. 36). Momento em que a mercadoria toma uma dimensão tão concentrada que se torna imagem, como no irônico aforismo que Debord faz em alusão a um dos pensamentos de Marx: *“toda a vida das sociedades em que reinam as condições modernas de produção apresenta-se como uma imensa acumulação de espetáculos”* (DEBORD, 2004, p.13). A questão da imagem é fundamental no entendimento da sociedade do espetáculo, pois *“quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico”* (DEBORD, 2004, p. 18). O espetáculo utiliza-se da visão como sentido privilegiado

do ser humano, mas é um mundo que já não se pode ver diretamente (DEBORD, 2004, p. 18). Isso ajudará a situar o Ecoturismo no contexto das atividades espetaculares, que se dão no consumo de imagens, sejam da natureza, de comunidades receptoras ou de outras apropriações. O turismo – por parentesco o Ecoturismo – como circulação humana em busca de um consumo que se resume num lazer de idas e vindas para ver o que se tornou banal no “*seio das mesmas redundâncias de imagens e comportamentos*” (GUATTARI, 2001, p. 8) temos que o planejamento econômico da frequência dos diferentes lugares garante sua equivalência, pois “*a mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço*” (DEBORD, 2004, p. 112).

ECOTURISMO NA CULTURA DE CONSUMO

O turismo convencional na tendência hegemônica

O turismo é um fenômeno moderno. A estruturação da modernidade – conversão do tempo orgânico em tempo de produção; surgimento do tempo pseudocíclico e compensação desta perda qualitativa da relação com o tempo pela prática da evasão; as condições de vida urbana; o ritmo das cidades; as relações de trabalho e os direitos trabalhistas – favoreceu o início das viagens turísticas com o objetivo busca de prazer e emoção, com intuito de desenvolvimento pessoal e da apreciação estética (THOMAS, 1989; SERRANO, 2000; SALGUEIRO, 2002). O turismo como é conhecido atualmente encontra um importante ponto estruturador nas viagens de jovens da aristocracia ao final do século XVII. Ao final do século XVIII que o *Grand Tour* dos ingleses passa a se estruturar e se disseminar entre a classe média urbana. Tal desenvolvimento estimulou a institucionalização e a oferta de serviços como os de “*hospedagem, e o surgimento dos guias – seja como pessoas, seja na forma de livros – que contribuem para a disseminação de rotinas, códigos e signos das viagens*” (SERRANO, 2000, p. 38).

A OMT define o turismo como “*atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos*” (OMT, 2003, p. 20). As motivações turísticas (ANDRADE, 1997, p. 85-97) são diversas: desejo de evasão causado pela “*artificialização da vida*” (OURIQUES, 2005, p. 40), espírito de aventura, aquisição de *status*, necessidade de tranquilidade, motivação cultural e comercial etc.

Os atrativos turísticos referem-se a “*todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los*” (BENI, 2000, p. 330). Os bens turísticos podem ser naturais, histórico-culturais, como manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas ou acontecimentos programados, enfim “*todos os elementos subjetivos e objetivos ao nosso dispor, dotados de apropriabilidade, passíveis de receber um valor econômico, ou seja, um preço*” (BENI, 2000, p. 38).

O produto turismo é fruto da combinação do uso de bens tangíveis como, aviões, hotéis, carros; de serviços prestados por profissionais, como guias de turismo, agentes de viagens etc.; utilização dos atrativos turísticos, que podem ser qualquer coisa: o Cristo Redentor ou o Parque Nacional do Itatiaia, uma árvore centenária, uma cachoeira etc.; estruturas existentes como estradas, portos e aeroportos; outras instâncias como a localidade, o território, a paisagem, os habitantes do local, seus costumes, cultura, tradições; comercializa o lugar sob a forma metafórica do pacote.

Podemos perceber na análise de Beni (2000) a apropriação do capital sobre os lugares, objetos ou acontecimentos e na sua conversão em produtos turísticos. Qualquer que seja o interesse das pessoas, o capital pode converter em atrações turísticas para visitação. O mercado do turismo empacota os *“lugares e seus atrativos e serviços, além da subjetividade, utilizando-a juntamente com o ambiente, como matéria-prima para a produção de mais uma mercadoria”* (SERRANO, 2001, p. 206). Segundo tal tendência, o turismo é em sua essência uma atividade econômica que movimenta mais de cinquenta setores produtivos de bens e serviços. (ROSE, 2002, p. 2).

O produto turístico é uma mescla das etapas da exploração do capital, unindo bens físicos e serviços num mesmo pacote: bens materiais, imóveis, duráveis ou perecíveis, de consumo, de capital, básicos, complementares e interdependentes, naturais ou artificiais; por serviços turísticos: receptivos, de alimentação, de transporte, públicos, de recreação e entretenimento. (BENI, 2000, p. 38). Na prestação de serviços, o tempo de vida dos ‘produtos’ é bem menor que dos bens físicos como automóveis ou máquinas de lavar etc. Isso faz com que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços efêmeros em termos de consumo. (HARVEY, 2003, p. 258)

Como atividade econômica é *“resultado de inúmeras atividades de transformação e produção”* (ANSARAH, 2001, p. 24). A maioria das abordagens de tais autores vê o turismo como atividade econômica, mesmo quando discursam sobre comunidades, localidades, culturas etc., isso se dá do ponto de vista econômico, como recurso. Uma atividade econômica que possibilita o desenvolvimento de localidades ao permitir a geração de rendimentos que são reinvestidos *“na estruturação dos elementos da oferta e/ou distribuídas entre os demais setores produtivos da localidade receptora, favorecendo sobremaneira toda a comunidade”* (ROSE, 2002, p. 2).

O produto turístico é um fenômeno do tempo livre, fruto de inúmeras conquistas trabalhistas, por exemplo, a redução do tempo de trabalho, férias remuneradas etc. Os descansos diários, semanais, anuais e aposentadoria permitiram às pessoas aproveitar este período para seu lazer e é claro, para o consumo. O lazer encontra no turismo uma fonte de fruição. (SERRANO, 2000; BENI, 2000; ANSARAH, 2001).

De acordo com a bibliografia consultada, sob uma visão economicista, o turismo pode causar impactos, tanto positivos como negativos, sobre o ambiente natural ou socialmente produzido. A prática do turismo impacta seu próprio substrato como, por exemplo, solos e vegetação; recursos minerais e fósseis; a água e recursos hídricos; formações rochosas; vida selvagem (fauna nativa); paisagem (PIRES, 2005).

Considerando ainda o impacto do turismo na cultura e sociedade, podemos elencar alguns itens, pois para cada efeito positivo do turismo é possível associar-se um efeito colateral. A leitura da tendência hegemônica defende a geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em vários níveis (local, regional, estadual, nacional) pelo turismo (BENI, 2000; ANSARAH, 2001), no entanto, o que ocorre é a substituição de ocupações tradicionais por subempregos, nos quais as pessoas da localidade passam a exercer funções em outras atividades como caseiros, ou empregados da construção civil, de órgãos públicos ou serviços relacionados ao comércio (LUCHIARI, 2001, p. 67). Se por um lado o intercâmbio de ideias, costumes e estilos de vida entre visitantes e visitados pode ser proveitoso durante uma atividade ecoturística, por outro essa experiência pode converter-se em perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas (SERRANO, 2001).

Com a apresentação de impactos e por conta da exploração do turismo com proporções de indústria de massa, agressiva aos lugares explorados, este passou a receber críticas de alguns autores. Como alternativa surgem formas de se explorar o turismo, com novos discursos sobre desenvolvimento. É necessário pensar uma maneira de se praticar o turismo de modo 'sustentável', que é aquele que *“atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”* (OMT, 2003, p. 24). Também é visto como possibilidade de condução ao gerenciamento de todos os recursos, *“de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida”* (OMT, 2003, p. 24).

O conceito de turismo sustentável engloba três dimensões. A dimensão ambiental: o meio ambiente, tanto natural quanto construído; a dimensão econômica: a vida econômica de comunidades e empresas; a dimensão social: os aspectos sociais do turismo, em termos de seus impactos sobre culturas locais e turistas, e o modo como são tratados os que trabalham no turismo (SWARBOOKE, 2000a, p. 73-109). A prática do turismo – em seu discurso e conceito – passa da fase de exploração intensiva para a fase sustentável e pode ser explorado como vetor de tal desenvolvimento.

A segmentação de mercado do turismo identifica comportamentos homogêneos dos clientes quanto a seus gostos e preferências para obter informações sobre destinos, tipos de transportes, composição demográfica dos turistas, sua situação social e estilo de vida, sendo o motivo da viagem a principal forma de se segmentar o mercado (BENI, 2000; ANSARAH, 2001). Segmentar o mercado tenta resolver os problemas do turismo de massas e apresentar uma pseudodiferenciação entre os consumidores do produto turístico. Aparentemente cada segmento de clientes interessa-se por um tipo específico de turismo. Podemos perceber que cada interesse particular é utilizado para um objetivo comum: a busca pelo lucro por meio da conversão da experiência turística em mercadoria na cultura de consumo.

Ecoturismo como segmento do mercado turístico

O Ecoturismo é considerado o “*segmento da atividade turística*” (BRASIL, 1994, p. 19) com maior crescimento pelo Ministério do Turismo do Brasil nas Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo (DPNE). Para o mercado turístico, é um de seus principais produtos em forte expansão (BRASIL, 1994, p. 9-12). Tem como diferenciais, o atendimento a pequenos grupos de até 25 pessoas; utilização de meios de hospedagem com menos de 100 leitos; operação por empresas de pequeno a médio porte, concentrando-se na condução e na acomodação de pequenos grupos para oferecer atendimento mais personalizado com o uso de materiais interpretativos e guias especializados, além da preocupação com a capacitação de guias, operadores e fornecedores dos serviços requeridos pela atividade (PIRES, 2005). O Ecoturismo é uma área especializada que inclui viagens às áreas naturais ou com presença humana baixa, em que “*o ecoturista envolvido na experiência externa busca uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela*” (PIRES, 2005, p. 484).

Em Pires (2002), não se compreende ‘sol e praia’ e ‘rural’ como atividades desenvolvidas na natureza, embora estas se deem em locais compreendidos por ambientes naturais – praia e do rural, em fazendas, levando o imaginário que natureza não os compreende, ficando restrito a locais como a Mata Atlântica, Pantanal ou Amazônia.

Ecoturismo: origem, contexto e significado

Na década de 1970, o turismo estava no auge de sua exploração de massa e representava o paradigma social dominante – culto ao progresso e à prosperidade do crescimento econômico, sobrepondo-se às questões ambientais, desconhecendo limites para o crescimento (PIRES, 2002, p. 34).

As origens históricas do Ecoturismo estão no caldo cultural que ao final da década de 1960 e inícios dos anos de 1970 agitava o mundo com questões ecológicas, pacifistas, feministas, dos negros no movimento *Black Power*, o movimento *Hippie*, o *Flower Power*, entre outros. Movimentos de minorias que em sentido amplo podem ser considerados ambientalistas, com princípios questionadores da sociedade capitalista – seu desenvolvimento, padrões e limites – da qual uma das características mais marcantes é o consumismo. A palavra turismo recebeu o prefixo eco- que etimologicamente vem do grego “*oikos, que significa lar ou habitat. O meio ambiente que nós, os humanos, habitamos é, em sua máxima essência, o nosso lar, a nossa morada, o nosso sustento*” (WEARING; NEIL, 2001, p. xvii). A origem do Ecoturismo tem suas raízes numa filosofia de vida baseada na herança filosófica adotada por movimentos ambientalistas. O primeiro a usar a palavra ecoturismo foi Hector Ceballos-Lascuráin no ano de 1983 (PIRES, 2002).

A palavra ‘alternativo’ tem como radical alter- que significa “*um outro, outrem*;

outro, diferente, oposto, contrário” (HOUAISS, 2001, p. 168) da raiz *al-* que significa outro. É originário do latim e diz muito na busca pelo sentido desta palavra, pois dizer que algo é alternativo é dizer que “*oferece possibilidade de escolha, de opção [e que é] capaz de funcionar como outra resposta, remédio, saída*” (HOUAISS, 2001, p. 169). Compreender a palavra ‘alternativo’ é uma primeira aproximação ao comportamento do Ecoturismo em relação ao turismo convencional. Alternativo é aquilo que não busca ser hegemônico, que se contenta em viver à margem.

O Ecoturismo foi originariamente concebido como uma forma de turismo de baixo impacto sobre os locais e comunidades nas quais se desenvolve, como ‘alternativa’ ao turismo convencional de massas, que causa os mais diversos impactos ambientais e sociais. Ele participa do turismo alternativo, ou seja, deve tentar minimizar o impacto ambiental e sociocultural negativo dos turistas, “*promovendo abordagens radicalmente diferentes em relação ao turismo convencional*”. (WEARING; NEIL, 2001, p. 2).

Este outro turismo pode ser descrito como de baixo impacto, que visa à interpretação do ambiente visitado e é promovido de maneira discreta, desejando a conservação de tal local, pois este é seu próprio substrato (SERRANO, 2000).

Segundo as DPNE, o Ecoturismo é

um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.
(BRASIL, 1994, p. 19)

Para o Poder Público o Ecoturismo é parte do mercado turístico e, sua exploração está sujeita às regras de tal mercado; deve utilizar-se de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, inserindo em seu discurso a questão da sustentabilidade; deve incentivar a conservação de tal patrimônio natural e cultural, pois é seu substrato e é também uma forma de desenvolvimento econômico; deve buscar a formação de uma consciência ambientalista afirmando que esta se dá pela interpretação do ambiente, ou seja, nas atividades ecoturísticas é necessário que se permitam aos envolvidos desenvolver tal consciência; por fim, promover o bem estar das populações envolvidas, não se restringindo apenas à questão econômica.

Segundo os teóricos estudados, as atividades que buscam o *status* de Ecoturismo, além de serem desenvolvidas em ambientes naturais, devem considerar a difusão de uma “*consciência ecológica pelo advento da Educação Ambiental*” (PIRES, 2002, p. 159) em suas práticas de mercado. Sendo assim, Pires (2002) em seu estudo sobre o Ecoturismo considera que este apresenta a introdução do componente educacional (PIRES, 2002, p. 156) como diferencial às outras formas de exploração turística. O contato direto e

de primeira mão com os ambientes naturais e com as manifestações ou aspectos culturais presentes no seu encontro possibilita aos turistas e visitantes uma oportunidade preciosa para desenvolver a percepção ambiental e assimilar conhecimentos que influenciarão decididamente na formação de uma consciência ecológica e cultural capaz de determinar posturas e atitudes diante do ambiente e da sociedade (PIRES, 2005, p. 485)

No caso do Brasil, o Ecoturismo é visto como uma possibilidade para a Educação Ambiental. Para que uma atividade turística receba o prefixo eco-, deve considerar três aspectos básicos: os critérios de sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica; *“o aspecto educativo [...] que relaciona-se com a disseminação da educação, sobretudo a ambiental, entre todos os envolvidos no andamento da atividade”* (PIRES, 2002, p.158) e participação das comunidades locais

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) reconhece que é necessário *“incluir a interpretação ambiental, a experiência da aprendizagem no ambiente”* (PIRES, 2002, p.160) como requisito para um padrão de sustentabilidade. O Ecoturismo deve privilegiar as experiências participativas e esclarecedoras que incentivem uma educação de todas as partes, comunidades locais e o governo, as organizações não-governamentais, a indústria e os turistas, antes e durante como depois da experiência da viagem. Deve incentivar nos envolvidos, o reconhecimento de valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais. (SWARBROOKE, 2000b, p. 65)

Ainda em referência à questão do caráter alternativo do Ecoturismo em relação ao turismo, espera-se do ecoturista um comportamento diferenciado daquele do turista convencional. O primeiro deve possuir uma ética ambiental e boa vontade de não degradar o recurso visitado; deve ter foco na motivação intrínseca e não extrínseca; ter orientação biocêntrica em vez de antropocêntrica e a intenção de beneficiar a vida selvagem e o ambiente natural; além de procurar uma experiência direta com tal ambiente. Quanto ao quesito educacional, espera-se que o ecoturista procure e tenha expectativa de educação e apreciação; além de alta dimensão cognitiva e afetiva. Comparando os turistas convencionais aos ecoturistas, os primeiros em férias têm a tendência de apresentar atitudes menos conscientes para como o ambiente, ao passo que os ecoturistas tentam minimizar os impactos de sua visita no local de destino.

Quanto às estruturas de recepção dos lugares visitados, o ecoturista procura adaptar-se ao meio ambiente, e o turista convencional adapta o meio ambiente a seu comportamento cotidiano. O fato que une turistas convencionais e ecoturistas é que ambos se movem de um lugar para o outro buscando novas experiências. (WEARING; NEIL, 2001, p. 198-209), para vivenciá-las, para consumi-las.

Numa rápida comparação entre o turismo de aventura e o Ecoturismo podemos conferir que o primeiro busca ambientes remotos para sua prática, há maior incerteza quanto aos resultados dos programas, é buscada uma minimização dos impactos ne-

gativos e há tanto resultados como riscos inesperados; no segundo há a necessidade das práticas de Educação Ambiental, há um maior interesse por cultura, paisagens e pela interpretação do ambiente, é desejável um número reduzido de clientes e igualmente há a preocupação com a minimização dos impactos (RAMOS, 2005, p. 475).

A Educação Ambiental participa conceitualmente do Ecoturismo, mas não do turismo de aventura. Há uma tênue linha difícil de ser apreendida e que gera bastante confusão entre os conceitos. A prática da Educação Ambiental é o grande diferencial do Ecoturismo para outras formas de turismo.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação em seu amplo significado tem como missão dedicar-se à identificação da origem de erros, ilusões e cegueiras, e com isso, armar cada um para o combate vital para a lucidez; realizar o exame e o estudo da complexidade humana; e ensinar a ética da compreensão planetária, através de uma reforma em sua mentalidade (MORIN, 2000). Por isso, não deve limitar-se aos bancos escolares de um sistema formal de ensino. Tal educação deve ser explorada de várias outras maneiras. Nos referimos à Educação Ambiental. A Política Nacional de Educação Ambiental – Lei 9795 de 27/04/99 foi elaborada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental. Ela aborda a Educação Ambiental como parte do processo educativo da nação nos âmbitos formal e não-formal. De acordo com tal lei (Capítulo II - Seção III - Artigo 13 - Inciso VII), entende-se por Educação Ambiental não-formal

as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Parágrafo único: O poder público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: VII: o Ecoturismo (BRASIL, 1999, p. 6).

A pesquisa de campo nos mostrou que as operadoras entendem que educação é tomada pelo viés formal. A partir das afirmações das operadoras parece que há uma crença de que a educação não deve se misturar com o turismo, momento supremo de lazer dos clientes pagantes. Acreditamos que o contato com a natureza pode ser uma possibilidade de educação fora do âmbito escolar e, portanto, não submetido às mesmas metodologias. É necessário afirmar que o potencial das visitas a um ambiente natural pode promover possibilidades educativas diferenciadas do ambiente escolar. Todavia, tais atividades devem ser realizadas considerando a Educação Ambiental de maneira ampla “*não se restringindo à reprodução das estratégias educacionais tradicionais, que enquadram o conhecimento e inibem as experiências e as expressões criativas*” (MENDONÇA; NEIMAN, 2003, p. 166). A Educação Ambiental deve contemplar todos os aspectos do ambiente abrangendo “*os aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos*” (DIAS,

2003, p.82)

Em 1987, a publicação do texto *Nosso Futuro Comum* como resultado de um trabalho iniciado em 1983 pela 1ª Ministra da Noruega, Gro Brundtland e equipe, tornou-se referência para os próximos passos. Concluiu-se que a Educação Ambiental deveria preocupar-se com a conscientização, com a transmissão de informações, e com o *“desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios e padrões, e orientações para a resolução de problemas e tomadas de decisões. Portanto, deveria objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivos e afetivos”* (DIAS, 2003, p. 140).

Propor modificações comportamentais nos campos cognitivos e – especialmente – afetivos foi um importante passo (e diretamente relacionado à temática deste estudo) no sentido da subjetividade da Educação, na sensibilização das pessoas para a mudança de atitude, hábitos e valores por outras vias que não apenas a informação.

Um importante documento na história da Educação Ambiental é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Tratado). O princípio número 1 do Tratado afirma que *“A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores”* (FÓRUM, 1992, p. 1). Tal princípio fala sobre a educação e a relação entre seus sujeitos, que apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro, pois *“quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”* (FREIRE, 2002, p. 25). É necessário reconhecer que todos os envolvidos no processo educativo estão em condições de aprender e de ensinar. O princípio 2 afirma que a Educação Ambiental deve ter como base o *“pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade”* (FÓRUM, 1992, p. 1-2). Enquanto o princípio número 4 diz que a Educação Ambiental *“não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social”*. (FÓRUM, 1992, p. 1-2).

A educação libertadora de Freire está a serviço da construção deste espírito crítico, inovador e autônomo. Há nestes princípios a influência e importância da pedagogia freireana para a Educação Ambiental. Freire não escreveu uma linha sequer sobre a Educação Ambiental, mas sua pedagogia foi fundamental para a elaboração do Tratado, pois se pode perceber a presença de suas ideias em vários momentos do texto. Sua obra é importante fundamento para tal educação, se esta se pretende crítica. O ato educativo deve inscrever-se num movimento de leitura do mundo e de sua problematização e deve visar à criação de possibilidades da construção de um conhecimento com autonomia. A tarefa da educação é *“indagar ao mundo, questioná-lo, pensar sua mudança, sugerir ações e refletir sobre os resultados desta”* (CASCINO; HINTZE, no prelo). Freire denuncia a educação bancária, na qual *“o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão”* (FREIRE, 2001, p. 58). Encontramos em sua pedagogia, os ensinamentos para uma educação que visa à transformação social, pois sabemos que *“ensinar não é transferir conhecimento,*

mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002, p. 25). Esta questão nos interessa por sua relação direta com a Educação Ambiental não-formal do Ecoturismo, pois durante as visitas a ambientes naturais, o condutor de grupos assume o papel de educador, conduzindo os ecoturistas e tendo a oportunidade de promover situações que se convertam em experiências educativas. Na Educação Ambiental, a produção do conhecimento deve dar-se através da cooperação, da troca e não de relações professorais de imposição. Deve preocupar-se com o contexto em que se desenvolve com a cultura, pois *“não se faz educação dentro da cabeça de ninguém; se faz educação no contexto histórico, no contexto cultural. É por isso também que ela não pode ser neutra; não há, nunca houve, nem vai haver neutralidade educacional”* (OVALLES; VIEZZER, 1995, p. 14).

O princípio número 5 diz que *“a Educação Ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo, de forma interdisciplinar”* (FÓRUM, 1992, p. 1-2), afinal o ambiente deve ser considerado em sua complexidade de relações e não de forma fragmentada. E no princípio número 15 a Educação Ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações e *“deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis”* (FÓRUM, 1992, p. 1-2). O princípio aponta para a conversão das experiências do Ecoturismo em experiências educativas, assim como faz a lei de Educação Ambiental ao indicá-lo como estratégia da Educação Ambiental não-formal.

No princípio número 16 a Educação Ambiental deve ajudar a desenvolver *“uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos”* (FÓRUM, 1992, p. 1-2) aprofundando assim o debate sobre a valoração das coisas e a análise crítica a respeito da condição humana em relação ao mundo. O contato entre os seres humanos e a natureza pode propiciar tal educação.

A diretriz número 5 aponta para a necessidade do *“desenvolvimento de conhecimentos, metodologias e práticas de Educação Ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não-formal e para todas as faixas etárias”* (FÓRUM, 1992, p. 3). Para isso, como aponta a diretriz número 6 é necessário que se possa *“promover e apoiar instâncias de capacitação de recursos humanos para o gerenciamento do ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária”* (FÓRUM, 1992, p. 3). A diretriz número 07 fala sobre a necessidade de *“estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais, que revisem permanentemente nossa coerência entre discurso e práticas, os valores de nossa cultura, nossas tradições e nossa história”* (FÓRUM, 1992, p. 3). A atenção à relação entre discurso e prática também encontra eco na obra de Paulo Freire.

O Ecoturismo no Brasil em sua definição pelo Poder Público deve desenvolver uma *“consciência ambientalista”* (BRASIL, 1994, p. 19) em seus praticantes. Isso encontra respaldo no Tratado em sua diretriz número 21, para a qual é preciso *“assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comu-*

nidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica” (FÓRUM, 1992, p. 3). Diferentemente do processo educativo formal, o Ecoturismo como possibilidade para a prática da Educação Ambiental não-formal não pode ser considerado um processo, no sentido de sua continuidade em longo prazo, pois suas atividades são pontuais.

A diretriz 16 traz uma das mais difíceis missões para o Tratado que é a de *“promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para a transformação de nossas próprias práticas”* (FÓRUM, 1992, p. 3).

Dentre os grupos a serem envolvidos em sua dinâmica estão os empresários que tenham compromisso em atuar dentro de uma *“lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida humana”* (FÓRUM, 1992, p. 5). Também devem envolver-se, todos os profissionais da educação que estejam interessados em *“implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino como em outros espaços educacionais”* (FÓRUM, 1992, p. 5). Pensamos aqui, nos empresários do Ecoturismo.

As contribuições de Henry David Thoreau para a Educação Ambiental

A Educação Ambiental deve integrar conhecimentos e *“impor limites à exploração às formas de vida”* (FÓRUM, 1992, p. 1-3) por parte dos humanos para empreender a transformação humana e social, além da preservação ecológica. A educação deverá questionar o sistema de exploração vigente. Acreditamos que o pensador americano Thoreau tem algo a dizer sobre isso, pois sua obra e vida tornaram-se um grande símbolo de resistência e fonte de inspiração para a maioria dos movimentos ambientalistas. Embora o autor não tenha escrito nada especificamente sobre o tema Educação Ambiental, nem tampouco Ecoturismo. Acreditamos, todavia, que é possível aproveitar seus conceitos e o próprio estilo de vida.

Henry D. Thoreau (1817-1862) nasceu em Concord, Massachusetts nos Estados Unidos. Junto do pensador Emerson participou do movimento transcendentalista, que *“inspirou grandes nomes para a volta a uma vida equilibrada, em profundo contato com a natureza e em harmonia com a essência humana”* (CASCINO, 2000a, p. 23).

Atualmente Thoreau é conhecido por conta de ‘A desobediência civil’, um de seus principais escritos. Thoreau afirmou que não bastava recusar-se a participar da guerra como soldado, mas que era necessário também não colaborar com o pagamento dos impostos que seriam utilizados na compra de armamentos. Um de seus mais profundos pensamentos a cerca da Desobediência Civil diz que *“o que me cumpre é ver se de algum modo não estou contribuindo para o erro que condeno”* (THOREAU, 2001, p. 331). Podemos transportar tal pensamento hoje para a Educação Ambiental em relação ao consumismo e perguntar se os discursos ambientalistas e as correlatas práticas são coerentes. Discursamos sobre mudanças nos padrões de consumo e conforto, mas estamos prontos para agir neste sentido?

Influenciado por Thoreau, Gandhi atua fundamentalmente para a libertação pacífica da Índia do poder do maior império do século XIX, o Britânico. Assim, *“pacifismo e desobediência civil terem caminhado tão juntos a ponto de serem quase sinônimos”* (CASCINO, 2000a, p. 24).

Thoreau é considerado *“avô espiritual”* (CABRAL, 2001, p. 12) dos movimentos da década de 1960. Nesta época os jovens questionaram a civilização ocidental assim como ele fizera no século XIX. Entre tais jovens, a consciência pública sobre *“o racismo institucional, a pobreza, a destruição ambiental e o materialismo impensado desencadeou uma onda de dissidência, ativismo político e desobediência civil em larga escala”* (KIRK, 2008, p. 89). Tal influência é importante para todo o movimento ambientalista assim como para uma Educação Ambiental que pretenda *“estimular a consciência pública”* (KIRK, 2008, p. 38), assim como Thoreau o fez.

Acreditamos que se a Educação Ambiental tem como fundamento a transformação social, ela deve ter como princípios a desobediência civil e o questionamento aos mecanismos do sistema capitalista. Assim, a Desobediência Civil de Thoreau é um profundo marco (CASCINO, 2000a).

Além de A desobediência civil, Thoreau ficou igualmente conhecido por sua relação com a natureza. E embora o autor fosse avesso às comunidades (KIRK, 2008) ele é um dos ícones do movimento *hippie*. No tempo que passou em sua cabana junto ao lago de Walden, local que lhe serviu de inspiração para escrever sua obra mais famosa: Walden ou a Vida nos Bosques (2001), procurou na solidão de sua permanência refletir sua condição de humano e seu contato com a natureza. Diz ele que procurou o contato com a natureza indo aos bosques porque

pretendia viver deliberadamente, defrontar-me apenas com os fatos essenciais da vida, e ver se podia aprender o que tinha a me ensinar, em vez de descobrir à hora da morte que não tinha vivido. [...] Queria viver em profundidade e sugar toda a medula da vida, viver tão vigorosa e espartanamente a ponto de pôr em debanda tudo que não fosse vida. (THOREAU, 2001, p. 95).

Nesse contato com a natureza encontramos um fundamento para a importância do pensador como influência para uma Educação Ambiental não-formal no Ecoturismo. Ambientalismo, Ecoturismo e Educação Ambiental nascem no eferescente período da década de 1960 e recebem por parentesco a influência do autor.

Visitas à natureza: o Ecoturismo como possível veículo para Educação Ambiental não-formal.

Acreditamos que seja necessário reconhecer-se no contato com a natureza, afinal este é o espaço da gênese do ser humano. A visita ao ambiente natural – que aqui chamamos de visitas à natureza – possibilita o reencontro com o humano que há

em nós que vivemos em alienação para as coisas da natureza. É no enfrentamento das adversidades típicas deste ambiente que se torna possível este encontro e a possibilidade de *“desvelar sensações instintivas, sensibilidades oprimidas, encantamentos e pavores próprios de uma condição primitiva agora desaparecida”*. (CASCINO, 2000b, p. 203). A possibilidade de sensibilizar pessoas num ambiente natural e não controlado pode ser rica em oportunidades que possibilitem rupturas com o atual padrão de vida, que é baseado numa mentalidade consumista. Estas oportunidades podem induzir à *“construção de novas leituras / discursos sobre nós mesmos, nossos prazeres, nossas crenças sobre o que somos, o que gostamos o que acreditamos”* (CASCINO, 1998, p. 9). Isso coloca o ser humano frente a frente com o desafio de fazer uma releitura de si mesmo. Nas visitas à natureza, o contato com ambientes naturais, a busca por contemplação ou por adrenalina e superação pessoal etc. coloca sempre uma *“possibilidade de ruptura com maneiras de sentir, de pensar e de conduzir nossas ações, com valores sedimentados por uma rotina e um estilo de vida que nos afastam de nossa condição animal / natural”* (SERRANO, 2000, p. 17).

As operadoras ecoturísticas mostram seu desconforto quanto à possibilidade de promover atos educativos em seus pacotes de viagem, alegando que a inserção de discursos ambientalistas é fator de desgaste ao produto. Para elas isso se torna missão inviável, pois o momento de lazer proposto pela prática do Ecoturismo não combina com tal postura. Seria uma forma de se perder clientes. Frente a essa demanda, como tal trabalho pode criar oportunidades de desenvolver a consciência ambientalista discutida até aqui? A professora Rita Mendonça afirma que *“talvez seja até por isso que as operadoras evitem o trabalho educativo, pois o que conhecem é a educação que não diverte, que não instiga, que não inspira”* (MENDONÇA, 2005, p. 248).

Embora as operadoras tenham esta postura, podemos considerar o Ecoturismo como *“estratégia privilegiada de educação”* (SERRANO, 2001, p. 214). Um veículo apropriado para a prática da Educação Ambiental não-formal, por conta da informalidade de sua prática e pela força que os ambientes naturais têm na desestruturação de referências e condicionamentos sociais inscritos no corpo e nos hábitos de cada um. No ambiente natural, o ser humano pode entrar em contato com suas intuições e instintos. É lá que ele pode redescobrir sua capacidade de lidar com o inesperado, enfrentando seus medos (SERRANO, 2000, p. 17). O Ecoturismo não é a única maneira de se praticar a Educação Ambiental não-formal; ele é mais uma.

Os pressupostos do Tratado que analisamos anteriormente são a base para pensarmos relações entre a prática da Educação Ambiental não-formal e o Ecoturismo, se considerarmos que *“a gênese de ambos os movimentos, considerando também o passado de ambos - a contracultura dos anos 1960 - é um caminho sólido, conceitualmente profundo”* (CASCINO, 2000b, p. 204).

A prática de uma Educação Ambiental não-formal no Ecoturismo deve valer-se de momentos de contato entre os seres humanos e ambientes naturais na tentativa

de sensibilizar os primeiros à compreensão da complexidade das relações que ali se desenrolam, para uma possível posterior mudança de atitude no cotidiano. Para o pesquisador Zysman Neiman o contato na natureza é *“um elemento sensibilizador num primeiro momento. Para num segundo momento, haver uma reflexão da vida cotidiana das pessoas com a questão ambiental de uma maneira mais ampla”* (NEIMAN). E completa: *“levar [pessoas à natureza] tem que ter um motivo educacional”* (NEIMAN).

No entanto, existe uma confusão quando se utiliza a palavra educação dentro da atividade ecoturística. O mercado ecoturístico a associa à educação formal. Por meio da atuação de profissionais, empresas e dos estudos acadêmicos, o Ecoturismo deve estar ligado a uma missão educacional que pense o ambiente em sua complexidade. Se for praticado de outra maneira é preferível chamá-lo de *“turismo – o convencional – que passa despreocupadamente por cima das áreas que visita”* (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 550). É esse o caminho do Ecoturismo?

O Ecoturismo como veículo para a Educação Ambiental não-formal exige que se pense numa maneira proveitosa no sentido da experiência de se realizar visitas à natureza. Desenvolver visitas interessadas é fundamental para que se possa aproveitar o potencial educativo-ambiental dessas oportunidades.

As visitas interessadas são aquelas nas quais há a possibilidade de se mudar a relação com o espaço e o tempo, consigo mesmo e com os outros; para tanto, não devem ser realizadas de maneira superficial, por meio de comportamentos indiferentes ou agressivos que caracterizam o modo de vida nas cidades. As visitas marcadas por esses comportamentos tornam-se descompromissadas, representando um desperdício de oportunidades para o crescimento individual e são impactantes para o ambiente visitado, pois *“os visitantes não interagem, apenas consomem paisagens”* (MENDONÇA, 2005, p. 217-219). No sentido do consumo da experiência em ambientes naturais, para o homem moderno está distanciado da natureza e isso

faz com que ele não seja um observador. Ele é um consumidor. Ele consome com os olhos, consome com dinheiro, consome com o ouvido, mas ele não é um respeitador, um conhecedor da natureza [...] Ele vê a qualidade do belo, do bonito, é isso que 90%, 80% veem, querem ver o diferente, mas não é um diferente para conhecer, para respeitar. (DIEGUES)

O Ecoturismo é um possível veículo para uma educação que *“oriente uma percepção mais ampla da realidade, que reconheça formas não racionais de aprendizagem e que saiba lidar com a imprevisibilidade da vida”* (MENDONÇA; NEIMAN, 2005, p. 166).

O planejamento de estratégias educativas deve iniciar-se na intencionalidade de quem programa tais atividades, as operadoras ecoturísticas. Em tal planejamento não há a necessidade da incorporação de discursos ambientalistas. Estes não se fazem necessários. Todavia, a estratégia educativa deve ser bem planejada, requer es-

tudo, fundamentação e constante revisão de sua prática. O profissional que se envolve com tais práticas, planejando seu trabalho sob tal fundamentação poderá realizar *“um trabalho de maior responsabilidade social, e se tornará um agente transformador da qualidade de vida, e não um mero condutor de grupos de um lado para o outro”* (MENDONÇA; NEIMAN, 2003, p. 72). É fundamental que os profissionais envolvidos com as atividades ecoturísticas – dos planejadores dos roteiros até aqueles que a executam – tenham em mente a necessidade da inserção do processo educativo.

Quanto ao planejamento dos roteiros ecoturísticos, a intencionalidade educacional por parte da operadora deve existir. Quanto à preocupação com a Educação Ambiental, Célia Serrano na entrevista de campo comenta que é *“fundamental que a agência tenha a intenção e que ela propicie condições para esse toque à pessoa [afinal] tem uma coisa chamada roteiro que é fundamental para isso”* (SERRANO). E Neiman completa dizendo que tais atividades devem ser realizadas *“de maneira organizada, planejada, estudada, enfim, pesquisada.”* (NEIMAN).

Para que um roteiro ecoturístico seja bem elaborado é fundamental a participação da comunidade local. Neiman pergunta qual deve ser a *“participação da comunidade local na elaboração do roteiro? O que a comunidade quer mostrar? Onde é que estão seus problemas, como é que eles aparecem? Onde está o debate quente da questão ambiental?”* (NEIMAN). Pode haver assim, um benefício para a comunidade local com as práticas do Ecoturismo, mas, é necessário que quem viva na localidade seja chamado para *“debater, planejar, participar”* (NEIMAN). O professor pergunta sobre o debate participativo da operadora na comunidade local, pois *“na hora de bolar os roteiros, o pessoal tem algo a dizer, de repente sai coisa muito interessante, se você convidar o povo a participar, bolar o seu próprio roteiro, participar dele”* (NEIMAN).

O Professor Diegues comenta que um fator importante no sentido do planejamento, a respeito da participação das comunidades locais é fazer com que *“estas populações se apropriem do turismo, isto é, que elas controlem o turismo [...] que elas possam dizer quantas pessoas podem chegar no fim de semana, qual é o limite do número destas pessoas”* (DIEGUES).

Além das comunidades, em tal planejamento, o professor Neiman sugere que o mercado *“precisa de um diálogo com a academia para não cometer erros banais na implantação de um turismo que acaba sendo um turismo convencional pintado de verde, porque vai virar consumo, vai virar produto”* (NEIMAN).

Quanto à execução dos roteiros ecoturísticos, a figura do condutor de grupos é muito importante. No Brasil, os condutores de grupos são chamados de Guias de Turismo. Outros profissionais que trabalham com guiamento são os Monitores Ambientais. No Estado de São Paulo a Resolução SMA-32, de 31 de Março de 1.998 que *“regulamenta a visita pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o Ecoturismo e Educação Ambiental nas unidades de conservação do Estado”* (SÃO PAULO, 1998) institui a figura do monitor ambiental nas unidades de conservação da unidade da federação.

Percebemos que para as operadoras entrevistadas, o papel do condutor de grupos é fundamental. A experiência do ecoturista passa fundamentalmente pela competência deste profissional. O representante da Operadora 1 comenta que *“a escolha do guia adequado para cada perfil de visitante é uma coisa importante, a gente toma bastante cuidado com este item por entender que na hora da visita é um profissional que faz a diferença total”* (OP. 1) e complementa dizendo que não existe fórmula pronta para o trabalho do condutor e sendo que *“como fazer é o desafio. Acho que isso não tem uma fórmula pronta. Eu acho que do ponto de vista do guia pega muito por características pessoais”* (OP. 1).

Embora as características pessoais do condutor sejam importantes, acreditamos que não sejam suficientes para produzir um profissional que tenha condições de realizar as atividades de Educação Ambiental. É necessário estudo e preparação. A Operadora 1 aponta dizendo que *“não existe uma escola de guia [...] não existe uma cultura do trabalho de guia, principalmente no ecológico, no turismo de aventura, muito clara, de qual é o papel deste guia”* (OP. 1). A Operadora 2 diz que *“o papel do guia é muito maior do que todo mundo pensa [...] é um trabalho de professor [...] com a diferença que ele está em campo”* (OP. 2). A estes profissionais é atribuída a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de uma viagem. O representante da Operadora 3 apresenta também a contrapartida do papel do condutor quando este acaba causando a antipatia do visitante, pois *“tem muito guia que quer mostrar que é bom. Ai o cara [o condutor] se torna desagradável. E ai você tem o mesmo problema, o cara [o ecoturista] que pega aversão do guia, ele não escuta o que o guia tem a dizer pois ele não gosta do guia”* (OP. 3). Novamente reincidento a questão da transmissão da informação como forma criticada de educação.

No caso do Ecoturismo, o condutor de grupos é, por vezes, um morador local e é quem conhece o lugar. Este deve ter uma postura de humildade (no sentido do respeito à compreensão do não-conhecimento do visitante em relação ao local visitado) para com aquele que desconhece o lugar e essa atitude de respeito frente aos visitantes deve estar *“mergulhada no silêncio fecundo, gerador da dúvida e da vontade de conhecer, forças propulsoras da criação, razão primeira da realização da atividade”* (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552).

Para favorecer uma experiência em ambiente natural, o condutor deve *“desconhecer o lugar, para permitir ao guiado o direito de construir sua percepção sobre o próprio lugar”* (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552). Isso tem um tempo que deve ser respeitado por parte de quem conduz a atividade. Este é um ponto de conflito entre o tempo necessário a tal construção e as demandas dos pacotes ecoturísticos.

No transcurso de tais atividades deve haver muita atenção à questão da transmissão de informações. As informações que são apenas transferidas, logo se apagam da memória das pessoas e não conseguem produzir uma modificação em seu comportamento. Reconhecemos que se algum tipo de informação é necessária, esta deve ser transmitida *“de forma a não desautorizar os sentimentos”* (MENDONÇA, 2005, p.

248). As possibilidades de aprendizado não são criadas a partir apenas da transmissão de informações. As sensações percebidas em um ambiente natural são proporcionadas por diferentes sons, texturas, cores, aromas, típicos daquele lugar e que normalmente não são mais vivenciados em cidades. A percepção destes é um exercício que deve ser estimulado em todos os visitantes. O papel do condutor é criar condições para que os participantes da atividade possam estar no local “*não só fisicamente, mas mentalmente também*” (MENDONÇA, 2005, p. 248).

O passeio deve fluir de maneira livre, deixando o visitante construir suas impressões sobre o local, gente, cultura etc. a partir de seu referencial. É o momento do (re)conhecimento do local por parte de quem o visita.

A interpretação se dará no momento posterior ao da experiência da visita. A interpretação é “*a construção crítica derivada da experimentação. Dá-se como tempo e lugar posterior, de elaboração. É posterior ao ato. É razão sobre emoção*” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552).

Ao final da experiência, a reflexão sobre a mesma, sobre o que ali foi vivido. O condutor dos visitantes tem o papel de provocá-la. Uma conversa com os participantes da atividade para livremente apresentarem suas impressões sobre o vivido: emoções, sentimentos, sensações vividas durante o passeio. Uma proposta como essa “*confere múltiplas dimensões a interpretação do local, passando a vivência, a habitar um espaço de reconhecimento das múltiplas vertentes de liberdade*” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552). A criação de um ambiente de debates neste momento é uma possibilidade de síntese a ser atingida em diferentes níveis pelos visitantes quando “*as informações são combinadas com reflexões, e quando as emoções e impulsos podem ser observados e redirecionados para ações que priorizam o bem comum*” (MENDONÇA, 2005, p. 25).

O contato entre pessoas e natureza pode trazer consigo possibilidades de aprendizado. Não uma simples incursão sem preparo em um ambiente natural, mas por meio de atividades devidamente estudadas e planejadas.

A necessidade de se vivenciar experiências em ambientes naturais leva o homem moderno (pós-moderno?) a buscar tal contato. O sistema capitalista vê nesta necessidade mais uma oportunidade de transformá-la em mercadoria.

O ECOTURISMO COMO MERCADORIA E ESPETÁCULO

O Ecoturismo apropria-se das características do ambiente, elementos tangíveis e intangíveis, do lugar e sociedade ao compor seu produto, convertendo toda possível diferença em mercadoria. Isso se dá na conversão de recursos em atrativos turísticos, que a tendência hegemônica chama de “*oferta primordial*” (ANSARAH, 2001, p. 24).

Mercadorias como botas, cantis, camisetas, calças, meias, barracas, veículos 4x4 são exemplos corriqueiros praticamente ‘obrigatórios’ para as práticas do ecotu-

rista. No entanto, na cultura de consumo o Ecoturismo é uma busca incessante por transformar qualquer coisa que não seja necessariamente uma mercadoria em algo vendável em algum mercado. Assim, o Ecoturismo tal qual o turismo procura “promover a ‘venda’ da natureza, das construções históricas, das manifestações folclóricas” (OURIQUES, 2005, p. 49), produzindo o desejo de consumo de tais bens.

O Ecoturismo é o consumo dos atrativos, ou de imagens, pois o uso de tais lugares não é direto e sim contemplativo: não se leva o atrativo para casa, o consumo da imagem é feito no local. No Ecoturismo como atividade espetacular, a visão é o sentido mais utilizado, pois é o “*mais abstrato e mais passível de mistificação*” (DEBORD, 2004, p. 18). Isso é primordial para o entendimento do Ecoturismo. Embora haja até mesmo certa interação com os locais ao se fazer uma trilha, descer uma cachoeira, explorar uma caverna, visitar a casa de um morador local, estas interações se dão de forma passageira. Ao final, leva-se para casa lembranças ou suvenires comprados no local. O Ecoturismo transforma a consciência das pessoas em consumidoras da natureza: ecoturistas. Torna-se então mais um produtor de consciências conformadas ao consumo. Um público específico, um nicho de mercado nos dizeres do marketing falando sobre a segmentação do público consumidor.

O tempo das comunidades receptoras é transformado em mercadoria, adequando-o ao tempo do capital, por meio de roteiros pré-formatados de acordo com a disponibilidade do cliente-turista-pagante. A relação das comunidades com o tempo é adequada à pseudo-ciclicidade do tempo do capital (DEBORD, 2004).

Na cultura de consumo, a atividade ecoturística é uma metáfora da sociedade do espetáculo, pois é bastante evidente a presença de mecanismos espetaculares como a transformação, revalorização e ressignificação das coisas, lugares e acontecimentos para a venda sob forma de pacotes pelo Ecoturismo. Pode se perceber que praticamente tudo pode ser atrativo turístico. Essa produção (reprodução?) do turismo é um fenômeno ininterrupto que obedece a um mecanismo de renovação da apresentação de pseudonovidades sob a forma de lançamentos de novos pacotes com destinos ‘exóticos’. Assim como nos dizeres de Debord “*por esse movimento essencial do espetáculo, que consiste em retomar nele tudo o que existia na atividade humana em estado fluido, para possuí-lo em estado coagulado*” (DEBORD, 2004, p. 112).

A questão da cultura de consumo não é abordada nos livros escritos pelos estudiosos que analisam o turismo no Brasil, do ponto de vista econômico, desconsiderando as questões expostas.

O tema natureza é apelo recorrente no Ecoturismo e deve ser compreendido como uma de suas principais apropriações, por conta da Educação Ambiental no Ecoturismo dar-se no suposto contato entre seres humanos e natureza. O Ecoturismo relaciona-se com o mercado turístico na forma do consumo da natureza (RODRIGUES, 2000, p. 173-180). Natureza tem a origem etimológica no latim *natura* que em essência significa “*a natureza personificada, o princípio criador, essência das coisas, caráter, propriedade, índole, instinto*” (HOUAISS, 2001, p. 1998). O ser humano sempre procurou seu significado (LENOBLE, 1990, p. 27). O que conhecemos por natureza é

uma criação da própria cultura. É um conceito social, historicamente construído. Afinal, para o ser humano ela pode assumir várias interpretações: é a “*vontade dos deuses do mar, [...] uma hierarquia de formas organizadas; [...] uma máquina, mãe [...] admirável e terrível*” (LENOBLE, 1990, p. 28-29). Cada época da história formou sua concepção sobre o assunto. Mas quais serão suas concepções nos dias atuais?

Na busca de resposta para esta pergunta, procuramos orientação nas crenças judaico-cristãs que estão fortemente enraizadas na vida ocidental moderna. Nossa concepção de natureza passa por tais filtros. E sob tal convicção, esta foi criada por Deus que dá ao homem a incumbência de nomear todas as coisas na terra, pois havendo Deus “*formado da terra todos os animais do campo, e todas as aves dos céus, trouxe-os ao homem, para ver como este lhes chamaria; e o nome que o homem desse a todos os seres vivos, esse seria o nome deles*” (GÊNESIS, II, v. 19). Assim, Deus cria materialmente a natureza e tudo o que nela há, e o homem a cria simbolicamente, através dos nomes. E não havia distinção entre homem e natureza, pois todos compartilhavam do mesmo jardim, da mesma perfeição.

Com a queda do homem e da mulher “*abriram-se, então, os olhos de ambos; e percebendo que estavam nus, coseram folhas de figueira, e fizeram cintas para si*” (GÊNESIS, III, v. 7), passando a partir deste momento, a observar a natureza de fora. O homem, criação máxima de Deus, perde o paraíso na terra. Inicia-se aí, a busca pelo (re)encontro. A metáfora do jardim, no sentido de paraíso e de sagrado, é comumente utilizada pela mídia para a venda pelo Ecoturismo das localidades supostamente intocadas pelo ser humano para a realização das práticas ecoturísticas. Simbolicamente, a ‘queda’ do ser humano é sua cisão com a natureza. A partir deste fato, o domínio da natureza pela humanidade exigirá esforço, ciência e trabalho.

O desenvolvimento da moderna ciência dessacralizou parcialmente o mundo e permitiu que o homem enxergasse a natureza como complexa máquina e decompô-la, peça a peça, analisar suas partes para tentar compreender o todo, dominá-la, assim como Deus havia pré-dito. O homem não necessita mais do benefício divino, pois a partir de seu próprio esforço pode conseguir o paraíso. Pode agora criá-lo e recriá-lo.

O olhar humano é fundamental na relação com a natureza, pois este observa e valora a natureza de diversas maneiras. As questões acima destacadas são essencialmente valorativas e “*centrais para a consideração das concepções a respeito do mundo natural e das práticas em relação a ele*” (WEARING; NEIL, 2001, p. 17). Há o valor da ética antropocêntrica, a ética do uso, que “*vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso’ da natureza*” (CAPRA, 1996, p. 25) assim a natureza toma valor pelo que ela pode proporcionar à humanidade e esta “*é livre para empregar às suas próprias e variadas finalidades*” (WEARING; NEIL, 2001, p. 17). Capra compara este tipo de pensamento à ecologia rasa (CAPRA, 1996). Há a visão ecocêntrica – que Capra (1996) associa à ecologia profunda - enxerga o valor intrínseco

como sendo aquele que “*existe por seu próprio direito, por sua natureza*” (WEARING; NEIL, 2001, p. 17), uma ética da natureza, que “*sustenta que as entidades não-humanas são de valor igual ao da espécie humana*” (WEARING; NEIL, 2001, p. 17).

Ao olharmos para o mundo atual percebemos que a ética de uso é a hegemônica, tomando por base a relação que a sociedade ocidental atualmente tem com a natureza sob o discurso do crescimento econômico. Vamos conferir algumas das justificativas instrumentais para a conservação da natureza que são cortadas por tal viés. Assim, a natureza pode ser vista como (a) fonte de sentido para a vida (MENDONÇA, 2005) e referência ao belo: vista como uma catedral na qual seu valor é baseado na possibilidade do despertar espiritual e do deleite estético (WEARING; NEIL, 2001); (b) pode igualmente ser vista como fonte de recursos e ser comparada a um silo (WEARING; NEIL, 2001) no qual está estocada a diversidade genética, a biodiversidade; (c) pode ainda ser vista como laboratório e servir aos desígnios humanos como palco para as pesquisas científicas (WEARING; NEIL, 2001); (d) e por fim como ginásio de esportes no qual, “*torna-se o local ideal para o turismo e a recreação*” (WEARING; NEIL, 2001, p. 18).

Sob tal justificativa, a teoria do Ecoturismo alardeia a busca por uma natureza que é fundamentalmente diferente do lugar de onde parte o ecoturista, normalmente a cidade. A busca por uma natureza supostamente intocada, longe do contato humano, para ser (usu)fruída. Essa é a confirmação acerca do neomito da natureza intocada, pois “*a natureza em estado puro não existe, e as regiões naturais apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens ao longo dos séculos*” (DIEGUES, 2001, p. 86). Essa busca por um local intocado é normalmente qualificada nas propagandas sobre pacotes ecoturísticos como locais onde existem ‘praias paradisíacas’, sendo que ‘muitas ainda desertas’ nas quais você pode ‘sentir as vibrações positivas’ e pode encontrar ‘plantas exóticas’. A figura do paraíso é reincidente. Tal busca é fundamental para o Ecoturismo e justifica o consumo da natureza por parte de seus praticantes.

A produção do Ecoturismo apela ao romantismo e resgata o passado e a natureza de maneira idealizada, abstraindo dela os problemas da difícil convivência que a humanidade encontra. Podemos perceber que é a mesma dinâmica que Keith Thomas descreve – referindo-se à Inglaterra do século XVII - dizendo que a separação entre a cidade e o campo “*encorajou esse anseio sentimental pelos prazeres rurais e a idealização dos atrativos espirituais e estéticos do campo*” (THOMAS, 1988, p. 297).

Quanto maior a urbanização, maior a busca por uma natureza supostamente intocada. O mesmo autor mostra que a busca da natureza via turismo já se desenvolvia, pois se referindo aos períodos de lazer e pequenas viagens, comenta que “*o maior conforto na vida cotidiana tornava as provações mais árduas – desde que ocasionais – mais atraentes para as classes médias em férias*” (THOMAS, 1989, p. 310).

Em tempos da modernidade líquida a natureza é concebida como mercadoria pela cultura de consumo na sociedade do espetáculo e é mercantilizada como atrativo, por meio do Ecoturismo que lhe atribui novos significados. A cultura de consumo

tem como premissa a expansão da produção de mercadorias, que dá origem a uma cultura material na forma de bens e locais de compra e consumo (FEATHERSTONE, 1995, p. 31). Dentre tais locais, a natureza parece ser a nova fronteira a ser desbravada, pois é nesse desbravamento que deve ser revivida a busca pelo paraíso perdido e desafio que resulta da 'queda'. Estamos neste momento em camadas profundas da subjetividade humana. Quando pensamos nesta estratégia, percebemos a tendência da utilização do uso dos processos de consciência ambiental para vender novos produtos; o Ecoturismo amplia tais territórios, invadindo natureza e subjetividade humana.

ECOTURISMO: REAFIRMAÇÃO DO TURISMO CONVENCIONAL

O Ecoturismo é conceituado em ampla bibliografia como alternativa ao turismo convencional: o quesito educacional, a preocupação com a questão da conservação do ambiente visitado, o envolvimento das comunidades locais em sua operação etc. Agregando o material coletado nas entrevistas, apontaremos alguns motivos para uma reflexão sobre o papel do Ecoturismo como reafirmação do turismo convencional.

O mercado de turismo tem sua lógica coagida pela dinâmica do lucro de curto prazo e não respeita a sustentabilidade social, cultural ou ecológica de longo prazo (WEARING; NEIL, 2000, p. ix). O Ecoturismo, segmento do turismo, obedece à mesma lógica e *"vai ser colocado por alguns de seus críticos entre tais produtos 'esverdeados' para o consumo das classes médias"* (SERRANO, 2000, p. 11), e corre o risco de ser manobrado por ações fundamentadas apenas na busca do lucro (CASCINO, 2000b). Alguns representantes do *trade* turístico levados pelo oportunismo usam *"a ecologização, de forma superficial e não comprometida, como ingrediente 'esverdeante' de seus negócios ou projetos em torno do (eco)turismo"* (PIRES, 2005, p. 163). Tal apropriação é favorecida pela imprecisão semântica e pelo descolamento conceitual que o Ecoturismo sofre por conta da ação dos condicionantes da pós-modernidade já anteriormente citados, com sua consequente pulverização para utilização do mercado turístico. Muitas operadoras turísticas têm se utilizado do ambiente natural apenas como cenário para a realização das atividades (PIRES, 2002, p. 161).

Em muitos casos, a utilização do prefixo *eco-* funciona como a redenção do termo ao qual é encampado, como um sedativo para a consciência das classes médias. O uso mercadológico de *eco-* funciona como uma nova roupagem para o que ainda pode ser antigo. Tudo agora é *eco-*. Ser ecologicamente correto está definitivamente na moda, no entanto, esta postura traz cobranças e a Operadora 1 queixa-se disso. Neste sentido quando uma operadora se apresenta como ecoturística ou mesmo de turismo de aventura *"em geral a mídia te pergunta se você é consciente. Ninguém pergunta isso para uma grande rede hoteleira, para uma CVC. Deveria perguntar, pois o grande impacto vem do grande capital"*. (OP. 1). Há em tais dizeres, que a responsabilidade pelo grande impacto é proveniente do grande capital na figura das grandes operadoras e implicitamente, se dá a entender que operadoras de pequeno

porte não comungam de tal responsabilidade.

Para tal operadora a segurança (item que consideramos essencial à prática do Ecoturismo) e o conforto são diferenciais de seu produto. Essa “*é a ideia do Ecoturismo: tratar bem o cliente, não é tratar mal o cliente em troca de uma experiência na natureza. Não. É ter o máximo de experiência na natureza, mas com bom serviço*”. (OP. 1). A questão do conforto pode subverter os pressupostos do Ecoturismo (baseados na sustentabilidade, na educação e na relação com as comunidades locais).

O objetivo do Ecoturismo-mercadoria é tratar bem o cliente em primeiro lugar, pois é ele o ator que participa pagando pelos serviços. É por meio do cliente que vem o dinheiro. Sabemos que o Ecoturismo como um segmento de mercado do turismo tem como objetivo a exploração turística de ambientes naturais. Para que tal atividade exista com a segurança e o conforto requeridos pela operadora torna-se necessária a adaptação do local visitado. Porém é o comportamento do ecoturista que deveria ser “*determinado segundo o meio ambiente*” (WEARING; NEIL, 2001), afinal é isso que o diferencia do turista convencional que adapta o meio a seu comportamento usual.

O que pudemos observar em nossas entrevistas é que essa prerrogativa nem sempre é cumprida. A Operadora 1 considera que experiência ecoturística é bem sucedida quando o ecoturista tem um hotel no qual ele pode chegar à noite “*ligar um ar condicionado e dormir bem. Ele vai acordar mais disposto e entender que aquele é um destino legal e se a experiência toda de visita dele é uma experiência positiva, ele gera um sentimento mais positivo em relação ao ambiente*” (OP. 1). O ar condicionado como conforto é abordado pela operadora como um diferencial que pode ajudar o turista a perceber que aquele lugar, chamado de destino por tal operador é legal e que isso pode inclusive auxiliar numa experiência mais positiva. A experiência de consumir um produto de qualidade fica clara aqui como fundamental para que o cliente / turista possa ter um suposto sentimento mais positivo em relação ao ambiente ou ao produto que ele comprou. Segundo tal visão, a experiência positiva depende da alteração do ambiente por meio da implantação do sistema de ar condicionado, entre outros recursos que na verdade mascaram a realidade local. Como afirma Neiman “*pintar de verde o produto é muito fácil, dá um dinheirinho aqui, [...] contrata o cara local e diz que está ajudando à comunidade, pronto! Mas na hora que o cliente ligar, mas tem frigobar? [...] fica forçando a barra para o serviço local ser padronizado*” (NEIMAN).

A padronização do serviço local, a adaptação dos ambientes visitados, sejam eles cavernas, lagos ou residências de moradores é um fato no planejamento do Ecoturismo que pensa no ecoturista como cliente e em primeiro lugar em comparação à comunidade e ambiente que a ele devem se adaptar. Outro ponto importante é que toda esta adaptação acaba por mascarar a realidade local e é o próprio visitante que fica impossibilitado de uma troca mais real com o estar / sentir aquela experiência, pois está cercado da mesma parafernália que deixou em sua residência.

Podemos comparar o turismo ao cinema (MORIN, 2000), pelo fato do primeiro

ser uma forma de mercantilização das experiências que envolvem uma percepção esteticamente mediada (FEATHERSTONE, 1995). A Operadora 1 procura *“preparar a visita na hora mais bonita mesmo, na hora em que o sol está batendo na cachoeira, que um raio de luz está entrando numa gruta”* (OP. 1) para proporcionar a melhor experiência aos seus turistas a fim de gerar *“um vínculo com a região selvagem que também é educação”* (OPERADORA 1). O simulacro não está restrito aos ambientes das cidades, está nas atividades na natureza que buscam o risco controlado (SERRANO, 2000), como as do Ecoturismo em sua vertente de aventura. O Ecoturismo apresenta-se como reafirmação do individualismo, característica marcante de nosso tempo, mesmo que *“se revista de uma aura de auto-conhecimento/espiritualização”* (SERRANO, 2000, p. 15). A Operadora 2 acredita na contraposição entre o turismo convencional e o Ecoturismo, como atividade que leva pessoas para contato com a natureza em uma experiência necessária e diferente do primeiro, que aí sim é o simulacro. Para sua representante o contato com a natureza é algo necessário. O turismo convencional apresenta um show típico que não tem, na verdade, nada de típico, é *“tudo uma grande montagem [...] a ideia é fazer outra coisa, é trazer as pessoas no contato com a cultura nativa, a natureza que a gente entende como um processo fundamental para o ser humano esse contato”* (OPERADORA 2).

A busca por novas experiências (WEARING; NEIL, 2001) é ponto comum entre os dois tipos de turismo. Podemos questionar o Ecoturismo em seu pretendo caráter de alternativo frente ao turismo convencional, afinal os interesses dos ecoturistas por tradições, etnias e natureza são manipulados pelo marketing ecoturístico que *“contribui para a (re)invenção dessas mesmas tradições, exotismos e temporalidades”* (SERRANO, 2000, p. 16). A busca pelo consumo da experiência no Ecoturismo aproxima-o do turismo convencional.

Para Neiman, muitos roteiros de mercado acabam por impermeabilizar a experiência do ecoturista, comentando acerca da realidade local, dos problemas vivenciados e de uma possível troca de experiências entre visitantes e visitados. Nos pacotes de Ecoturismo, muitas vezes o ecoturista durante sua visita *“é impermeabilizado em relação a estas questões”* (NEIMAN). O professor completa dizendo que as operadoras colocam o turista *“numa pousada linda, maravilhosa e charmosa, te põem lá no roteiro, você vai com o guia pra lá e pra cá, e você fica meio impermeabilizado para sacar estas coisas, o roteiro não te favorece isso, enquanto que eu acho que deveria ser uma obrigação”* (NEIMAN).

Dentro dos limites desta pesquisa, quanto à questão do planejamento das atividades educacionais, há uma espécie de consenso sobre o não embasamento conceitual de tais atividades por eles praticadas. Nenhuma das operadoras entrevistadas tem preocupações com a elaboração teórico-conceitual de atividades educativas em seus pacotes ecoturísticos. O representante da Operadora 1 comenta a esse respeito dizendo que *“a gente lê muito hoje em dia, mas posso te dizer que ninguém se preparou para começar isso... a gente foi aprendendo meio na marra, um pouco por sensibilidade, por querer agradar o visitante, e fazer a coisa direita”* (OP. 1). E completa di-

zendo que “a gente nunca leu grandes tratados de turismo. [...] Nós não temos nenhuma linha filosófica a seguir. [...] A gente é mais empírico” (OP. 1). No entanto, a operadora em questão procura trabalhar a educação de seus clientes por meio de materiais com informação – apostilas – que procura distribuir aos visitantes. Segundo seu representante “em alguns momentos, não posso dizer que seja uma prática constante, mas a gente, em alguns momentos, elabora materiais que a gente procura distribuir aos visitantes” (OP. 1). E complementa dizendo que “essa apostila está ambientada na época que estava se falando com ênfase em construir a hidrovía Paraguai-Paraná, que é um projeto de altíssimo impacto ambiental e que o setor do turismo todo na região se mobilizou” (OP. 1)

Existe a crença de que através de manuais ou materiais impressos se faz Educação Ambiental por meio da transmissão de informações a respeito do destino e de sua complexidade. Este tipo de material pode ser utilizado se for associado a outras ações educativas. Limitar-se à utilização de apostilas, dificulta o aprofundamento das temáticas complexas que a viagem em si pode motivar por meio da intencionalidade educativa da operadora. O ambiente a ser visitado é propício a outros tipos de atividades que privilegiem outras formas de educação, como a sensibilização.

A produção deste tipo de material é uma prática espetacular, pois o setor do turismo mobilizou-se pela questão da hidrovía Paraguai-Paraná, pois esta afetaria diretamente seus negócios. Assim, com ares de defensoras do meio ambiente, as empresas interessadas na manutenção de sua área de exploração turística unem-se pela causa, produzindo apostilas para entregar a seus visitantes, agregado a causa ambiental (luta pela não implantação da hidrovía) ao seu logotipo.

A respeito da fundamentação teórica para atividades educativas em seus pacotes, a Operadora 2 comenta que eles trabalham com a experiência de mercado, “conversando, indo e participando, eventos aqui e ali, governo, e tal [...] muito de prática, é muito do dia-a-dia, no que a gente escuta, no que a gente conversa, vai a campo para ver, [...] com a imprensa, uma relação bacana com a imprensa” (OP. 2). E completa dizendo que “a gente vai fazendo basicamente em cima da experiência de mercado” (OP. 2). Fica bastante evidente que a experiência de mercado e da relação com outros parceiros é fundamental para a operadora em questão. A fundamentação teórica não é parte da prática desta empresa.

Há até mesmo aversão quanto ao tratamento conceitual das atividades educacionais, conforme nos aponta o representante da Operadora 3 que diz que tem “um pouco de aversão a essas questões conceituais todas” (OP. 3). Mas, o representante afirma que se propõe a levar as pessoas com todo respeito para um contato harmonioso, uma integração com o meio ambiente. E diz: “Eu não tenho a menor dúvida que fazendo este trabalho eu tenho a oportunidade de estar tocando as pessoas, dando alguns toques principalmente através da atitude, da postura” (OP. 3).

Nas entrevistas, os representantes das operadoras mostraram seu incômodo com a questão da forma de se trabalhar questões educacionais por parte dos condutores de grupo no Ecoturismo. Há certa fixação na informação, na transmissão da in-

formação. A Educação Ambiental não-formal no caso do Ecoturismo deve ser bastante diferenciada da descrita por tal operadora. É necessário procurar formas alternativas de abordagem para tais práticas. Por parte das operadoras, há a percepção de que caminhos não devem ser tomados. Acreditamos que este é um ponto importante para reforçarmos que o diálogo entre mercado e academia deve ser intensificado.

Sem preocupação com a Educação Ambiental, o Ecoturismo apenas reafirma as práticas do turismo convencional, pois os visitantes apenas passam pelos lugares e pessoas. Apenas como lazer, fuga, válvula de escape à vida da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este trabalho saber quais são os limites de uma Educação Ambiental exercitada nas práticas mercadológicas do Ecoturismo na cultura de consumo. A cultura de consumo produz mercadorias que satisfaçam e que renovem constantemente as necessidades. Célia Serrano afirmou que “*não há como não consumir*” (SERRANO). A mediação do mercado é um fato. Por isso perguntamos sobre os limites de uma Educação Ambiental exercitada nas práticas mercadológicas do Ecoturismo na cultura de consumo. Ouriques (2005) promove a crítica e a desconstrução, Freire (2000, 2001, 2002) diz importante apontarmos caminhos para a construção do novo. Há que se denunciar o presente, há que se anunciar um futuro melhor (FREIRE, 2000). Apresentamos considerações das relações aqui debatidas.

Sabemos que os resultados da presente pesquisa têm limites (a realização de uma pesquisa qualitativa com 3 operadoras) e que tal pesquisa deve ser ampliada e reavaliada.

O significado do Ecoturismo: A constatação de alguns dos efeitos da velocidade, fragmentação e superficialidade pós-modernas nos parece significativa. O conceito polissêmico do Ecoturismo é um dos mais discutidos dentro do ramo do turismo, especialmente entre a academia e o mercado. De sua concepção original até as diversas práticas de mercado, o conceito de Ecoturismo teve grande variação de significados, permitindo que muitas atividades turísticas definidas por segmentos com interesses específicos em sua prática, pudessem ser colocadas sob tal ‘guarda-chuva’. Ele une o ambientalismo, com um discurso que aborda (ou deveria abordar) assuntos delicados nos dias atuais como a questão da conservação do meio ambiente, da responsabilidade social (para com as comunidades envolvidas) e da Educação Ambiental, e o turismo que se dá pela exploração comercial de lugares, comunidades, tradições etc. e que é realizado em momentos de lazer e descontração dos turistas.

A questão da polissemia do Ecoturismo merece ser analisada com maior profundidade. O descolamento conceitual do Ecoturismo é causado pela condição de “*mudança constante, rápida e permanente*” (HALL, 2005, p.14) de nosso tempo. Na contemporaneidade e sob seus condicionantes, poucos sabem o que significa Ecoturismo, este “*é um termo amplo e vago*” (WEARING; NEIL, 2001, p. xvii).

A não percepção do que representa a polissemia do Ecoturismo por parte dos teóricos das linhas hegemônicas de análise do turismo aponta para algo mais profundo, cuja compreensão não é imediata. Isso é um indicador do direcionamento das abordagens atualmente desenvolvidas no campo do estudo acadêmico do turismo e igualmente pode indicar a superficialidade da abordagem pelo mercado que é simplificador por conta de sua estruturação e não deseja que haja aprofundamento em questões relevantes. O Ecoturismo ter vários significados nos parece uma boa estratégia para que suas preocupações originais não sejam mais perseguidas e assim possa se entregar ao grande objetivo do capital: a busca do lucro de qualquer forma.

Podemos perceber que a fragmentação da pós-modernidade é reforçada pelo olhar da Operadora 2 para a qual o local visitado pelos ecoturistas é outro mundo. Para ela, o Ecoturismo se dá quando o turista *“consegue sair do seu mundo e verdadeiramente entrar num outro universo, que não está ligado só a natureza, plantas, mato, bicho, mas realmente a uma nova vivência, uma vivência diferente”* (OP. 2). Este pensamento aposta no ideário de *outros mundos* diferentes do nosso mercado pelo consumo excessivo, pela violência etc., mas pouco diz sobre a possibilidade da reflexão e da mudança de comportamentos ‘neste mundo’.

A superficialidade está presente nos materiais didáticos apresentados pela Operadora 1 e nas palestras oferecidas pela Operadora 2 como fontes de informações. Estas reforçam a fragmentação da informação sobre os ambientes visitados, dificultando a compreensão de sua complexidade.

Embora as operadoras rejeitem a ideia da prática educacional durante seus pacotes por considerarem a educação como algo formal, elas ora apresentam apostilas e manuais, ora realizam palestras – ambas as práticas de um sistema formal de ensino. No entanto, não podemos desprezar tais ações. Este tipo de material pode complementar outras ações, tornando-se parte de um programa maior, uma intencionalidade educacional ampla.

Fundamentação teórica do trabalho de educação nas atividades ecoturísticas: Com base nas três entrevistas realizadas, constatamos que não há embasamento teórico para a ação das operadoras, todas se utilizam da própria experiência como base as ações. A falta de tal preocupação é decorrência da dinâmica do dia-a-dia do mercado que impõe demandas que tais operadoras consideram mais importantes que a educação. É o tempo do mercado sobrepondo-se ao tempo da educação. Isso traz um problema que deve ser apontado, pois o interesse do mercado é o lucro e a *“a desatenção a esses elementos conceituais e históricos favorece manobras, manipulação”* (CASCINO, 2000b, p. 205)

As operadoras acreditam que educação, por ser um processo chato e desmotivante e, por isso mesmo, não combina com turismo. Elas acreditam nisso porque se criaram na prática – sem estudo formal, detido e aprofundado. Além de apostilas e palestras, as operadoras promovem de maneira não organizada ‘algum tipo de educação’ apostando na ação dos condutores de grupos que atuam como parceiros. Os representantes das operadoras mostraram ter boa vontade e acreditar naquilo que

fazem. As três operadoras iniciaram suas atividades por projetos pessoais.

Acreditamos que todas elas têm a ganhar se considerarem que a educação a ser praticada nas atividades ecoturísticas não é a da transmissão de informações que todas elas criticaram. Falta às operadoras compreenderem que a Educação Ambiental não-formal é exatamente aquela praticada em outros ambientes – como naqueles em que elas atuam. Os representantes das operadoras têm a intenção de desenvolver seus pacotes de maneira respeitosa para com o meio e para com as pessoas. Se a intencionalidade do ato educativo for deixada ao capital, não haverá formação de uma consciência ambientalista, mas sim de uma consciência conformada ao consumo.

A posição da academia: A academia não deve limitar-se a observar o Ecoturismo do ponto de vista econômico, do mercado ou de possíveis benefícios / malefícios que sua prática possa trazer. Os estudos científicos da tendência hegemônica de análise do turismo não compreendem a cultura de consumo e suas consequências. Compreender o que o Ecoturismo representa na sociedade de consumo possibilitará uma apreensão maior de sua complexidade. A educação para o turismo não precisa, nem deve ser apenas instrumentadora e apresentada como um manual de boas práticas para que as pessoas possam encaixar-se nas demandas de um mercado.

O livro Educando os Educadores em Turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade (2001 - OMT e Universidade de Surrey / Editora Roca) não faz nenhum tipo de menção ao turismo como participante da sociedade de consumo. Por que a OMT não se preocupa em desvelar ideologias do consumo no turismo? Como é possível transformar a experiência do turismo em possibilidade educativa significativa se se encontra dificuldade em se preparar profissionais? É necessário considerar o turismo mais que um fenômeno meramente econômico.

A necessidade de diálogo entre academia e mercado: Deverá haver uma maior aproximação entre mercado e academia. Nesta tese, o professor Neiman acrescenta que tal diálogo seria muito produtivo, pois de um lado fica *“a academia acreditando numa forma que eu acho muito distante da realidade do que é ser educacional, e o mercado não compreendendo que o educacional pode ser incorporado sem ser chato”* (NEIMAN). O planejamento das atividades educacionais no Ecoturismo deve ser desenvolvido com profundo embasamento científico, filosófico, sociológico, antropológico etc. Sem fundamentação teórica e sem um estudo científico fica difícil qualquer ação educativa levar em consideração a complexidade dos lugares e situações abordados ou vividos durante qualquer visita. A velocidade com que as coisas acontecem na pós-modernidade dificulta o aprofundamento do estudo das questões essenciais. O mercado tem pressa. A academia, por sua vez sob a ideologia do estudo do empreendedorismo, acompanha o mercado, limitando-se a produzir planos de negócios etc. para viabilizar as atividades daquele.

Imposição de tempos espetaculares pelo capital: O tempo dos pacotes de Ecoturismo pode reforçar o tempo pseudocíclico do capital por meio da programação do pacote elaborada anteriormente por um perito da operadora, reforçando assim a

pseudo-ciclicidade do tempo do capital para os ecoturistas, pois estes vivem a “*afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre desta escolha*” (DEBORD, 2004, p. 14-15); tal tempo pseudocíclico também invade e molda o tempo das comunidades receptoras. A ação dos condutores levando os turistas nos passeios e conduzindo sua experiência pode complementar tal mecanismo. A viagem acaba por obedecer aos mesmos ritmos da vida cotidiana dos ecoturistas. Nas comunidades receptoras, a imposição vem na necessidade da adequação de seu *modus vivendi* e de seu lugar de vida para o atendimento às demandas das operadoras e seus clientes.

O Ecoturismo como atividade compensatória e como válvula de escape: Com base em nossa pesquisa podemos considerar que nestes casos o Ecoturismo tenha funcionado como atividade compensatória e válvula de escape da vida alienada das pessoas: tendo assim função alienante. Serrano aponta em nossa entrevista que as “*pessoas escapam de forma diferente. Escapar para a natureza é mais uma forma de escape, é a que chama mais a atenção pelo contraponto do espaço, o ambiente construído e o ambiente ‘natural’*” (SERRANO). A atividade compensatória é aquela que pode impedir a tomada de decisão para uma mudança realmente significativa e criar uma consciência conformista em seus participantes. Ao invés disso, precisamos é que “*vingue uma rebeldia revigorada*” (CASCINO, HINTZE, no prelo) e que as práticas do Ecoturismo possam contribuir para possibilitar consciências críticas.

Os representantes das operadoras concordam que não há Ecoturismo se for levada em consideração toda sua conceituação tal como foi vista. O proprietário da Operadora 1 diz é “*muito difícil isso hoje [...] não temos nenhum destino que está acabado como um destino completamente, 100% Ecoturismo, 100% sustentável na prática, na operação, na distribuição de renda*” (OP. 1), nem se quer na questão educacional. As operadoras do mercado podem ocupar os espaços da educação não-formal por meio das atividades de Educação Ambiental nas práticas ecoturísticas, formando pessoas para tal exercício. Os envolvidos no processo devem manter-se sob revisão permanente da coerência entre falas e ações. A prática do Ecoturismo com a Educação Ambiental pode ajudar a “*refletir mudanças nas tradicionais instituições promotoras e difusoras de práticas educativas*” (CASCINO, 2000b, p. 197-198).

Reafirmamos que sabemos dos limites da presente pesquisa. A mesma deve ser continuada e refeita com outros pesquisadores e outras operadoras para que se possa gerar uma base de dados empíricos mais abrangente.

Por isto tudo é que devemos continuar a acreditar, denunciar, anunciar e agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, J.V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1997. 215 p.
- ANSARAH. M.G.R. **Turismo como ensinar, como aprender**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. v. 2. 406 p.

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. 258 p.
- _____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2007. 210 p.
- BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 9. ed. São Paulo: SENAC, 2000. 523 p.
- BRASIL. EMBRATUR. **Lei 8623 de 28 de janeiro de 1996**. Disponível em: <<http://www.mtur.gov.br>>. Acesso em: 28/01/07.
- _____. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.
- _____. Ministério da Educação. **Lei no. 9795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 10/01/08.
- CABRAL, A. Introdução. In THOREAU, H.D. **Walden ou a vida nos bosques e a desobediência civil**. São Paulo: Aquariana, 2001. p. 07-13
- CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. 266 p.
- CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Ed. CULTRIX, 1996. 256 p.
- CASCINO, F.A. Do turismo convencional ao ecolazer. **Debates Socioambientais**, São Paulo, n. 9, p. 15-23. 1998.
- _____. **Educação Ambiental**: princípios, história, formação de professores. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000a. 109 p.
- _____. Pensando a relação entre Educação Ambiental e ecoturismo. In SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M.T. (Org). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus Editora, 2000b. p. 189-206.
- CASCINO, F.A.; FIGUEIREDO, F. Comunidade e ecoturismo: outras leituras para a Educação Ambiental. In TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. ROCA. 2005. p. 547-554
- CASCINO, F.A.; HINTZE, H. **Pedagogia do desassossego Educação Ambiental**: encontros e caminhos. Brasília: MMA, 2008. No prelo.
- COOPER, C.; SHEPHERD, R., WESTLAKE J. **Educando os educadores em turismo**: manual de educação em turismo e hospitalidade. São Paulo: Ed. Roca, 2001. 202 p.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2004. 238 p.
- DIAS, G.F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo:Ed. Gaia, 2003. 551 p.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. 169 p.

_____. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In SERRANO, C.; BRUHNS, H.T. (Org.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. 4. ed. Campinas: Ed. Papirus. 2001. p. 85-102.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1995. 223 p.

FÓRUM INTERNACIONAL ONGs. **Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro, 1992. 7 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 134 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 184 p.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 22. ed. Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2002. 165 p.

FREITAG, B. **A teoria crítica ontem e hoje**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. 184 p.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 12. ed. Campinas: Papirus. 2001. 56 p.

HALL, S. **A identidade na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: MJ Livros, 2000. 102 p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 349 p.

HINTZE, H. **Guia de turismo**: formação e perfil profissional. São Paulo: Ed. Roca, 2007. 146 p.

HOUAISS, A. **Dicionário – Houaiss de língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1998. 598 p.

JAPPE, A. **Guy Debord**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999. 272 p.

KIRK, A. **A desobediência civil de Henry Thoreau**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2008. 127 p.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2006. 184 p.

LABATE, B.C. A experiência do “viajante-turista” na contemporaneidade. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M.T. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus Editora, 2000. p. 55-80

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990. 378 p.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudo de dialética marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Elfos; Porto: Publicações Escorpião, 1989. 276 p.

LUCHIARI, M.T.D.P. Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo? In: SERRANO, C.M. **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. 4. ed. São Paulo: Ed. Papirus, 2001. p. 59-84.

MENDONÇA, R. **Conservar e criar**: natureza, cultura e complexidade. São Paulo: Ed. SENAC, 2005. 255 p.

_____. EDUCAÇÃO AMBIENTAL e ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Senac, 2005. p. 154-169.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **À sombra das árvores**: transdisciplinaridade e Educação Ambiental em atividades extraclasse. São Paulo: Ed. Chronos, 2003. 127 p.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 204 p.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez; Brasília: UNESCO, 2003. 118 p.

_____. **O método**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Ed. Sulina. 2007. 309 p.

NOBRE, C. **Os fundadores do pensamento: o marxismo da teoria crítica**. São Paulo: Cultura Marcas, 2005. 1 DVD

NOBRE, M.; AMAZONAS, MC. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: Edições IBAMA, 2002. 367 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

OURIQUES, H.R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas: Ed. Alínea, 2005. 159 p.

OVALLES, O.; VIEZZER, M. **Manual latino americano de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995. 192 p.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. 272 p.

_____. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. ROCA. 2005. p. 483-494.

RAMOS, M.V. Aventura e turismo de aventura: faces mutantes. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Roca, 2005. p. 469-479

RODRIGUES, A.M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M.T. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus Ed., 2000. p. 171-188.

ROSE, A.T. **Turismo planejamento e marketing**. São Paulo: Ed. Manole, 2002. 152 p.

SALGUEIRO, V. Grand tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2002, v. 22, n. 44, p. 289-310,

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. 92 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. São Paulo: EDUSP, 2000. 174 p.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Resolução no. 32 de 31 de Março de 1998**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

SERRANO, C.A. Educação pelas pedras: uma introdução. In: _____. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e Educação Ambiental**. São Paulo: Ed. Chronos, 2000. p. 7-24.

_____. O produto ecoturístico. In: ANSARAH, M.G.R. (Org.). **Turismo como ensinar, como aprender**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. p. 203-234.

SERRANO, C.A.; BRUHNS, H.T. (org.) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4. ed. Campinas: Ed. Papirus. 2001. 150 p

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 279 p.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 3. ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2000a. v. 1, 140 p.

_____. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. 3. ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2000b. v. 5, 140p.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 1988. 454 p.

THOREAU, H.D. **Walden ou a vida nos bosques e a desobediência civil**. São Paulo: Ed. Aquariana, 2001. 346 p.

WEARING, S.; NEIL J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. 1a edição brasileira. São Paulo: Manole, 2001. 256 p.

Notas

¹Este artigo foi escrito tomando por base a dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” / Centro de Energia Nuclear na Agricultura sob orientação do professor Doutor Antonio Ribeiro de Almeida Junior em 12/09/2008. Procuramos nos manter fiéis ao texto original dentro dos limites desta publicação.

²Em suas pesquisas sobre a produção acadêmica a respeito do turismo no Brasil, o professor Ouriques (2005) identifica quatro linhas de interpretação e análise (correntes liberal, planejamento estatal, pós-moderna e a crítica) e afirma que há uma hegemonia no tratamento do assunto com a “massificação de um discurso dominante, ideologicamente pró-turístico, absorvido sem nenhuma análise em pesquisas acadêmicas” (OURIQUES, 2005, p. 69-70), que apresenta carências fundamentais por não considerar modelos analíticos que considerem a complexidade do tema.

³Conferir HOBBSAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras. 1998, especialmente o capítulo 10 (A revolução social – 1945-90) e o capítulo 11 (Revolução Cultural).

⁴Por conta do tema cultura ser muito amplo, apontamos aqui para aprofundamento na discussão consultar FREITAS, Mário e FLEURI, Reinaldo. Conceito de complexidade: Uma contribuição para a formulação de princípios epistemológicos de uma educação intercultural, ambiental e para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: www.rizoma3.ufsc.br/textos/332.pdf.

⁵Embora o Grand Tour tenha contribuído neste sentido, ele é essencialmente diferente do turismo, pois os grand tourists eram ricos aristocratas e suas viagens não tinham relação com o fruto de trabalho, nem eram realizadas naquilo que conhecemos atualmente por tempo livre (LABATE, 2000).

⁶ Autor que pertence à corrente liberal de análise do turismo segundo as categorias de Ouriques (2005)

⁷A discussão referente aos impactos foi pensada tomando por base Serrano (2001, p. 216-217)

⁸As diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo foram desenvolvidas pelo Governo Federal com colaboração do Grupo Interministerial composto pelos Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo (desmembrado e extinto), do Meio Ambiente e Amazônia Legal, pelos Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (atualmente a EMBRATUR cuida exclusivamente da divulgação do Brasil no exterior e foi criado o

Ministério do Turismo) e contou com a participação de várias Organizações Não-governamentais.

⁹BRASIL. Grupo de Trabalho interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.

¹⁰Neste sentido, ainda, os teóricos afirmam que “o contato direto e de primeira mão com os ambientes naturais e com as manifestações ou aspectos culturais presentes no seu encontro possibilita aos turistas e visitantes uma oportunidade preciosa para desenvolver a percepção ambiental e assimilar conhecimentos que influenciarão decididamente na formação de uma consciência ecológica e cultural capaz de determinar posturas e atitudes diante do ambiente e da sociedade” (PIRES, 2005, p. 485).

¹¹No entanto, ocorreu uma redução de sua proposta original que acabou por dar o tom verde à educação ambiental no caso específico do Brasil, pois surpreendentemente o MEC – Ministério da Educação e Cultura – ignorando a Conferência de Tbilisi, publicou o documento Ecologia – uma proposta para o ensino de 1o e 2o graus. Isso representou um retrocesso grotesco, dada a abordagem reducionista apresentada, na qual a Educação Ambiental ficaria acondicionada nos pacotes das ciências biológicas, como queriam os países industrializados, sem que se considerassem os demais aspectos da questão ambiental (sociais, culturais, econômicos, políticos, etc.), comprometendo o potencial analítico e reflexivo dos seus contextos – desde o local até o global – bem como o seu potencial catalítico-indutor de ações (DIAS, 2003, p. 83-84).

¹²Esta citação faz parte da palestra proferida por Paulo Freire na Jornada Pela Vida, na Eco-92, constante do livro de OVALLES, O.; VEIZZER, M. **Manual latino americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia. 1995.

¹³Optamos por assinalar as falas das entrevistas de maneira diferenciada quanto à formatação textual, colocando-as em fonte 10, com recuo de margem em dois pontos tanto à esquerda como à direita.

¹⁴O Ministério do Turismo instituiu a figura deste profissional por meio da Lei 8623 de 28 de janeiro de 1993. É considerado Guia de Turismo, todo profissional que devidamente cadastrado no Ministério do Turismo exerça as funções de “acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas” (BRASIL, 1993). Deve exercer funções de coordenação e animação dos grupos de turistas, de socorrista além de atuar como interprete ambiental (HINTZE, 2007, p. 4-32). Embora seja a única profissão regulamentada do trade turístico tem diversos problemas em sua atuação, pois ainda “não se reconhece no Guia cadastrado um profissional capacitado para atuar nas mais diversas situações de uma viagem” (HINTZE, 2007, p. 113)

¹⁵Para mais informações sobre o guia de turismo profissional, consultar HINTZE, H. **Guia de turismo: formação e perfil profissional**. São Paulo: Editora Roca, 2007. 146p. Este livro contém as informações acerca da profissão do guia de turismo e seu perfil profissional. Foi escrito entre 1999 e 2002 e apresenta uma abordagem técnica.

¹⁶Obviamente que o condutor de grupos deve estar totalmente atento às normas de segurança e às informações básicas do lugar, tais como clima, relevo, vegetação, fatos históricos etc.

¹⁷Os limites deste trabalho nos impedem de abordar as visitas à natureza daquelas pessoas que não necessitam da mediação de uma operadora turística, no entanto, reconhecemos como igualmente ricas tais oportunidades. Pensamos aqui justamente naquelas pessoas que ainda não se sentem à vontade para poder visitar ambientes naturais sem um devido acompanhamento, seja por desconhecimento dos locais, por medo de viajarem sozinhas, ou por quaisquer outros motivos.

¹⁸Debord faz várias referências implícitas a Marx no decorrer de seus textos.

¹⁹A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma grande rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.” (CAPRA, 1996, p. 25-26)

²⁰Para aprofundamento recomendamos a leitura das obras: ANSARAH, M.G.R. **Turismo como ensinar, como aprender**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. v. 2, 406 p.; BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.; CASCINO, F.A.; FIGUEIREDO, F. Comunidade e ecoturismo: outras leituras para a educação ambiental. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. ROCA. 2005. p. 547-554; SERRANO, C.M. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4. ed.. São Paulo: Ed. Papirus, 2001. p. 59-84.; MENDONÇA, R. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: Ed. SENAC, 2005. 255 p.; MENDONÇA, R. Educação ambiental e ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Senac, 2005. p. 154-169.; MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **À sombra das árvores: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse**. São Paulo: Ed. Chronos, 2003. 127 p.; PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. 272 p.; PIRES, P.S. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. ROCA. 2005. p. 483-494.; SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M.T. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus Ed., 2000. p. 171-188.; SERRANO, C (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Ed. Chronos, 2000. p. 7-24.; SERRANO, C. produto ecoturístico. In: ANSARAH, M.G.R.

(Org.). **Turismo como ensinar, como aprender**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. p. 203-234.; SERRANO, C.A.; BRUHNS, H.T. (org.) **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. 4. ed. Campinas: Ed.Papirus. 2001.150 p; WEARING, S.; NEIL J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. 1a edição brasileira. São Paulo: Manole, 2001. 256 p.

²¹ Acreditamos que as entrevistas realizadas possam ser repetidas com outras operadoras para ampliar o quadro de debates.

²² Reafirmando que este estudo dedica-se a considerar a variável educacional como diferencial entre o Ecoturismo e as demais formas de exploração turística. Outros fatores de diferenciação não estão sendo considerados como já fora apontado no texto.

Hélio César Hintze: ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; SENAC - Campus Águas de São Pedro; e Centro Universitário Hermínio Ometto (Uniararas)

Email: heliohintze@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9514991193239586>

Data de submissão: 31 de outubro de 2008

Data do aceite: 10 de janeiro de 2009

SEÇÃO
RESENHAS

*Filho da floresta,
água e madeira
vão na luz dos meus olhos,
e explicam este jeito meu de amar as estrelas
e de carregar nos ombros a esperança.*

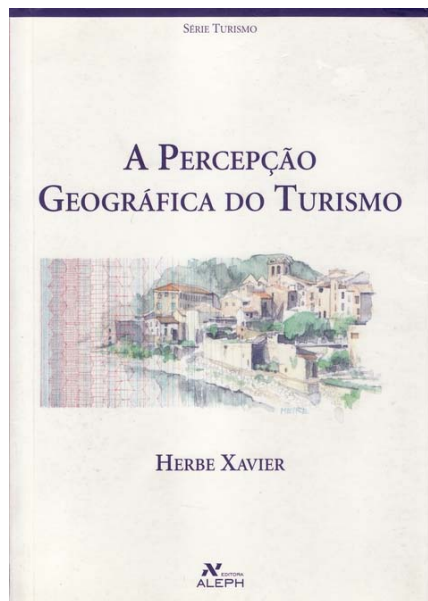


(Thiago de Mello: Filho da floresta, água e madeira)

A percepção da paisagem para a organização territorial do turismo

Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira

Xavier, H. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.



Paisagens, quero-as comigo.

*Paisagens, quero-as comigo.
Paisagens, quadros que são...
Ondular louro do trigo,
Faróis de sóis que sigo,
Céu mau, juncos, solidão...*

*Umas pela mão de Deus,
Outras pelas mãos das fadas,
Outras por acasos meus,
Outras por lembranças dadas...*

*Paisagens... Recordações,
Porque até o que se vê
Com primeiras impressões
Algures foi o que é,
No ciclo das sensações.*

*Paisagens... Enfim, o teor
Da que está aqui é a rua
Onde ao sol bom do torpor
Que na alma se me insinua
Não vejo nada melhor.
(Fernando Pessoa)*

O turismo é uma atividade crescente em todo mundo. As mudanças de hábitos do homem moderno, os processos de migração do campo para as cidades, o inchaço dos centros urbanos e a mudança de diversos paradigmas tem criado um interesse cada vez maior na atividade e no desdobramento de uma grande diversidade de roteiros, destinos e opções. Novos lugares têm sido procurados, alguns onde nunca existiu atividade turística, e a organização deste espaço passa a ser alimentada por outros interesses, outros vetores que alteram a configuração original dos lugares.

A percepção e a representação deste espaço geográfico alterado pelo turismo devem ser melhor estudadas tão rápido quanto o “boom” do turismo invade e transforma alguns desses lugares. O turista que chega a este novo lugar não tem a mesma percepção e relação afetiva que o autóctone e capta, percebe e se relaciona de forma diferente com a paisagem geográfica.

Neste contexto Herbe Xavier elaborou “A percepção Geográfica do Turismo”

pela Editora Aleph em que destaca a importância dos fatores culturais e da percepção na elaboração da paisagem através de uma abordagem perceptiva para os estudos de turismo. Busca levar em consideração o sentimento das pessoas e seus laços afetivos com o meio ambiente e as suas atitudes em relação aos lugares como desafio a que se colocou fruto de vários anos de pesquisa e em sua atividade docente.

Herbe Xavier possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1969), especialização em Geografia Regional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1976), mestrado (1990) e doutorado (1996) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É autor de diversos artigos sobre a sustentabilidade ecológica do turismo, a incorporação da dimensão do turismo no ensino da geografia e a observação da paisagem.

A obra está organizada em sete capítulos, sendo que os primeiros formam a sua base para fundamentação de seus argumentos finais onde trata o turismo como fenômeno geográfico, da percepção geográfica e, finalmente, a percepção geográfica da paisagem. Nos capítulos restantes considera os valores locais na organização territorial, a necessidade do envolvimento das comunidades receptoras e a meta em alcançar a sustentabilidade socioambiental para atividade turística de base local.

No primeiro capítulo, Herbe Xavier expõe o contexto da atividade turística no mundo moderno, os novos valores e as novas necessidades que foram criadas no século XX, a influência da tecnologia e a alteração dos hábitos de consumo. Cita autores que colocam a pós-modernidade dentro de uma nova ordem sócio-econômica, com o crescimento do setor de prestação de serviços e as novas organizações sociais pós industriais. Nesse mundo abre-se espaço para as atividades de recreação, lazer e turismo. Alguns bens naturais passam a agregar outros valores e a natureza como matéria neutra sofre a ação das atividades humanas que valorizam ou desvalorizam seus recursos e impõe possíveis impactos. Coloca a cultura humana como determinante na consideração dos benefícios e contradições que o turismo pode trazer. Conclui ao demonstrar a importância da contribuição da geografia como ciência que trata as relações espaciais e pode considerar os aspectos sociais, culturais e ecológicos para oferecer subsídios para o tratamento das três sustentabilidades do turismo: a ecológica, a social e a econômica.

No capítulo seguinte, o autor desenvolve sua argumentação com relação à percepção geográfica e a atividade turística e seus padrões de distribuição espacial, tanto nos lugares da oferta como da demanda. Desenvolve as bases para o entendimento da apreensão e construção de conceitos de paisagem percebida a partir dos sentidos e da interpretação. Baseia-se em autores como Lynch¹, Piaget², Gibson³ e Tuan⁴ e justifica a necessidade deste estudo em turismo pela necessidade de abordar a conduta do homem diante do espaço geográfico, prestando melhores esclarecimentos com respeito a sua relação com a natureza e os grupos humanos diante da atividade turística. Com a percepção cognitiva do espaço, que sustenta todas as categorias de atrativos turísticos, a compreensão torna-se mais abrangente a partir da abordagem

das percepções. Defende que as atitudes adotadas pelas pessoas no turismo proces-sam-se através dessa percepção e ainda, que espelham seus interesses e valores a ele atribuídos e que refletem a sua visão de mundo. Ao considerar a paisagem composta por elementos naturais e construídos, visíveis e não visíveis torna-a matéria-prima do turismo. É nela que as pessoas se deslocam, agregam valores sociais, ambientais, econômicos, afetivos e simbólicos e alteram seus componentes.

Herbe Xavier, no capítulo três, segue com o argumento de que a paisagem no turismo deve ser interpretada e com isso agrega valor ao que é percebido. Na paisagem a vida do homem passa, transcorrem suas ações e assim pode-se entender melhor através dela a organização do espaço. Destaca a importância do trabalho de Milton Santos⁵ e seu tratamento dialético da paisagem ao considerar inseridos nesta os objetos naturais e os sociais implantados pelo homem. A paisagem definida pela visão e interpretada pela mente tem nessa a acumulação das atividades de várias gerações, renovada, alterada, suprimida ou mantida e em constante modificação, ainda assim, apenas como aparência. Outra abordagem do capítulo com relação à percepção geográfica da paisagem volta à questão da paisagem percebida, não para sua fundamentação, mas de sua aplicação ao estudo do turismo. A paisagem que se constitui como habitat deve ser capaz de suportar a subsistência do homem, a sua natureza, a moral e a estética. Neste contexto acrescenta os axiomas de Peirce F. Lewis⁶, que são usados para interpretar cenas americanas. Prossegue na argumentação com outros autores onde destaca que aquilo que percebemos trata-se de um trabalho contínuo dos grupos humanos em busca de um relacionamento viável com a natureza. Neste capítulo, discordo do autor em separar em dois capítulos a questão da percepção da paisagem e da questão da percepção geográfica da paisagem, já que acaba não fazendo uma distinção clara do que pretendia neste capítulo. Poderia ter trabalhado os dois capítulos como um só.

Ao citar outros autores, Herbe Xavier desenvolve no capítulo quatro as questões ligadas à organização territorial do turismo apoiado nos valores locais. Coloca que o turismo de fato nasceu com a indústria ao surgir como turismo de elite na revolução industrial, precedido pelo de massa e depois o da modernidade e dos recursos tecnológicos. Com isso também se deu início a um enorme processo de segmentação, resultado da ampliação das opções de destinos, de acessos, de liberdade de visões de mundo e das oportunidades das viagens de negócios. Quando resolve tecer alguns comentários sobre a origem do Ecoturismo no mundo e no Brasil eu acabo por discordar do autor por atuar na área desde o seu surgimento no país. Ele não embasa sua argumentação histórica em nenhum autor e defende que o movimento de turismo alternativo foi iniciado na Europa e se espalhou pelo planeta. Inicialmente as primeiras entidades ligadas ao Ecoturismo como prática alternativa teriam surgido nos Estados Unidos da América. E cabe aqui aproveitar que nunca gostei do termo Ecoturismo, pois remete a indústria do turismo de massa existente anteriormente como responsável pela origem da atividade no país. O *trade* tradicional não teve responsabilidade nenhuma no surgimento e na constituição inicial da atividade no Brasil, ela surgiu de

um segmento heterogêneo de empreendedores não ligados à indústria do turismo, mas sim de pessoas que tornaram sua prática de trilhas como "*hobbie*" de "retorno" a natureza e tornando-a conseqüentemente atividade profissional.

O autor segue e defende que a mudança dos paradigmas sobre o que a humanidade considera patrimônio natural e cultural possa de forma importante abrir ótimas perspectivas para reforçar o desenvolvimento de turismo com base nos valores locais. Completa mais adiante onde considera que o bem turístico não desaparece ao ser consumido ao contrário de outras mercadorias. Mas também, pontua que o mesmo, apesar disso, pode ser perdido como consequência da degradação. Por fim, destaca Boullón⁷ e seu trabalho com a organização regional do turismo.

Conclui sua obra ao colocar a dimensão social e o envolvimento da comunidade no turismo para partir em busca da sustentabilidade no turismo destacando a importância fundamental dos fatores cognitivos e afetivos na construção do espaço do turismo e na incorporação da dimensão social como condição fundamental. Apresenta autores que defendem que na lógica do turismo ainda prevalece a consideração dos valores dos viajantes e dos promotores de viagens em detrimento de conhecer os interesses das comunidades locais. Uma das principais considerações do capítulo se relaciona ao forte impacto do turismo sobre as comunidades tradicionais quando seus "bens de uso" tornam-se do dia para a noite em "bens de consumo", e passa a valor de mercadoria, fator importante que pode corromper valores sociais até então vigentes. Discute a importância do envolvimento da comunidade no processo para a implantação do turismo de base local. Afirma ainda, que é preciso considerar as experiências, os valores e os interesses e as expectativas dos grupos sociais das comunidades receptoras. Como caminhos para a sustentabilidade e a inclusão social na atividade turística, aponta para a importância da Educação Ambiental e o desenvolvimento de pesquisas para levar a comunidade a identificar e valorizar as potencialidades do lugar. Criar formas de cooperativismo, associativismo e desenvolver estudos interdisciplinares em busca do turismo de inclusão na condução do sentido do pertencimento também são destacados por Herbe.

Conclui também que deve hoje existir um incentivo para o grande desenvolvimento urgente do empreendedorismo local com capacitação e orientação com acompanhamento e análise constante de uma equipe técnica devidamente preparada. Para finalizar, na análise da sustentabilidade coloca a necessidade de envolvimento de profissionais de diferentes formações e suas contribuições e a incorporação de estudos sobre meio ambiente em busca da sustentabilidade do turismo e pode incluir os aspectos ecológicos, social, político, cultural e econômicos. Sempre irá restar, numa obra dessas, outras questões para serem debatidas, sendo esta um bom começo para a discussão deste tema atual. Quem deve decidir qual paisagem deve ser "implantada" em turismo? Quais os interesses do *trade* turístico, dos planejadores, dos técnicos? Apesar de algumas observações e considerações para ampliação de futuros debates, a obra deve ser lida e consultada por aqueles que desejam estudar a temática sob a ótica da percepção geográfica da paisagem no turismo.

Notas

¹Kevin Andrew Lynch, urbanista norte-americano graduado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (ITM) autor de “*The Image of the city* (1960)” onde apresentou sua pesquisa sobre como os indivíduos observam, percebem e transitam no espaço urbano.

²Jean Piaget, biólogo e filósofo suíço graduado na Universidade de Neuchâtel que se dedicou à Psicologia, Epistemologia e Educação e desenvolveu a Teoria Piagetiana do Desenvolvimento Perceptivo; autor de “*Psicologia da Inteligência*” (1961).

³James Jerome Gibson, psicólogo norte-americano graduado em Psicologia pela Universidade de Princeton autor de “*Perception of the Visual World*” (1950) onde expõe a Teoria da percepção dos sentidos.

⁴Yi-Fu Tuan, geógrafo chinês autor de “*Topofilia, Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.*” (1980) onde apresenta um estudo de percepção do meio material pelos seres humanos considerando laços afetivos, as atitudes e os valores.

⁵Milton Santos, geógrafo brasileiro, foi professor da Universidade de São Paulo, autor de “*Pensando o Espaço do Homem*” (1982) entre tantos outros artigos e livros.

⁶Peirce F. Lewis, Geógrafo americano, professor da Universidade do Estado da Pensilvânia, autor de “*Axioms for reading the American landscape*” (1979) onde mostra sua pesquisa sobre a paisagem e cultura americana.

⁷Roberto C. Boullón autor de “*Planejamento do Espaço Turístico*”, (2002).

Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira: Ipá Ti-uá Vivência Ambiental; e Centro Universitário São Camilo

Email: marcelotco@usp.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9753845132226588>

Data de submissão: 05 de janeiro de 2009

Data de aceite: 05 de janeiro de 2009